

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano LXIII	BRASIL — RIO DE JANEIRO, JULHO DE 1958	N. 504
-----------	--	--------

SUMÁRIO

	Págs.
14 de julho, uma das maiores datas da França e da Humanidade	3

CULTURA PROFISSIONAL

Sentinelas do espaço — Artigo do Tenente-General S.R. Mickelsen, traduzido da revista "Army Information Digest" pelo Cap. Orlando Raphael Viégas Lauro	5
A Engenharia de Combate da Divisão — Artigo do Coronel Marvin C. Ellison, traduzido da revista "Combat Forces Journal" pelo Ten.-Cel. Fernando A. Moreira Barbosa	15
Fortificações de S. Paulo, Paraná e Santa Catarina — Cel. Aníbal Barreto (Cont. de artigos anteriores)	23
O "Programa Padrão" em receitas — Cap. Fernando Gonçalves — 3º de uma série de artigos	31
Reflexão sobre a cultura do Oficial — 1º Ten. Paulo Cavalcanti da Costa Moura	41

CULTURA GERAL

Situação econômica e financeira do Brasil. Dados extraídos do Relatório do Banco do Brasil	45
A aração brasileira sob o ângulo militar — Ten.-Cel. Tasso Villar de Aquino	59
O problema telefônico no Brasil — Conferência do Sr. Pedro Renault Casanheira	65
A indústria de refinação de petróleo no Brasil — Eng. Roque Perrone (Superintendente da Refinaria Maritípe)	73
Theodoro Roosevelt em Mato Grosso — Firmo Dutra	75

DIVERSOS

Dom Francisco de Aquino Corrêa, amigo dos militares — General Floriano Peixoto Keller	81
Marechal Floriano Peixoto — Homenagens à memória do grande brasileiro. Ordem do dia do Sr. Ministro da Guerra	85
Confederação Nacional das Indústrias — Homenagem prestada ao Exmo. Sr. Ministro da Guerra. Saudação do Deputado Augusto Vianna	89
Censo de garanhões e outros animais, a finalidade da Remonta do Exército — Major Enrico Cories	97

BRASILIANAS

Produção Nacional de Ferro e Aço — Maior aproveitamento das reservas petrolíferas do recôncavo baiano: abastecimento de trigo em 1954 — Custo de vida — Pesquisas, em Minas, das jazidas de manganes e minérios de ferro — Produção Agrícola — Aumento da eletrificação no Brasil — Aproveitamento do Potencial Hidrelétrico do Rio Grande — Recorde nas exportações brasileiras de minérios — Ferrovia para os minérios	101
--	-----

NOTÍCIAS MILITARES

Alughi o Foguete a 260 quilômetros (Recorde Mundial) — Próximo Organismo Militar Americano (Quase 35 bilhões) — Poderio Militar do Mundo livre — Nova Bapa dos EE.UU. Depois da Bomba "H" lançada de Avião. Projeto intercontinental teleguiado — Os empresários soviéticos. O ocidente deve fazer ofertas mais acessíveis	107
--	-----

ACTOS OFICIAIS

Leis, Decretos, Portarias e Avisos, de interesse geral para o Exército, publicados durante o mês de maio de 1958 no "Diário Oficial"	115
--	-----

14 DE JULHO, UMA DAS MAIORES DATAS DA FRANÇA E DA HUMANIDADE

A tomada da Bastilha, em sua realidade, não teve a importância que o correr dos anos e o apressado julgamento do entusiasmo popular lhe conferiram. A velha prisão, ao contrário do que ainda há quem pense, não era um cárcere para o povo. Construída em 1370, sendo a pedra fundamental assente pelo preboste dos mercadores Hugo Aubriot, fazia parte das defesas militares da cidade. Só se tornou prisão, e prisão estritamente militar no reinado de Carlos VI. Foi sob Richelieu, já no século XVII, que assumiu o caráter de prisão de Estado. Era, porém, exclusiva da nobreza e de pessoas de alta posição e grandes recursos. A gente do povo ia para Bicêtre ou para Châtellet. O famoso presídio tinha capacidade apenas para 42 prãos separados e custava ao Estado mais de 300.000 francos por ano, motivo por que o parcimonioso Necker já havia projetado suprimi-la, por medida de economia. Consta até que já se haviam traçado os planos para uma praça Luís XVI no local, depois de arrasada a prisão. O povo, entretanto, antecipou-se a isso, atacando-a e tomando-a no dia 14 de julho de 1789.

É que, apesar de seu caráter aristocrático, a Bastilha representava, como um símbolo, o absolutismo do poder real. Bastava uma simples ordem, uma "lettre de cachet", para que o soberano, a sua livre vontade, encerrasse lá, por tempo indefinido, qualquer pessoa. Era a "espada de Damocles" que o despotismo real conservava sobre toda a França. Por isso, quando o povo exausto se lançou sobre a Bastilha, naquele 14 de julho, (muito embora, ao que parece, o intuito inicial fôsse o de apossar-se das armas que nela pensava haver), caiu com ela o tabu da onipotência real. E 14 de julho ficou como a data flamante da revolução e da democracia.

A Revolução Francesa teve origens longínquas. O longo, dispendioso e ruinoso reinado do despótico Luís XIV, com sua corte faustosa, que lhe deu o injusto apelido de Reis-Sol, lançara os fundamentos da miséria popular na França. Ao contrário da política de Henrique IV, fazendo questão de que cada família francesa, todos os domingos, pudesse "meter uma galinha na panela", foi a fome o que deixou o reinado de Luís XIV e de seu inepto neto Luís XV. Luís XVI, fraco e incapaz, trazido naquele "elan", nada pôde melhorar. E o povo francês, faminto e oprimido, cansou-se de Luíses.

A par da premência do seu estado miserável, tinha o povo o grande incentivo da palavra dos enciclopedistas. Voltaire, Diderot, D'Alembert, Montesquieu, com as sólidas razões da inteligência, haviam solapado o alicerce do trono, destruindo o direito divino dos reis e a ilusão dos privilégios de nascimento.

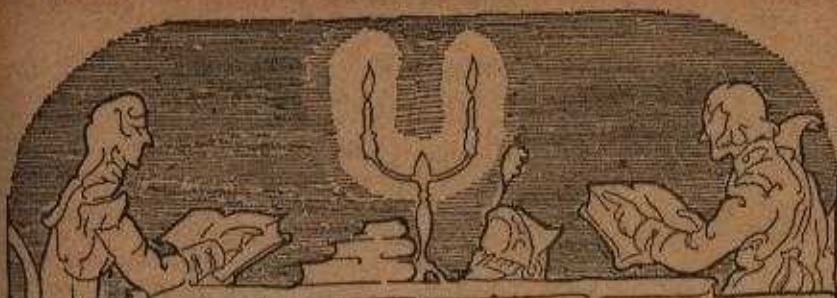
A convocação dos Estados Gerais — assembléia do clero, nobreza e povo — foi o início das profundas alterações, sobretudo quando o Terceiro Estado — o povo — com o "juramento do jôgo da péla", levado pela inflamada palavra de Mirabeau, comprometeu-se a não se separar e continuar em sessão até dar uma Constituição à França. E a transformação dos Estados Gerais em Assembléia Nacional, a 7 de junho de 1789, e, logo depois, a 23 de junho, em Assembléia Constituinte, foi o verdadeiro marco da Revolução, dando em resultado a "Declaração dos direitos do homem e do cidadão", suma democrática que se inspirava no exemplo da nascente democracia americana.

A 4 de agosto, a Constituinte proclamou a abolição dos privilégios feudais. E, logo, o princípio da soberania nacional; a separação dos poderes legislativo, executivo e judiciário; a admissibilidade de todos os cidadãos aos emprêgos públicos; a igualdade de todos perante a lei; a liberdade dos cultos; o sistema de impostos e outras medidas, inteiramente novas, que foram formar a Constituição de 1791. São todos os princípios que hoje figuram em tôdas as Constituições democráticas do mundo.

Depois, a Revolução, contaminada pelos extremismos, deturpada pelos exaltados, como Danton, Marat, Robespierre, Saint-Just, entregou-se aos excessos deploráveis do terror. E, conforme o simile frequentemente lembrado de Saturno devorando os próprios filhos, levou ao cadafalso seus próprios protagonistas, seus defensores da primeira hora, naquela espantosa orgia de sangue que ainda hoje faz tremer. Sucumbiram ainda à sanha do povo desvairado — como tremenda advertência que ficou através dos séculos — nobilíssimas figuras da França e da humanidade, sábios como Lavoisier, poetas como André Chenier, mulheres ilustres como madame Roland, o próprio Camilo Desmoulins e outros trabalhadores estrênuos da causa republicana.

Embora com o tísne dessa loucura sanguinária, a obra anterior da Revolução salvou sua gloriosa reputação. Havia se lançado as bases da democracia moderna na Europa. E seus princípios, jamais valiosamente contestados como os mais nobres que podem caracterizar um digno sistema político humano, ainda hoje e para sempre guiam e iluminam a marcha atormentada da humanidade. Depois de 1789, os homens não admitem mais um regime despótico, em que a suprema dignidade da personalidade humana não seja posta em primeiro plano.

É esta a gloriosa epopéia que se comemora 14 de julho. Congratula-se a França pela sua data máxima. E em festas fica também tôda a humanidade livre, que aquela data, como uma das mais nobres efemérides de sua história.



CULTURA PROFISSIONAL

SENTINELA DO ESPAÇO

Tenente General S.R. MICKELSEN

(Traduzido de "Army Information Digest" — Março de 1956 — Capitão ORLANDO RAFAEL VIEGAS LAURO, do 4º Grupo de Canhões 90 Anti-aéreo.)

A qualquer momento do ano, um certo grupo de soldados pode parecer estranhamente solitário, observando cuidadosamente o céu, durante a noite.

Eles são encontrados nas colinas de "Marin County, Califórnia", nas areias do deserto de Hanford. Estão nas mais agrestes regiões do mundo, não longe das esplêndidas residências de "Detroit's Grosse Pointe". São ainda encontrados na faixa litorânea de "Coney Island".

Esses são os homens que manejam o ponteiro das horas do Comando do Exército Anti-aéreo (ARAACOM), o mais jovem alto comando do País. São esses homens que constituem a última defesa do Território dos Estados Unidos contra um ataque aéreo.

Neste inverno, o ARAACOM completa apenas cinco anos de existência. A maior parte de seus homens não passou as festas natalinas em seus lares; achavam-se manejando seus projéteis dirigidos

NIKE, seus atemorizantes canhões de 90 e 120 milímetros, seus automáticos "SKYSWEEPERS" (vide "A Defesa Nacional" de maio de 1955 — O "Varredor dos Céus"). Uma permanente vigília é mantida, assegurando à Nação dias comuns ou feriados com a certeza de que se encontra em perfeita segurança.

Sua missão, falando em linguagem simples, é fornecer defesa antiaérea a determinadas áreas sensíveis. Essa defesa é uma combinação de homens, armas, e a determinação de que poderão, empregando o máximo de suas possibilidades, impedir um ataque da força aérea inimiga em áreas interiores. É baseado nessa concepção e para que haja uma completa execução da missão que todo o Comando do Exército Anti-aéreo se dedica em sua contribuição como membro do Exército do Comando da Defesa Aérea Territorial.

Recuemos alguns anos, até 1942. A brusca alteração na situação in-

ternacional, auxiliou a decisão do Exército de empreender uma rápida expansão de sua artilharia anti-aérea. Um ano após, grupos de artilharia anti-aérea foram deslocados para centros de treinamento junto a cidades que, em última análise, seriam por eles defendidas e poucos meses depois as baterias entraram em suas posições. Essas unidades foram as primeiras a fazer parte do Exército Antiaéreo no conjunto da defesa aérea.

O ARAACOM foi criado pela Ordem Ministerial Geral n. 20, de 1 de julho de 1950, pouco após a invasão da Coreia. O Major General Willard W. Irvine foi seu primeiro comandante geral.

Né início, o comando era responsável pelo planejamento e emprego dos Grupos Antiaéreos, mantendo-se a par do treinamento e prontidão de suas unidades. Não começou a exercer todas as suas funções senão a 10 de abril de 1951.



Um comandante de bateria verifica a pontaria de um equipamento de radar do NIKE, semelhante aos mantidos em todo território

Por essa época, todas as unidades antiaéreas do exército, em condições, foram distribuídas na defesa aérea dos Estados Unidos e passaram a ficar sob o controle do ARAACOM.

Em agosto de 1954, o Secretário da Defesa, Charles E. Wilson, anunciou que os elementos de todas as forças militares haviam sido oficialmente reunidos em um único comando, o Comando da Defesa Aérea Continental, com Quartel-General em "Colorado Springs, Colo".

O ARAACOM é diretamente subordinado ao Chefe do Estado-Maior do Exército. Recebe apoio logístico e administrativo de seis Exércitos Continentais. A organização do Quartel-General é geralmente semelhante ao Comando da Defesa Aérea (ADC) que é o órgão da Força Aérea no Comando da Defesa Aérea Continental. As Brigadas, os Regimentos e as Baterias Antiaéreas foram desdobradas, no sistema da defesa aérea, em Divisões, Alas, Regimentos e Esquadrões Aéreos do ADC.

Sob o comando em chefe do comandante da Defesa Aérea Continental, o Exército, a Marinha e a Força Aérea, trabalham como uma equipe, com a missão de proteger o território dos Estados Unidos dos ataques da aviação inimiga. Este sentimento de missão atribuída, deu uma íntima relação com o exterior. O caráter complementar da aviação e dos interceptores é totalmente reconhecido, uma vez que a artilharia antiaérea é uma parte integral da equipe de defesa aérea.

Sob a direção do conjunto de chefes do Estado-Maior, as unidades antiaéreas passam ao controle operacional limitado do Comandante da Força Aérea adequada, no caso de um ataque.

A defesa do território dos Estados Unidos contra um ataque aéreo é uma enorme tarefa. Sua área é imensa. Suas costas têm cerca de 10.000 milhas de extensão em torno de uma área de três milhões de milhas quadradas. As possibilidades inimigas variam. As velocidades e alturas dos modernos bombardeiros estão sempre au-

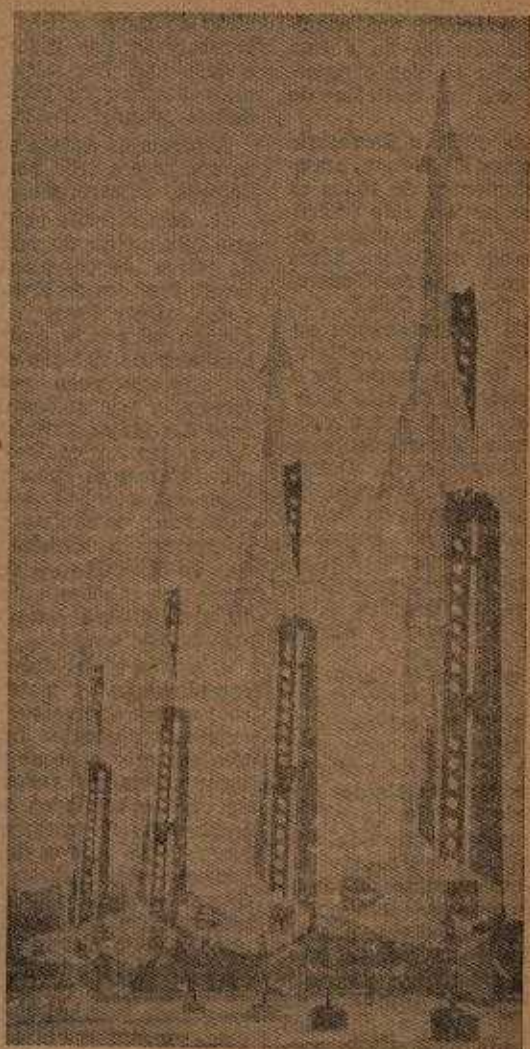
mentando. Com a crescente precisão da navegação e das miras de bombardeio por radar, a distância e as condições atmosféricas não mais limitam os vôos de bombardeio a grandes distâncias.

A forma da defesa aérea pode ser resumida em três pontos capitais: detecção, interceptação, destruição.

Os dois últimos pontos são quase que totalmente da responsabilidade da Força Aérea, mas a detecção é tarefa também do Exército e da Marinha. Deve haver um sistema de alarme adequado que tenha possibilidades de detecção suficientemente afastada para permitir a interceptação por aviões de caça ou a ação das forças antiaéreas. A Força Aérea tem a melhor aviação de caça-intercepção possível, capaz de fazer a interceptação e destruição em quaisquer condições atmosféricas. A destruição também é um trabalho do Exército — destruição por meio dos canhões antiaéreos e projetis dirigidos — na defesa de alvos determinados.

O sistema de defesa aérea, em complemento ao material e dinheiro para as operações, exige muitos outros importantes fatores — particularmente o local real onde colocar bases de radar, esquadrões de caça e unidades antiaéreas. A localização de muitas dessas bases em relação à área defendida é essencial. Além disso, o local real é um elemento importante e, a maior parte das vezes, um valioso elemento do sistema de defesa aérea. Um outro importante elemento é o pessoal. A defesa aérea exige grande número de homens. Devem ser em quantidade suficiente que permita um trabalho de 24 horas por dia, 7 dias por semana e 365 dias por ano. Devem estar bem treinados para manejar seu complexo e intrincado equipamento.

O Comando da Defesa Aérea Continental (CONAD) é o primeiro comando "articulado" nos Estados Unidos, em toda história do País. Os oficiais da defesa sentem sua importância, por não ser mais possível defender este País por trabalhos isolados, tentando resolver



Em um campo de projétils dirigidos, os NIKES são levados às suas posições verticais de tiro.

com diferentes chefes de serviço, problemas individuais que podem surgir no caso de uma emergência.

Hoje, o ARAACOM é um importante comando e a defesa antiaérea dos Estados Unidos é uma de suas principais responsabilidades. Apesar das fortes defesas para suas áreas industriais e densamente po-

voadas, muitas grandes cidades ainda não têm, no presente, defesas antiaéreas. O Exército pode estender uma forte defesa mas não muito larga, pois não dispõe de canhões, foguetes e homens em número suficiente para preencher todas as exigências.

Para fornecer uma defesa antiaérea máxima para a população da América e para as áreas estratégicas e industriais, os recursos do ARAACOM são totalmente explorados. Como cada nova unidade é colocada rapidamente em condições, ocupa seu lugar no esquema defensivo imediatamente, formando gradativamente anéis de aço protetores em torno das áreas sensíveis.

O ARAACOM dividiu a área sob sua responsabilidade em cinco comandos regionais para melhor e mais eficiente controle: o 1º Comando Regional Antiaéreo com seu Quartel-General em Fort Totten, N.Y.; o 2º Comando Regional Antiaéreo está em Fort George G. Meade, Md.; o 5º Comando Regional Antiaéreo está em Fort Sheridan, Ill.; o Comando Regional Antiaéreo Central está em Grandview, Mo.; e o 6º Comando Regional Antiaéreo tem seu Quartel-General em Fort Baker, Calif.

Uma grande contribuição para o plano de defesa antiaérea total para os Estados Unidos é o programa da Guarda Nacional. Várias forças estaduais estão aumentando a defesa de certas áreas: estão assumindo o controle de Grupos de Canhões do Exército Regular à proporção que eles são transformados em NIKE e estão se preparando para fornecer defesa antiaérea adicional para qualquer futuro dia "D".

No programa de conversão dos Grupos de Canhões do Exército Regular em NIKE, as posições de bateria e o equipamento estão sendo distribuídos a Unidades da Guarda Nacional. Turmas de instrução de manutenção são licenciadas por um período de tempo não superior a três meses pelo Exército, a fim de atender ao pessoal da Guarda no conhecimento das operações essenciais de funcionamento e manutenção.

Em 17 de dezembro de 1953 o Ministério da Guerra anunciou que seu primeiro Grupo de Projéteis Dirigidos NIKE seria instalado em Fort George G. Meade, Md. Até essa época, a defesa era constituída pelos canhões típicos e pelo novo armamento totalmente automático,

o 75mm "SKYSWEEPER". Dois anos após, esses antigos equipamentos ainda eram os principais armamentos no arsenal antiaéreo. Atualmente eles são e continuarão a ser muito usados e grandemente úteis na defesa contra vôos a baixa altura.

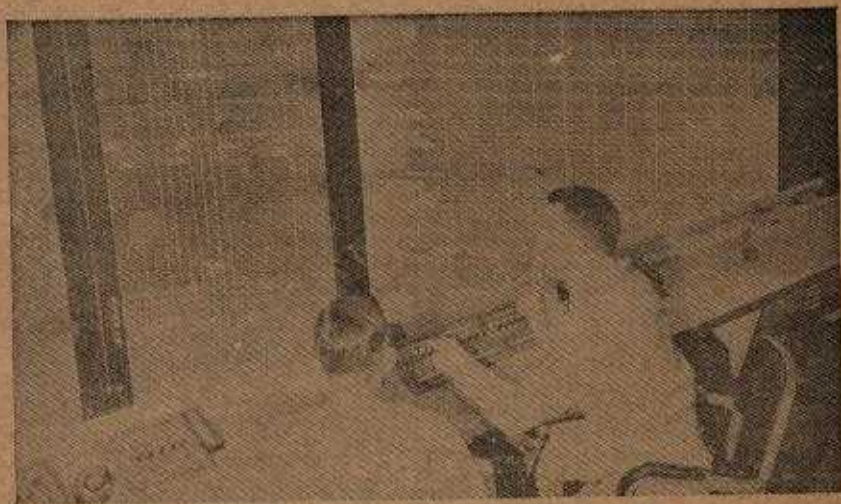
O canhão 120mm é o de maior calibre usado na artilharia antiaérea pelo Comando Antiaéreo do Exército. Pesa cerca de trinta toneladas, atira projéteis de cinqüenta libras à cadência de 12 por minuto e pode lançá-los a cerca de oito milhas contra o céu. O canhão de 90mm atira projéteis de vinte e cinco libras à cadência de vinte e cinco por minuto.

O "SKYSWEEPER" substituiu as antigas metralhadoras .50 e os canhões automáticos 40mm no sistema defensivo aéreo e foi primitivamente designado como proteção contra aeronaves em vôo excessivamente baixo (rasante). A principal característica desta arma é a montagem do radar e do computador no próprio reparo do canhão, tornando-o autosuficiente no funcionamento. Este conjunto pesa cerca de dez toneladas e tem um sistema de carregamento automático que permite uma cadência de 40 a 50 tiros por minuto. Uma vez que o radar detecte o alvo, tudo que a guarnição precisa fazer é continuar carregando munição: o canhão faz o restante.

O NIKE é o único sistema de projéteis dirigidos antiaéreos hoje utilizável, nas mãos das tropas combatentes, e pronto para imediato lançamento contra aeronaves inimigas que possam ameaçar a segurança da Nação.

Em síntese, o sistema NIKE consta de duas partes: um projétil lançado e um equipamento de controle com lançador, em terra.

O NIKE é um projétil dirigido de velocidade supersônica, que usa combustível líquido, com aproximadamente 25 pés de comprimento e cerca de 1 pé de diâmetro, com dois jogos de aletas para estabilização e direção. O projétil com carga reforçadora pesa um pouco mais de uma tonelada.



Os membros do ARAACOM estão permanentemente de prontidão nos Centros de Operação de Combate dos Quartéis-Generais

Quando lançado, o projétil é adaptado a uma carga reforçadora, em um estôjo, com a metade do comprimento do projétil. Essa carga acelera o projétil à velocidade supersônica, destacando-se dele após alguns segundos e caindo em uma área pré-determinada. O Exército está testando uma carga reforçadora com estôjo, que se destrua a si própria, eliminando assim a necessidade daquela área.

Cada bateria está apta a disparar logo que avisada. Cada uma delas está de prontidão 24 horas diárias, 7 dias por semana. O NIKE nunca é disparado de sua posição de operação, salvo no caso de um ataque. As tripulações vão a campos de tiro de NIKE, para treinamentos regulares anuais. (Vide "Army Information Digest", de outubro de 1955 — "Manejando nossos NIKE").

O equipamento de controle da terra consta de determinadas peças principais. Isto inclui três radares, um computador, pranchetas de locação automática, rampas de lançamento com controle remoto e geradores de força:

Um dos três radares é um radar de vigilância que detecta a aproximação

de aeronaves distantes. O segundo é um radar de tiro que "apanha" o alvo e o acompanha à proporção que este se aproxima, enviando informações sobre sua posição e deslocamento ao computador e nele introduzindo esses dados. O terceiro radar acompanha o projétil em seu voo, informa seu movimento ao computador e envia comandos ao projétil, "dizendo-lhe" para onde ir a fim de atingir o alvo.

O computador, radares e equipamento associado de controle são colocados na Área de Controle da Bateria. O equipamento de controle remoto do lançamento é colocado na Área de Lançamento da Bateria.

Quando em um engajamento típico, o alerta da aproximação de uma aeronave inimiga virá do mais próximo sistema de alarme acionado pela Força Aérea.

O radar de vigilância procura continuamente por alvos que se aproximem. Quando o alvo é detectado, a informação é enviada ao controle da bateria. Enquanto o alvo ainda estiver a muitas milhas de distância, o radar de tiro o detectará. Utilizando a informação deste radar, o computador começa

a registrar a rota da aeronave inimiga. Enquanto isso, o radar de acompanhamento do projétil dirigido é engajado em um desses projéteis.

No momento adequado, o projétil é lançado. Desta hora em diante, os radares de tiro e de acompanhamento do projétil trabalham em comum, um sobre o alvo e o outro sobre o projétil dirigido. Baseado nos elementos desses radares, o projétil é orientado no sentido de interceptar e destruir o alvo. Qualquer ação evasiva por parte do alvo, é detectada e as correções são enviadas ao projétil.

O ARAACOM, como parte da equipe de defesa aérea, age segundo o conceito de que, em um certo momento, simultaneamente e de várias direções, podem ser dirigidos ataques aéreos contra um ou todos os principais pontos sensíveis no território dos Estados Unidos. Para

contrariar este possível esquema de ataque e diminuir as vantagens da surpresa, o CONAD estabeleceu procedimentos de alerta e sistemas de comunicações capazes de irradiar alertas através do território.

Como o ARAACOM operaria no caso de um ataque, é justamente indicado por uma história verdadeira, quando na manhã de 17 de abril de 1952 ele assumiu a condição de "Prontidão da Defesa Aérea". Não foi por brincadeira. Foi próximo à realidade.

Vinte e cinco minutos após a meia noite, na madrugada de 17 de abril, o Centro de Operações Combinadas em Colorado Springs, recebeu aviso da Força de Defesa Aérea Oeste, que haviam sido avistados quatro rastros de vapor a grande altura, por um elemento do Corpo de Observadores Terrestres, sobre a ilha Nunavak, ao largo da costa do Alaska.



Um NIKE sendo aprontado para lançamento no Campo de Provas de "Red Canyon" — N. México — onde as guarnições são treinadas em seu manejo

O oficial de dia ao COC, participou imediatamente ao oficial de informações em serviço, que comparou o perigo potencial desse aviso com informações de retaguarda anteriormente obidas. Logo que foi declarado esse aviso, todas as linhas para o Alaska foram paralisadas. O tempo de ativação foi elevado a alta velocidade.

Então, às 0310 horas, o COC recebeu aviso da Força de Defesa Aérea Oeste de que cinco "desconhecidos" aproximavam-se pela Ilha Fresque, Maine.

O Comando da Defesa Aérea alertou imediatamente toda Defesa Aérea.

Cacas a jato arremeteram para interceptar os "misteriosos" aviões e identificá-los.

O ARAACOM alertou previamente todas as Unidades na rota. As notificações foram feitas. Todas as Unidades estavam prontas para a ação. Nada havia a fazer senão esperar até cerca de 0430 horas, quando os aviões desconhecidos vindos do Alaska deviam atingir Seattle.

Os cacas a jato interceptaram os "desconhecidos" do Maine e verificaram serem transportes transatlânticos que se haviam desviado de suas rotas. O trilha de vapor de Nimitz desanotara tão misteriosamente como surgira. A vigília havia terminado.

Por este involuntário exercício, o Comando da Defesa Aérea concluiu que toda equipe de defesa aérea havia atingido a um estado máximo de prontidão em poucos minutos, e que poderia entrar em ação no momento do alerta. Essa equipe estará pronta da próxima vez, ou poderá ser de uma situação real.

Tudo é o que aconteceria nos "Quartéis-Generais das Altas Escalões" se um ataque fosse desferido contra os Estados Unidos. Mas, o os homens abaixo dessa escala — os homens que realmente atirarão —

Esperando em seu lugar, esperando o treinamento.

A delicadeza da missão do ARAACOM e a complexidade de seu equipamento exige pessoal altamente qualificado e perito. Eles são os homens minuto de hoje. Sem-

pre alertas, em exercício ou em ataque real, constituem um rifle predominante entre os que manejam o anel de aço.

Por exemplo, tomemos os homens da Bateria Charlie do 71º Grupo de Projéteis Dirigidos da Artilharia Antiaérea. Eles vivem em confortáveis prédios de alvenaria. A comida é boa; há distrações; mas aí é o ponteiro das horas.

Seus foguetes não devem ser disparados até que seja dado alerta da aproximação de aviões inimigos, fora das rotas dos aviões de interceptação. É seu o trabalho de enviar foguetes sibilantes ao ar. Dêles depende o destino de centenas de pessoas na Capital Americana próxima.

Esses homens devem estar prontos 24 horas diárias, 7 dias semanais. Em torno do relógio da Bateria Charlie estão os operadores dos quadros comutadores e dos telefones, homens trabalhando com radares, faces fantasmagóricas à pálida luz verde das telas. Outros, descansando ou dormindo, estão prontos a trabalhar nas "caixas", os lança-foguetes subterrâneos concretados que transformam o NIKE de uma graciosa agulha em um instrumento de morte.

Os homens atrás dos projéteis dirigidos e canhões têm munição ativa e sabem como empregá-la. Representam o coração endurecido, dentro do anel de aço.

Sempre que estão treinando — treinando com os radares, treinando em munição e abastecer, unindo a carga reforeadora ao projétil propriamente dito, estão também realizando a manutenção.

A um simples golpe de vista, o soldado médio pode supor que tal programa não ofereça reengajamento em um determinado posto. Mas o soldado antiaéreo não é um soldado médio. Primeiramente ele realiza o que em seu treinamento especializado irá distingui-lo de outros, que em pequena quantidade, irão constituir as tropas das forças terrestres.

A seguir, o próprio Exército percorre um longo caminho para tornar as condições de vida atraentes,

mesmo os últimos dias, quando os homens viviam em barracas instaladas em mares de lama ou nos escadantes desertos de Hanford.

O alojamento das famílias é um grande problema. O Congresso aprovou um vasto programa para alojamento de famílias, com 910 conjuntos de moradias a serem construídas nos campos do NIKE ou próximo a eles, durante o ano fiscal de 1958. Os planos atingiram a todos os estacionamentos antiaéreos onde fosse exigido alojamento. Esse programa aumentará as capacidades de trabalho, bem como permitirá a vida de famílias a isso autorizadas nas áreas do governo.

Os próprios locais principiam a ter melhor aparência. Inicialmente, eram considerados pelos comunistas, como desagradáveis à vista. Agora, grama, árvores, arbustos e flores estão sendo plantados nessas áreas. Os edifícios estão sendo pintados em cores de acordo com as condições locais. Passeios laterais e pavimentação da superfície das estradas são outros fatores que estão sendo providenciados.

O Exército também tem um pequeno posto fora de cada posição de bateria. Ali encontramos cinemas, clubes e pequenos mas eficientes postos de correio que têm uma certa dificuldade devido a grande área a atender. A antiga e absoluta expressão "meu velho equipamento" (sic) está começando a reaparecer.

Cada trabalho em uma unidade antiaérea exige vários graus de perícia do mais alto conhecimento técnico da eletrônica, desde os que alimentam o caríssimo equipamento de radar, até a perícia do motorista do reboque.

As escolas representam uma parte importante no desenvolvimento do soldado antiaéreo. A manutenção do complexo equipamento utilizado em um canhão antiaéreo ou em uma bateria de projetis dirigidos, requer que todos tenham um certo conhecimento de elementos básicos matemáticos, físicos, eletrônicos e de material. Este conhecimento pode ser melhor obtido em escolas tais como a de Artilharia Antiaérea

e a de Projetis Dirigidos, em Fort Bliss, Tex. Nem todos precisam conhecer os requisitos anteriormente estabelecidos para frequentar os vários cursos. Entretanto, os que se oferecerem voluntários para tal, e se aceitos, serão enviados a uma escola de serviço (prática) para treinamentos avançados técnicos nos vários campos.

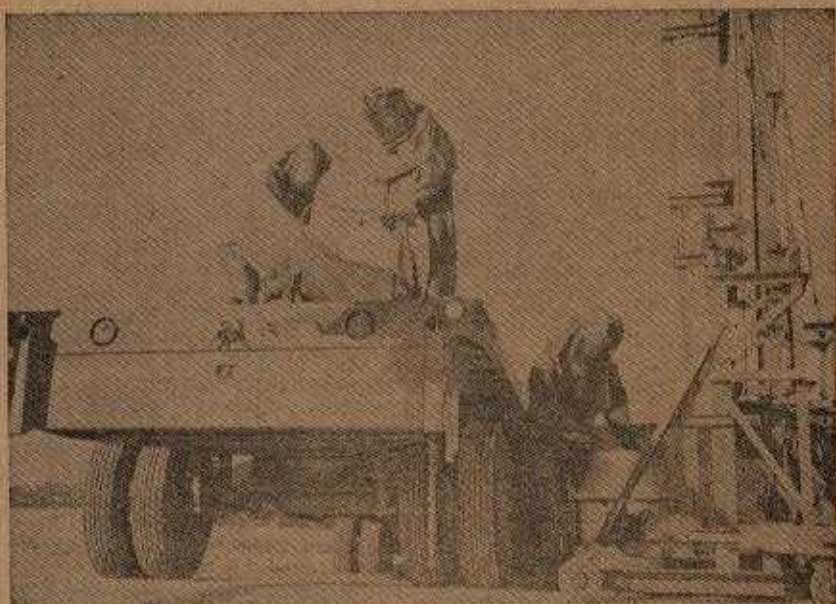
O ARAACOM tem seus problemas, um dos quais diz respeito a pessoal. Os especialistas "chave" em uma bateria NIKE são treinados nas escolas do Fort Bliss (AAA e GM), em cursos cujas durações vão de 9 a 42 semanas. Há também uma grande procura de técnicos eletrônicos por parte das indústrias civis, e muitas escolas de treinamento técnico estão localizadas em campos civis.

Na parte do pessoal, o Ministério da Guerra tomou conhecimento, recentemente, das exigências do comando para técnicos peritos, dando-lhe maiores responsabilidades no controle do pessoal. Esta nova política deu ao ARAACOM uma autonomia de administração de pessoal igual a dos comandos além mar ou dos comandos do Exército ZI.

Em relações públicas, o programa do NIKE afastou alguns intrincados problemas. Engenheiros militares têm se defrontado com forte oposição durante os processos de aquisição real de locais para NIKE. Certas localidades não têm simpatizado por completo com o programa, principalmente em questões de terras ou de estacionamento de tropas em áreas residenciais.

O comando lançou um programa de relações públicas intenso, para informar ao povo da necessidade de colocar unidades nesses locais e para explicar as exigências mínimas de terras. Deve ser tomada muita cautela com o choque nas localidades, produzido pela instalação desta nova arma à sua retaguarda. Após ocupar as instalações, o comando se integra na vida diária da localidade, como um bom vizinho.

O Comando do Exército Antiaéreo é persistente em sua crença de que as defesas antiaéreas são uma bênção, não um fardo. Crê que uma



Não se trata de seres irreais e sim de soldados com roupas protetoras, em operações de reabastecimento de uma bateria de NIKE

segunda instância em locais para NIKE significará uma defesa de segunda ordem de vidas e de cidades. Ele deseja uma opinião civil esclarecida no assunto.

O Comando também está conseguindo essa opinião esclarecida.

É o caso de um idoso cavalheiro junto às defesas de Baltimore que certa vez queixou-se dos apitos matinais de um primeiro sargento pertencente a uma bateria próxima. Assim se explicou:

"Súbito esclareceu-se em minha mente porque aqueles homens esta-

vam ali — eles ali se encontravam para defender-me. Agora, quando eu ouço aqueles apitos, viro-me para o outro lado na cama e volto a dormir. Eu sei que meu país está alerta."

* *

NOTA — O autor da tradução sentir-se-á satisfeito se, com este trabalho, conseguir transmitir algum novo conhecimento aos demais companheiros a respeito desta nova Grande Unidade.

A ENGENHARIA DE COMBATE DA DIVISÃO

Coronel MARVIN C. ELLISON

Tradução do "U.S.A. Combat Forces Journal" de agosto de 1964, pelo Tenente-Coronel FERNANDO ALLAH MOREIRA BARBOSA.

Em todas as divisões combatentes do Exército dos Estados Unidos há um batalhão altamente especializado em missões tendentes a facilitar o avanço das forças amigas ou retardarem as forças inimigas e que, quando necessário, pode combater como infantaria, com a perícia e a tenacidade dos melhores portadores da jaqueta da infantaria regular. Trata-se do batalhão de engenharia de combate orgânico, uma unidade que todo comandante experimentado encara como um poderoso fator adicional à sua disposição, sempre que compara o poderio total de suas forças com o do inimigo.

E, além desse batalhão de engenharia orgânico, há, ainda, outras forças adicionais de engenharia nas unidades de C.Ex. e de Exército. Uma apreciação integral do valor dos elementos de engenharia existentes no Exército dos Estados Unidos poderia tornar esse fator adicional ainda mais eficaz. Espero poder mostrar a razão de ser disso.

Adequadamente instruído e comandado, o batalhão de engenharia, tal como está, atualmente, organizado e integrado nas divisões de infantaria, aeroterrestres e blindadas, pode proporcionar o apoio de engenharia que, normalmente, é necessário à divisão. Uma vez que as engenharias de Corpo de Exército e de Exército fornecem o apoio de engenharia para as transposições de cursos d'água, ataques às posições altamente fortificadas, operações anfíbias e outras opera-

ções, nas quais são indispensáveis grandes reforços de engenharia, o batalhão de engenharia orgânico se concentra, de preferência, no apoio à sua própria divisão.

Para bem avaliarmos as possibilidades da engenharia de combate, devemos compreender sua missão: "Facilitar o avanço das forças amigas, prejudicar o avanço do inimigo e aumentar o conforto das tropas amigas". Além das missões normais, a engenharia de combate é instruída e armada para combater como infantaria, quando chamada a fazê-lo. Nos confortantes anais do Exército Americano, alguns dos feitos mais alentadores são ações de infantaria desempenhadas pela engenharia.

É durante os períodos de exercícios de cooperação das armas que se pode chegar a uma avaliação completa do valor da engenharia de combate. É nessas ocasiões, e não mais tarde, em combate, que se deve tratar de integrar a engenharia nas ações da infantaria, dos blindados e da artilharia. Os comandantes de infantaria, desde os de pelotão até os de divisão, devem estar inteiramente familiarizados com a organização e o equipamento da engenharia que apoia sua unidade. O treinamento em conjunto poderá ensinar-lhes as possibilidades das unidades de engenharia que, normalmente, apoiam suas respectivas organizações.

Demasiado frequentemente, o treinamento dos fragmentos táticos têm incluído todas as unidades do

grupamento, exceto a engenharia de combate. Isso tem sido o resultado, algumas vezes, das dimensões limitadas dos campos de instrução, mas tem sido ocasionado, com maior frequência, pela falta de compreensão do valor que teria a participação da engenharia nos exercícios de cooperação de armas. Na fase do treinamento, a engenharia de combate é, usualmente, pouco treinada em operações de combate e superexercitada em "aumentar o conforto das tropas amigas".

O batalhão de engenharia de combate divisionário possui quatro companhias de engenharia de combate, o que permite a designação normal de uma companhia para apoiar cada um dos três grupamentos táticos divisionários. A quarta companhia permanece como reserva divisionária, ou apoia, diretamente, a artilharia divisionária e as tropas de serviço da divisão. O batalhão de engenharia da divisão aeroterrestre tem apenas três companhias, em lugar de quatro, e as companhias têm efetivos ligeiramente inferiores aos das companhias dos batalhões das divisões de infantaria e blindadas.

Os grupamentos táticos organizados em torno de um regimento de infantaria constituem uma formidável força combatente móvel. Entretanto, a mobilidade dessa força está na proporção direta do apoio de engenharia de que ela dispõe. Em qualquer progressão, podemos admitir que as pontes estarão destruídas e que obstáculos serão criados ao longo da direção do avanço. A companhia de engenharia recebe instrução e dispõe de equipamento para abrir uma passagem para o grupamento tático. Qualquer problema de campanha da infantaria, ou problema de levantamento topográfico no escalão batalhão ou superior, pode ser resolvido pela engenharia de apoio. Ela é a arma que permite que as demais continuem a avançar.

Os grupamentos táticos podem adquirir muita da experiência de que necessitam, no tocante à coordenação e integração dos esforços, através da participação em exercícios continuados ou em manobras.

Nada pode substituir as amizades iniciadas e consolidadas pela coparticipação das agruras em campanha, em uma manobra típica de grupamento tático. Uma ordem de operações mal redigida ou uma mensagem confusa, durante uma manobra, podem desencadear a cólera do comandante superior, mas o mesmo erro, em combate, pode acarretar uma chuva de aço.

Os oficiais de infantaria podem aprender uma porção de coisas sobre a engenharia de combate, durante os exercícios de grupamentos táticos, mas, para que se obtenha uma cooperação ainda maior, será melhor que os oficiais de infantaria façam pequenos estágios nos batalhões de engenharia de combate. A designação das unidades de engenharia para integrarem grupamentos táticos deve ser feita de modo que, normalmente, as mesmas unidades trabalhem juntas, a fim de que adquiram a indispensável confiança mútua.

As unidades de engenharia devem ser postas em "apoio", de preferência a serem dadas "em reforço", a fim de que o comandante da engenharia divisionária disponha de flexibilidade, na direção das ações da engenharia. Salvo em situações fora do comum, o comandante da engenharia divisionária deve continuar a controlar todo o batalhão, distribuindo o apoio de engenharia na medida das necessidades. Há, porém, certas circunstâncias que exigirão que unidades de engenharia sejam dadas em reforço a regimentos ou batalhões de infantaria, como é o caso das operações anfíbias ou aerotransportadas. Nesses casos, logo que a missão for cumprida, a unidade dada em reforço deve voltar ao controle do comandante da engenharia divisionária.

Que pode, exatamente, esperar um comandante de grupamento tático de sua companhia de engenharia de apoio? O infante saberá, certamente, como usar a potência de fogo do batalhão de engenharia. Esses 145 rifles M-1, seis metralhadoras calibre .30, quatro metralhadoras pesadas calibre .50 e nove lança-rojões de calibre 3,5 polega-

das, parecer-lhe-ão um presente de Natal. Essa potência de fogo da engenharia é maravilhosa para resolver uma crise, mas deve ser encarada, exatamente, como "moeda falsa", a ser usada, unicamente, quando a alternativa é "uma longa caminhada a pé, até em casa".

E isso, porque uma companhia de engenharia que recebe u'a missão de combate de infantaria não pode realizar trabalhos de engenharia, até que a missão esteja terminada. Se a situação exige que a companhia de engenharia seja dada em reforço, ela ficará sob o comando do comandante do grupamento tático, e ele poderá usá-la como melhor lhe parecer, mas aumentará suas possibilidades de sucesso na operação, se a empregar judiciosamente e de acórdio com suas características.

A maioria das possibilidades de uma companhia de engenharia de-

corre, diretamente, de seu equipamento. As missões normais da engenharia de combate são desempenhadas, geralmente, por grupos de operações ou pelotões. Cada grupo de operações é transportado por uma viatura orgânica de 2,5 toneladas e dispõe de um equipamento de carpinteiro, um equipamento de destruições e um equipamento de reconhecimento. O comando do pelotão possui uma dotação similar de equipamentos.

Uma companhia de engenharia de combate pode fornecer nove desses grupos de operações, perfeitamente instruídos para cumprirem as missões normais da engenharia em campanha. A secção de comando da companhia dispõe, ainda, de um "bulldozer" e de um compressor de ar motorizado, para apoiar os grupos de operações e os pelotões. Algumas das missões de combate de engenharia são: organização



Figura 1. A Engenharia gasta muitas milhas de arame farpado. Aqui a vemos construindo uma cerca nas orlas de um campo, na Coreia

de posições defensivas; supervisão técnica da construção de defesas acessórias de arame farpado; lançamento de minas; levantamento de minas; reforço de pontes; lançamento de pontes de cavaletes; construção ou reparação de instalações; conservação de estradas; canalização da progressão pela criação de barreiras não defendidas ou obstruções nas estradas; construção de locais improvisados para os primeiros postos de socorro e postos de comando e realização de reconhecimentos de engenharia.

A engenharia de combate de todos os escalões recebe instrução e realiza exercícios sobre a transposição de cursos d'água. Na divisão de infantaria, o batalhão de engenharia é dotado de uma ponte de suportes fixos de carris de aço. Na divisão blindada, o batalhão de engenharia possui uma equipagem de ponte para 50 toneladas, de suportes fixos e flutuantes, que pode cobrir vãos de até 355 pés (mais ou menos 110m), mediante o lançamento de uma ponte mista (parte de suportes fixos e parte de suportes flutuantes).

Todas as companhias dos batalhões de engenharia estão em condições de lançar uma ponte, mas, geralmente, essa missão cabe à companhia de reserva e não às que realizam o apoio imediato aos grupamentos táticos. Isso permite que as companhias de apoio sejam deixadas com os respectivos grupamentos táticos, a fim de apoiá-los no ataque imediatamente subsequente à transposição e durante a conquista da cabeça de ponte.

A zona crítica em uma transposição de curso d'água é a cabeça de ponte, isto é, a faixa da segunda margem, cuja posse impede que o inimigo realize tiros observados de artilharia sobre os locais de travessia. Uma vez que o escalão de ataque haja atingido a segunda margem, o apoio imediato da engenharia de combate é fundamental para o prosseguimento da operação. Os campos de minas inimigos devem ser localizados e nelas abertas e sinalizadas brechas e a rede de estradas tem que ser melhorada, a

fim de permitir a rápida saída das áreas de travessia.

Todas as companhias de engenharia de combate são treinadas no lançamento da ponte Bailey, que não é orgânica dos batalhões de engenharia divisionários, mas pode ser fornecida pelos depósitos de corpo de Exército ou Exército.

Entretanto, o lançamento desse tipo de ponte será, mais provavelmente, entregue à engenharia de Corpo de Exército. As transposições de cursos d'água que interessam a mais de uma divisão têm maiores possibilidades de êxito, quando a engenharia de Corpo de Exército opera os botes de assalto, controla e opera as portadas e lança as passarelas e pontes de suportes flutuantes, dentro da zona de ação do Corpo. Isso deixa o batalhão de engenharia divisionário liberado, a fim de que concentre todos os esforços na missão de apoiar a infantaria, durante o estabelecimento da cabeça de ponte.

Exercícios de transposição de cursos d'água por meio de recursos de fortuna devem ser realizados por todos os grupamentos táticos, sob a supervisão técnica do comandante da companhia de engenharia de apoio. Muitas vezes, os processos regulares não podem ser utilizados e, portanto, a infantaria, a artilharia e os blindados devem conhecer os processos de circunstância, que a engenharia emprega.

A engenharia de combate é especialmente instruída e equipada para desempenhar o papel principal na redução de posições altamente fortificadas. Esse tipo de ataque exige reconhecimentos minuciosos da área fortificada, seguidos de exercícios de ensaio e levantamentos topográficos, realizados pelas turmas de assalto de engenharia e demais tropas de apoio.

Os batalhões de engenharia de combate das divisões de infantaria são equipados com 4 equipamentos de purificação de água, com capacidade para 35 galões por minuto (mais ou menos 130 litros), operado pelo pessoal de suprimentos do batalhão. Cada grupamento tático é apoiado por uma turma de purifi-

cação d'água, que opera um equipamento de purificação, em sua zona de ação. O quarto equipamento é mantido em reserva ou é usado para o suprimento d'água das tropas divisionárias. Em períodos de progressão rápida, os equipamentos de

purificação são avançados, para proporcionar suprimento d'água às tropas que progridem.

As operações anfíbias são apoiadas por brigadas anfíbias e unidades de engenharia de Corpo de Exército e de Exército. O batalhão de en-

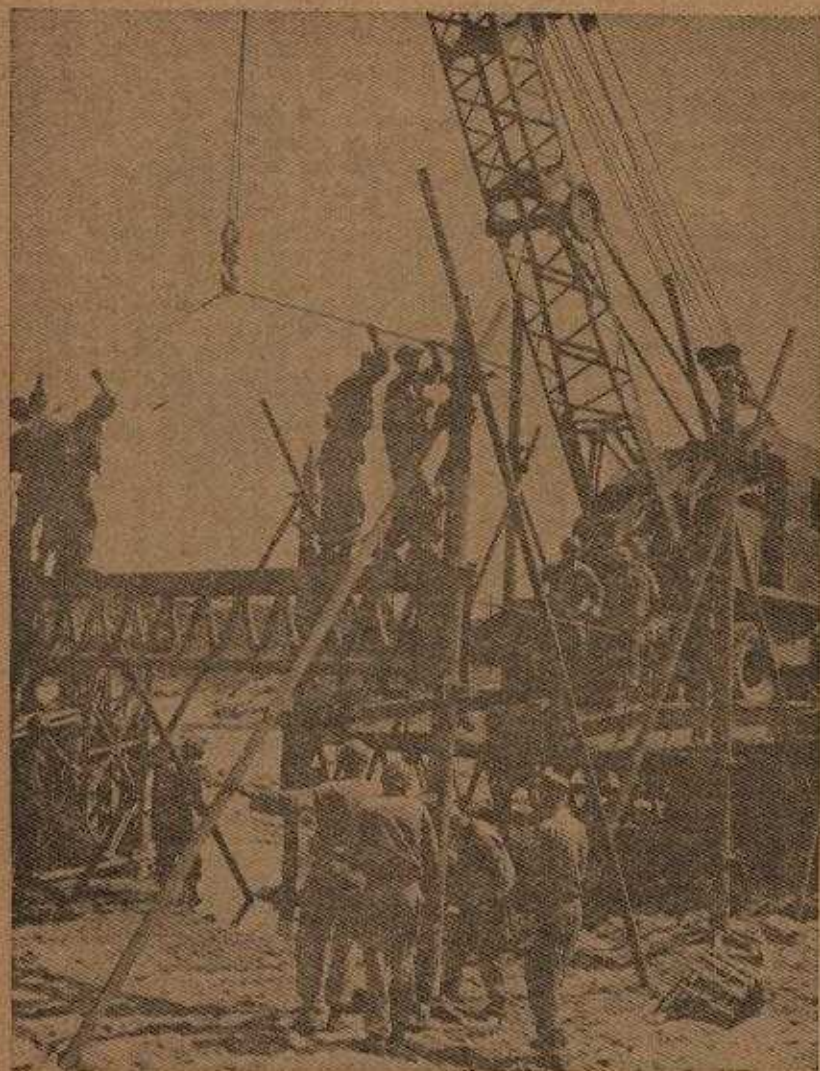


Figura 2. A Engenharia pode construir qualquer espécie de ponte que seja necessária. Vemos, aqui, a 56ª Cla. de Engenharia de Ponte de Carros — Unidade do 8º Exército Americano — montando uma peça do encontro para uma ponte de pontões, através do Rio Hantan, na Coreia, em agosto de 1951

engenharia divisionário deve ser deixado livre, para fornecer o apoio imediato aos grupamentos táticos, no momento em que eles atravessam a praia, em direção às áreas de dispersão, ou durante o assalto às fortificações da praia. A engenharia divisionária ajuda a retirada dos equipamentos pesados e supri-

circunstância. A prioridade para o carregamento do equipamento de engenharia, nas operações anfíbias, é estabelecida em função de informações e dados obtidos através de estudos na carta, fotografias aéreas e "sumários de informações".

A instrução das forças combatentes continua a mostrar a importân-



Figura 3. A Engenharia de Combate tanto destrói como constrói. Aquil, dois soldados de engenharia colocam uma carga explosiva em uma barragem, na Coreia, em agosto de 1950

mentos das embarcações de desembarque, mas suas missões principais são a organização de áreas de dispersão para a divisão, levantamento dos campos de minas e construção das estradas de acesso necessárias para que a divisão desembarque a praia. A engenharia de combate deve receber instrução sobre o trabalho das "turmas de praia" e deve estar preparada para participar de operações de praia, em qualquer

circunstância. A prioridade para o carregamento do equipamento de engenharia, nas operações anfíbias, é estabelecida em função de informações e dados obtidos através de estudos na carta, fotografias aéreas e "sumários de informações". A instrução das forças combatentes continua a mostrar a importân-

zona de aterrisagem seja organizada, de modo a proteger os suprimentos e permitir o apoio às operações posteriores. A engenharia divisionária deverá propor um plano do embarque, no qual seja prevista uma alta prioridade para a chegada do pessoal e do material de engenharia à zona de aterrisagem, sempre que se tratar de operação aerotransportada. Naturalmente, o material a ser levado será limitado ao estritamente essencial. Salvo o equipamento mais pesado de engenharia, a companhia de engenharia designada para apoiar um gru-

pamento tático, que execute um deslocamento por via aérea, poderá chegar à cabeça de ponte aérea pouco depois de os primeiros elementos haverem aterrissado. A engenharia será necessária, desde logo, para supervisionar o lançamento de campos de minas, criação de obstruções nas estradas e melhorar as estradas de acesso, durante a preparação do ataque a ser desencadeado.

Os reconhecimentos de engenharia são coordenados e supervisionados pelo pelotão de reconhecimento da companhia de comando do bata-

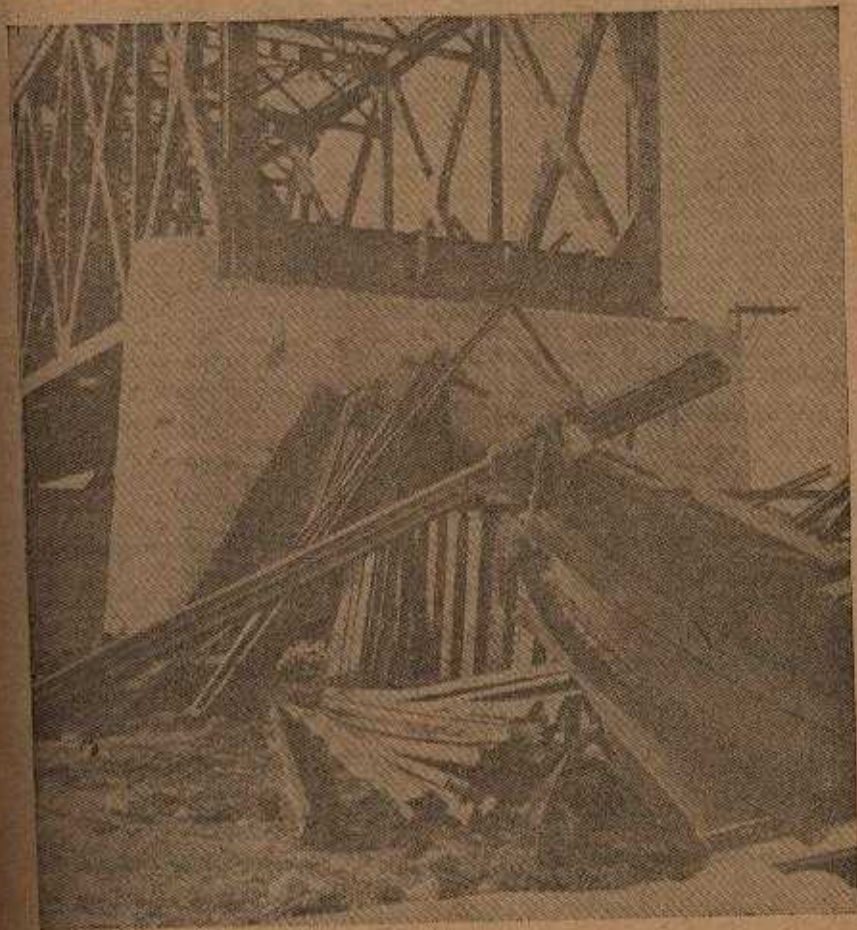


Figura 4. Ponte sobre o Rio Han, na Coréia, que foi destruída em novembro de 1959.

lhão, mas todos os elementos de engenharia recebem instrução a esse respeito, de modo a permitir que o reconhecimento de engenharia seja contínuo. O êxito das operações de combate depende, em grande parte, de informações obtidas através dos reconhecimentos de engenharia e que, até certo ponto, são informações que todos os comandantes em campanha devem poder obter, não somente das fontes da engenharia, mas de todas as tropas sob seu comando. A engenharia de combate é especialmente instruída para reconhecer vias de comunicações, locais de estacionamento, campos de minas, áreas fortificadas, pontes, locais de travessia de cursos d'água e obstáculos terrestres importantes e fornecer os dados obtidos ao comandante da engenharia divisionária, que os agrupará em um relatório de informações regulamentar, para o comandante da divisão. As informações da engenharia são centralizadas pelo G-2 da divisão, e, além das resultantes de operações normais de busca de informes no combate, proporcionam informações técnicas sobre o material inimigo capturado.

O comandante da engenharia divisionária é também o comandante

do batalhão de engenharia orgânico e faz parte do estado-maior especial do comandante da divisão. Mantém-se em permanente ligação com os membros do estado-maior geral, por meio do assistente do comandante da engenharia divisionária, que é um oficial combatente de seu próprio estado-maior. O comandante da engenharia divisionária é membro importante do estado-maior de planejamento da divisão e deve ser consultado sobre os planos e recomendações, que serão integrados nos planos elaborados pelo estado-maior da divisão.

Os estados-maiores de planejamento, às vezes, deixam de solicitar as sugestões do comandante da engenharia e isso pode resultar em planos fadados ao fracasso.

O batalhão de engenharia de combate deve possuir especialistas altamente treinados. Homens não instruídos não servem para ele, pelo menos até que se hajam transformado em soldados de engenharia de excelente habilitação.

Mais uma vez, desejo ressaltar que o fator adicional representado pelo batalhão de engenharia somente poderá ser integralmente avallado, se a engenharia vier a participar de exercícios de cooperação das armas.

Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A.

Agência do Rio de Janeiro

RUA VISCONDE DE INHAÚMA, 134-C — CAIXA POSTAL, 1239

END. TEL. "RÍOINCO"

Telefone: 23-5928 — (Rêde Interna)

Gerência: 43-1112 — Diretoria: 23-0556

RIO DE JANEIRO

ABRA UMA CONTA NO "INCO" E PAGUE COM CHEQUE

(N. 6)

FORTIFICAÇÕES DE SÃO PAULO, PARANÁ E SANTA CATARINA

Cel. ANNIBAL BARRETTO

A) SÃO PAULO

Quando o Brasil, em 1534, foi dividido em Capitânicas hereditárias, o atual Estado de S. Paulo ficou compreendido em duas Capitânicas distintas: a de S. Vicente (Ilha Indaú-Guaçu — dos indígenas) e a de Santo Amaro.

A primeira foi doada a Martim Afonso de Souza e abrangia duas regiões: uma que se limitava ao norte com a barra de S. Vicente ou de Santos, e ao sul com a baía de Paranaguá (a uns 63km da extremidade meridional da Ilha); e a outra que se limitava ao sul na foz do Rio Curupacé, hoje Juquiriquerê ("extremidade norte do canal, da Ilha de S. Sebastião"), e ao norte na barra de Macaé (Estado do Rio).

A segunda, Capitania de Santo Amaro ou Guaimbé, doada a Pedro Lopes de Souza (um dos seus filhos), limitava-se ao sul na barra de S. Vicente ou de Santos, e ao norte na foz do Rio Curupacé, hoje Juquiriquerê ("extremidade norte do canal da Ilha de S. Sebastião").

Martim Afonso de Souza, donatário da primeira capitania, delegou a Gonçalo Monteiro os seus poderes e embarcou para Portugal.

Gonçalo Monteiro fez tudo pela prosperidade da Capitania (quinhão sul), fundando S. Vicente, engenhos de açúcar, etc.

Em 1537 a Vila de S. Vicente foi saqueada pelos castelhanos, chefiados por Rui Mosquera.

Em 1542 S. Vicente foi quase destruída pelos temporais e pela fúria do mar, motivando a mudança

da vila para outro local, onde hoje se acha.

Nessa época, Braz Cuba fundou a povoação de Santos, que a princípio foi conhecida pela denominação de Pôrto.

Dai em diante S. Vicente entrou em decadência.

Braz Cuba fundou um hospital na sua novel povoação, denominando-o de Santos, donde passou a povoação Pôrto a ser conhecida por *Pôrto de Santos* e hoje Santos, tão somente. E aí construiu as primeiras obras de fortificações para a defesa de Santos.

Em 1791 a Capitania de S. Vicente reverteu à Coroa, por compra.

Pedro Lopes de Souza ou Pero Lopes, donatário da Capitania de Santo Amaro, também delegou seus poderes a Gonçalo Afonso e embarcou para a Europa.

Gonçalo Afonso fundou na ilha fronteiriça à de S. Vicente a Vila de Santo Amaro, e, assim, a então ilha denominada pelos indígenas Guaimbé, Guaibé ou Gaibéa, passou a se chamar Santo Amaro.

Os ataques insistentes dos indígenas (tamoios) impediram a prosperidade da Capitania, que, posteriormente, reverteu à Coroa, por compra.

Em 1553 Tomé de Souza, Governador Geral do Brasil, viajando para o sul, alcançando S. Vicente, "aprovou a fundação da Vila de Santos, fundou a povoação de Conceição de Itanhaem e determinou a construção da Fortaleza Bertioga, a fim de poderem os lusitanos opor-se aos ataques dos tamoiós".

Em Piratininga elevou à categoria de Vila a então povoação de Santo André da Borda do Campo, fundada por João Ramalho, e determinou que se levantasse aí obras de fortificação: trincheiras e quatro baluartes.

Foi, pois, em Bertioiga, em Santo André da Borda do Campo e em Santos, que foram levantadas as primeiras obras de fortificação em S. Paulo, conforme veremos adiante.

NOTA — a) A expedição de André Gonçalves, em 1501, foi a primeira que atingiu o território paulista. S. Sebastião e Cananéia;

b) Em 1531 Martin Afonso anorou a Ilha do Abrigo, e em 1532 a Ilha do Indaú-Guacu, denominada por ele de Ilha S. Vicente.

Vejamos, agora, num resumo histórico, as fortificações construídas em S. Paulo, na época do Brasil-Colônia, Brasil-Império e Brasil-República.

1º) FORTE DE SANTOS

Construção, Armamento, etc.

Esse Forte foi construído, em 1543, por Braz Cuba, próximo à cidade de Santos.

Em 1770 foi reconstruído e ampliado.

Nessa época seu armamento constava de 11 peças, das quais 4 de bronze.

Em 1905 suas ruínas desapareceram, em face dos melhoramentos feitos no porto.

2º) FORTALEZA DE S. JOÃO DA BERTIOGA

Construção, Armamento, etc.

Essa Fortaleza foi construída por ordem do 1º Governador Geral Tomé de Souza, em 1553, no mesmo local onde Martin Afonso de Souza, donatário da Capitania de S. Vicente, mandara, em 1532, construir um entrincheiramento denominado S. Tiago.

Em 1547 foi esse entrincheiramento atacado pelos Tamoios, sendo, então, repellidos.

Novamente, em 1550, voltaram, conseguindo vencer seus defensores, aprisionaram Hans Staden, seu

comandante, e arrasaram as primitivas fortificações.

Em 1551 foram restauradas e ampliadas.

Em 1553, porém, é que tiveram início as obras propriamente ditas da Fortaleza, mas só ficaram totalmente concluídas em 1710.

Nessa época seu armamento constava de 11 peças.

Em 1847 seu armamento constava somente de 6 peças.

Posteriormente, foi desarmada.

Em 1903 passou à disposição do Ministro da Indústria e Comércio.

Em 1920 foi restaurada, como monumento histórico.

3º) FORTALEZA DE SANTO AMARO DA BARRA GRANDE OU SOMENTE FORTALEZA DA BARRA GRANDE E FORTALEZA DA PRAIA DO GOIS

Construção, Armamento, etc.

Essa Fortaleza foi construída, no tempo do domínio espanhol, possivelmente de 1594 a 1590, por Diogo Flores Valdez, a sudeste da Ilha de Santo Amaro.

Em 1702 — 23 de julho — é que foi nomeado o seu primeiro comandante — o Capitão Luiz da Costa de Siqueira. E sua guarnição compunha-se de um alcaide e 100 soldados.

Posteriormente, foi armada.

Em 1711, João ou Manoel de Castro de Oliveira, residente em Santos, propôs-se reconstruir à sua custa a Fortaleza da Barra Grande, em troca de algumas mercês.

Em 1715, a Coroa aceitou a proposta acima, e concluída a obra, concederia a João ou Manoel de Castro de Oliveira, o fôro de fidalgo, o hábito de Cristo e uma tença de então 80\$900, etc.

João ou Manoel de Castro de Oliveira não iniciou as obras da Fortaleza.

Assim, foi encarregado da sua construção o engenheiro João Massé, que, com o auxílio do Sargento-Mor Antônio Francisco Lustosa, deu início aos trabalhos.

Em 1717 Luiz Antônio de Sá Queirouga foi designado pelo Governador de Santos para construir na

Fortaleza, parapeitos, reduto, cortina, casa de pólvora, etc.

Essas despesas foram orçadas em 4.000 cruzados, isto é, então, 1.600\$000 ou Cr.\$1.600,00.

Em 1721, no Governo de Rodrigo César de Menezes é que foi terminada a sua muralha.

Em 1723/25 foi armada com 22 peças.

Em 1731 ou 1732 a Fortaleza passou por novos melhoramentos no reinado de D. João V.

Em 1765, governava a Capitania de São Paulo o Capitão General D. Luiz Antônio de Souza Mourão, morgado de Mateus.

Esse governador, considerando o estado precário que se encontrava a Fortaleza da Barra Grande, tomou as providências necessárias para reparar e ampliar a mesma.

NOTA — Para melhor proteger a Fortaleza da Barra Grande, mandou fortificar a praia do Gois, que fica próxima à mesma, construindo uma Fortaleza que constava de uma cortina de dois ângulos, três faces, parapeitos e guaritas e armada com 18 peças. Essa Fortaleza foi denominada Fortaleza da praia do Gois.

Dirigia sua construção o Coo. Fernando Leite, Comandante da Fortaleza da Barra Grande.

Em 1701 estava armada com 8 peças, mas em ruínas.

Em 1766/68 comandava a Fortaleza da Barra Grande o Capitão Fernandes Leite.

Em 1770 seu armamento constava do seguinte (28 peças):

3 peças de calibre 24 — isto é, o peso da bala era de 24 libras (454 gramas);

8 peças de calibre 18 — idem;

3 peças de calibre 12 — idem;

3 peças de calibre 8 — idem;

11 peças de calibre 6 — idem.

Em 1877 comandava essa Fortaleza o Major Manoel Antônio de Lima. Nessa mesma época a Fortaleza da Praia do Gois, que era um Reduto da Fortaleza da Barra Grande, já estava desarmada.

Em 1889 passou à jurisdição do Ministro da Marinha.

Por Aviso Ministerial n. 484, de 17-III-1905 — BE n. 114, de 5-IV-1905, pág. 321 — foi determinado o desarmamento dessa Fortaleza, entregando-se o material ao 3º Btl. de

Artilharia, a fim de aquartelar um Destacamento do 24º Btl. de Infantaria, que iria trabalhar nas obras do Forte de Ilipus.

4º) FORTALEZA DE VERA CRUZ DE ITAPEMA

Construção, Armamento, etc.

Essa Fortaleza foi construída, na primeira metade do século XVII, numa ponta da Ilha de Santo Amaro, em frente a Santos.

Em 1688 foi reconstruída pelo Sargento-Mor Torquato Teixeira de Carvalho, que a dotou de artilharia de grande calibre.

Em 1770 o seu armamento constava de 8 peças de diferentes calibres: 8 a 12, isto é, o peso da bala era de 8 a 12 libras.

Posteriormente foi desarmada.

Em 1905 passou à disposição da Alfândega de Santos.

Hoje, só há ruínas.

5º) FORTE AUGUSTO OU DA ESTACADA (SANTOS)

Construção, Armamento, etc.

Esse Forte foi construído, em 1734, por João de Castro Oliveira, na praia e ao sul da cidade de Santos e cruzava fogos com a da Barra Grande.

Em 1770 foi reconstruído e rearmado com 9 peças:

3 peças de calibre 8 — isto é, o peso da bala era de 8 libras;

5 peças de calibre 6 — isto é, o peso da bala era de 6 libras;

1 peça de calibre 4 — isto é, o peso da bala era de 4 libras.

Em 1873 ficou subordinado ao Ministério da Marinha.

Sua construção era precária.

Hoje, não há nem ruínas.

NOTA — Nessa época houve também em Santos um pequeno Forte denominado N.S. do Monte Serrate e a Fortalezinha de S. Vicente.

6º) FORTALEZA DE S. LUIZ DA ARMADILHA OU FORTE DE S. FELIPE

Construção, Armamento, etc.

Essa Fortaleza foi construída, em 1765, na Ilha de Santo Amaro

(Ponta da Baleia — nordeste da Ilha) por ordem do Capitão-General D. Luiz Antônio de Souza, e que foi denominado Forte de S. Felipe. Defendia o Canal de Ber-tioga.

Em 1798 foi reconstruída e arma-com 6 peças.

Hoje, só restam ruínas.

7º) FORTE DAS CANAS

Construção, Armamento, etc.

Esse Forte teve sua construção iniciada, em 1800, na ponta das Canas, na Ilha de S. Sebastião (NW).

Não foi concluído. Abandonado, nada mais resta.

8º) FORTE DO RABO AZÉDO

Construção, Armamento, etc.

Esse Forte foi construído, em 1820, ao norte da Ilha de S. Sebastião, pelo Major Maximiliano Augusto Penido, Governador Militar de S. Paulo.

Seu armamento constava de 4 peças.

Hoje, nada mais resta.

9º) FORTE DE SEPETUBA

Construção, Armamento, etc.

Esse Forte foi construído, em 1820, pelo mesmo oficial construtor do Forte do Rabo Azédo.

Estava situado ao norte da Ilha de S. Sebastião.

Seu armamento constava de 3 peças.

Hoje, não há nem vestígios.

10º) FORTE DA VILA BELA

Construção, Armamento, etc.

Esse Forte foi construído pelo mesmo construtor dos Fortes acima citados, em 1820, numa ilhota situada entre o continente e a Ilha de S. Sebastião.

Seu armamento constava de 9 peças.

Abandonado, nada mais resta.

11º) FORTE DE SANTA CRUZ

Construção, Armamento, etc.

Esse Forte foi construído, em 1820, no continente, em frente ao da Vila Bela.

Seu armamento constava de 2 peças.

Seu construtor foi o mesmo dos Fortes logo acima citados.

Hoje, nada resta.

12º) FORTE DE ITAIPUS

Construção, Armamento, etc.

Esse Forte foi projetado em 1896 e está situado na ponta de Itaipus.

Mas, somente em 1903, teve início a construção da primeira bateria, se bem que, anteriormente, tivessem sido realizadas obras preliminares: estradas, viadutos, etc.

De 1904 a 1906 foram construídas outras obras: quartel, paiol, casa, etc.

Em 1909 foi iniciada a construção da Bateria de Canhões General Carneiro (2ª Bateria).

Em 1910 estava o Forte concluído, faltando obras complementares.

Posteriormente, foram feitos novos melhoramentos, ampliado e concluído.

Hoje é guarnecido pelo 5º G.A. de Costa, e armado com canhões 150.

13º) FORTE DE MUNDUBA

Construção, Armamento, etc.

É esse Forte o de mais recente construção, tendo sido construído em 1941/42 pelo Cel. de Engenharia João Monteiro de Barros.

Fica situado na ponta de Munduba, na Ilha de Santo Amaro, em frente ao Forte de Itaipus.

Por Decreto de 27-XI-942 esse Forte passou a denominar-se "Forte dos Andradas".

Hoje é guarnecido pela 3ª Bateria de Obuses de Costa e armado com obus 280.

14º) OUTRAS FORTIFICAÇÕES DE MENOR IMPORTÂNCIA E QUE NÃO MAIS EXISTEM, A NÃO SER RUÍNAS

a) *Forte de Arazá* — Construído ao sul da Ilha de S. Sebastião e foi armado com 6 peças.

b) *Forte da Feiticeira* — Também construído na Ilha de S. Sebastião e foi armado com 3 peças.

c) *Forte de Cananéia* — Foi construído na barra de Cananéia, antes de 1838.

B) PARANÁ E SANTA CATARINA

Quando o Brasil, em 1534, foi dividido em Capitânias hereditárias os atuais Estados do Paraná e de Santa Catarina ficaram compreendidos num dos quinhões doados a Pedro Lopes de Souza, denominado Terra de Santa Ana, que tinha por limite ao norte a barra de Paranaguá e ao sul a foz do Rio Araranguá ou Mampituba, ao sul de Laguna.

Essa Capitania não foi colonizada e, posteriormente, reverteu à Coroa.

a) *Paraná*:

No começo do século XVII Heitorodoro Ebano Perelra fundou as povoações de Paranaguá e Curitiba, primeiros núcleos de população desse Estado, então subordinado a S. Paulo.

Posteriormente, nos meados do século XVIII é que teve início a exploração da região sul e ocidental do Paraná. E, em 1770, Cândido Xavier de Almeida e Souza atingiu os Campos de Guarapuava.

Em 1853 foi o Paraná desmembrado de S. Paulo e elevado à categoria de Província.

b) *Santa Catarina*:

A Ilha de Santa Catarina foi doada, em 1664, a Agostinho Barbalho Bezerra, que faleceu em 1666 sem ter explorado sua Ilha.

Em 1684 foi Laguna fundada pelos paulistas Domingos de Brito Peixoto e Sebastião de Brito Guerra; e em 1721 a então povoação de Laguna foi elevada à categoria de vila.

Em 1738 S. Catarina foi desmembrada da Capitania de S. Paulo, ficando subordinada ao Governo do Rio de Janeiro.

Nesse mesmo ano a Ilha de Santa Catarina foi guarnecida, constituindo uma Capitania independente e confiada seu Governo ao Brigadeiro José da Silva Paes, que tomou posse a 7 de março de 1739.

Em 1748 foi fundada a Vila de N.S. do Desterro pelos açorianos chefiados por Francisco de Souza Fagundes.

Em 1777 Santa Catarina foi atacada por D. Pedro Cebalos e os seus defensores, quase sem resistência, capitularam.

E outubro de 1777, pelo tratado de Santo Ildefonso, a Espanha restituiu Santa Catarina a Portugal.

Logo que Cebalos ocupou Santa Catarina, tiveram início nessa região a construção das suas primeiras obras de fortificações, conforme veremos adiante.

Vejamos, agora, num resumo histórico, as fortificações construídas no Paraná e Santa Catarina na época do Brasil-Colônia.

a) *Paraná*:

1º) FORTALEZA DE N.S. DOS PRAZERES (PARANAGUÁ — ILHA DO MEL)

Construção, Armamento, etc.

Essa Fortaleza foi construída em 1767/1769, por ordem do Marquês de Pombal ao então Governador e Capitão-General da Capitania de São Paulo — D. Luiz Antônio de Souza, na Ilha do Mel (Morro da Baleia), em frente ao canal de entrada da baía de Paranaguá.

Foi seu construtor o Ten.-Cel. Afonso Botelho.

Seu armamento era o seguinte:

2 peças de calibre de 24 — isto é, o peso da bala era de 24 libras;
2 peças de calibre de 18 — idem;
2 peças de calibre de 12 — idem.

Em 1800 foi mandada desarmar.

Em 1825, entretanto, foi rearmada com 12 peças de calibre de 18 e 30 e guarnecida.

Em 1831 foi desarmada.

Em 1850 foi, eventualmente, guarnecida e rearmada.

Posteriormente desguarnecida, foi em 1905 sede de um Btl. de Artilharia e em 1909 foi guarnecida pela 4ª Bia. Independente.

Seu armamento constava, ultimamente (1913), de 4 canhões de 120mm-C/40-Armstrong, do antigo Cruzador Tamandaré.

Por ato do Governo, em 1951, foi declarada definitivamente fora do serviço.

2ª) OUTRAS FORTIFICAÇÕES DE MENOR IMPORTÂNCIA

Construção, Armamento, etc.

a) Na Ilha das Peças, na baía de Paranaguá, parece ter sido, na época colonial, instalada uma Bateria, motivo por que essa Ilha é conhecida por Ilha das Peças.

b) Forte de N.S. do Carmo (Guarapuava):

Esse Forte, de construção precária: taipa, foi construído, na época colonial, com a finalidade de defender a povoação fundada pelo Tenente-Coronel Cândido Xavier de Almeida e Souza, em Guarapuava. Nada mais resta hoje.

b) Santa Catarina:

1ª) FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DA PONTA GROSSA

Construção, Armamento, etc.

Essa Fortaleza foi construída, em 1744, pelo Brigadeiro Silva Paes, numa colina a noroeste da Ilha de Santa Catarina.

Em 1777, 24 de fevereiro, foi ocupada pelos Castelhanos de Ceballos.

Hoje, só há ruínas.

NOTA — Nesse mesmo local foi construído, em 1635, um entrenchement.

2ª) FORTALEZA DE SANTA CRUZ DE ANHATOMIRIM

Construção, Armamento, etc.

Essa Fortaleza foi construída, em 1739/1744, pelo Brigadeiro Silva Paes, na Ilha de Anhatomirim, pró-

ximo ao continente (176 metros) e a uns 5km da Fortaleza de S. José da Ponta Grossa.

Seu traçado era de forma poligonal.

Foi armada com 50 peças.

Também foi ocupada pelos castelhanos de Ceballos, em 1777.

Em 1863 foi melhorada e possuía nessa época 64 canhões.

Em 1880 seu armamento constava de 64 peças, entretanto, somente 12 funcionavam plenamente.

Em 1884 e 1887 sofreu reparos.

Em 1907 passou à disposição do Ministério da Marinha, sendo guarnecida por fuzileiros.

Foi armada com parte da artilharia do Cruzador Tamandaré:

- 4 canhões de 152mm;
- 2 canhões de 72mm;
- 4 canhões de 47mm.

Hoje, ainda continua guarnecida por fuzileiros navais.

3ª) FORTE DE S. CAETANO

Construção, Armamento, etc.

Esse Forte foi construído, em 1765, por ordem do Governador Francisco de Souza Menezes, a leste da Fortaleza de S. José da Ponta Grossa.

Era pequeno e seu armamento constava de 6 peças.

Em 1777 foi ocupado pelos castelhanos de D. Pedro Ceballos.

Hoje, não há mais vestígios.

4ª) FORTALEZA DE SANTO ANTÔNIO

Construção, Armamento, etc.

Essa Fortaleza foi construída, em 1740, também pelo Brigadeiro Silva Paes, em uma das Ilhas dos Ratoes e a uns 800 metros da Ilha de Santa Catarina.

Seu traçado era de forma poligonal.

Em 1880 estava armada com 12 peças.

Já em 1920 estava desarmada.

Hoje, só há ruínas.

5º) FORTALEZA GENERAL MOURA, DE ARACATUBA OU DA CONCEIÇÃO DA BARRA DO SUL OU FORTE MARECHAL MOURA, OU NAUFRAGOS

Construção, Armamento, etc.

Essa Fortaleza foi construída, em 1742, pelo Brigadeiro Silva Paes, numa ilha rochosa, situada ao sul da Ilha de Santa Catarina e próxima à praia de Aracatuba.

Seu traçado era de forma circular e foi armada com 9 peças.

Posteriormente foi rearmada com mais 6 peças.

Em 1895, já em mal estado, ainda conservava suas 15 peças.

Mais tarde sofreu alguns reparos.

Em 1909 ainda contava com duas Baterias.

Passado algum tempo foi desarmada.

E foi, novamente, artilhada e guardada.

Seu armamento, ultimamente, consistia de 3 canhões 120mm-C/40-Armsrong.

Hoje, considerada definitivamente fora de serviço, por ato do Governo, em 1954.

6º) FORTE DE SANTANA

Construção, Armamento, etc.

Esse Forte foi construído, em 1763, pelo mesmo engenheiro que construiu a Bateria de S. Francisco Xavier, adiante mencionada.

Estava situada na margem leste do estreito entre a Ilha de Santa Catarina e o Continente.

Tinha a forma de um polígono e foi armado com 9 peças.

Em 1880, já abandonado, aí havia se instalado a Polícia Marítima.

Em 1895, com as suas muralhas ainda de pé, foi eventualmente, armado, com a finalidade de agir contra a Esquadra Revolucionária.

Em 1907 foi considerado fora de serviço.

Em 1912 ficou subordinado ao Ministério da Agricultura, que nele instalou uma estação meteorológica.

Hoje, só há ruínas do antigo Forte.

7º) FORTE DA LAGOA

Construção, Armamento, etc.

Esse Forte foi construído, em 1775, pelo Marechal Antônio Carlos Furtado de Mendonça, a leste da Ilha de Santa Catarina, próximo a Ilha das Aranhas.

Hoje, não há nem ruínas.

8º) FORTE MARECHAL LUZ (SÃO FRANCISCO DO SUL)

Construção, Armamento, etc.

Esse Forte foi construído, em 1915, na entrada da barra de São Francisco do Sul e no mesmo local onde, nos tempos coloniais, foi construída a Bateria de S. Francisco.

Foi inaugurado em 21 de dezembro de 1915 (Nota Ministerial número 1.731, de 24-XII-915).

Depois de sua construção tem passado por muitos melhoramentos.

Seu armamento, ultimamente, consistia de 2 canhões 120mm-C/40-Armsrong.

Recentemente foi considerado definitivamente fora de serviço.

Seu quarteirão é ocupado pela 6ª BACM.

9º) OUTRAS FORTIFICAÇÕES DE MENOR IMPORTÂNCIA

a) Bateria de S. Francisco Xavier (Ilha de Santa Catarina)

Construção, Armamento, etc.

Essa Bateria foi construída, em 1763, pelo engenheiro militar José Custódio de Sá Faria, no Governo de Francisco Cardoso de Menezes e Souza.

Seu armamento consistia de 2 peças.

Hoje, nada mais existe.

b) Bateria de S. Luiz (Ilha de Santa Catarina)

Construção, Armamento, etc.

Foi construída, em 1770, pelo Sargento-Mor Francisco José da Rosa, a leste do Forte de Santana, na margem oriental do estreito que separa a Ilha de Santa Catarina do Continente.

Seu armamento constava de 4 peças.

Hoje, só restam ruínas.

- c) Bateria de Santa Bárbara (Ilha de Santa Catarina)

Construção, Armamento, etc.

Foi construída na época colonial.

Hoje, nessa antiga Bateria, achase instalada a Capitania dos Portos de Santa Catarinas.

NOTA — Outros dois Fortes : Ribeiro e João Mendes, de menor importância existiram na Ilha de Santa Catarina.

- d) Bateria de S. João

Construção, Armamento, etc.

Foi construída, em 1793, pelo Sargento-Mor Joaquim Correia da Serra, no Continente, próximo ao Forte de Santana.

Seu armamento constava de 6 peças.

Posteriormente, foi desarmada. Hoje, nada resta.

- e) Bateria de Imbituba (Em Imbituba)

Construção, Armamento, etc.

Foi construída, em 1800, na ponta norte da barra de Laguna, a uns 26km dessa cidade.

Hoje, não há nem vestígios.

- f) Bateria da Barra da Laguna

Construção, Armamento, etc.

Foi construída, em 1839, pelos farroupilhas.

Retomada pelas forças governistas, nesse mesmo ano, em 15 de novembro, foi arrasada.

- g) Bateria de S. Francisco

Construção, Armamento, etc.

Essa Bateria foi construída, antes de 1826, à margem esquerda do Rio S. Francisco, a uns 8km da cidade de S. Francisco.

Era de construção precária : pau-a-pique e terra.

Seu armamento constava de 2 peças.

Posteriormente, foi desarmada.

Hoje, não há nem vestígio.

NOTA — No seu local foi construído em 1915 o Forte Marechal Luz conforme já vimos.

BIBLIOGRAFIA

a) "História do Brasil" de P. Rafael Galanti — 1911;

b) "Fortificações do Brasil" do Cap. Corveta Carlos Garrido — 1940;

c) Edição do "Estado de São Paulo" — 4º Centenário da Fundação de S. Paulo — 1954;

d) Edição do "Correio da Manhã" — 2º Centenário da Fundação do Rio Grande — 1937;

e) Anais da Biblioteca e Arquivo do Pará — 1905.

O "PROGRAMA PADRÃO" EM RECEITAS

Capítulo FERNANDO C. GONÇALVES

"Instrução não é cadeia..."
(Slogan antigo e vergonhoso)

3 — As Praças empregadas e a Instrução :

Não cabe ao S/3 argumentar quanto a conveniência ou não de existirem Praças empregadas na Unidade.

Desde que elas existam por decisão do Comando, cabe ao Oficial de Operações procurar uma solução, a melhor possível, para a sua instrução.

Por termos sentido o quanto é difícil ministrar ensinamentos para este grupo de soldados, é que nos aventuramos a dar publicidade de como foi o problema solucionado parcialmente.

Conceituação :

Antes de entrarmos no problema é preciso que fixemos o que entendemos por "Praças empregadas". Sob este título, colocamos todos os soldados que embora possuam uma QMG e uma QMP específica, são por necessidade premente da Unidade, colocados em funções diferentes daquelas de suas Qualificações.

São várias as maneiras pelas quais elas aparecem dentro do Corpo :

Ordenanças (quando não previstos no QO) ;

Soldados da Granja ; da Poclga, etc. ;

Soldados das Oficinas (Carpinteiros, Eletricistas, Torneiros, Alfaiates, Sapateiros, etc.), além dos previstos no QO ;

Barbeiros, Jardineiros, Pintores, Pedreiros, etc. Quando não previstos no QO ;

Burocratas e Desenhistas, a mais dos previstos no QO ;

Soldados que trabalham nos Reembolsáveis existentes na Unidade ;

Soldados do Serviço Especial, além dos previstos no QO.

Quantidade :

O número de Praças empregadas varia na razão direta do tamanho da Unidade, número de suas dependências e repartições.

É sabido, e a prática o tem provado, que ao se dar uma missão qualquer para alguém, recebe-se em seguida, com urgência um lamuriOSO pedido de um dactilógrafo e um estafeta !

A fim de se poder harmonizar as necessidades da Instrução com os interesses da Administração deverá ser feito um rigoroso estudo a fim de que cada repartição conte com o menor número possível de empregados para poder funcionar a contento.

Após um balanço geral nas necessidades das diferentes repartições, — e isto é um trabalho que deve ser feito numa reunião conjunta de todos os interessados com a assistência direta do Subcm e do S/1 — ficará o S/3 de posse de um determinado número de soldados que irão constituir para a instrução o "Grupamento das Praças empregadas".

Como diminuir o número de Praças empregadas :

1 — Secção de Mecanografia :

O número de Partes, Memorandos, Despachos, Pareceres, Ofícios, Pedidos, alguns em três vias e com contra cópia, em fim todo o caudal Burocrático diário de uma Unidade é alguma coisa de assombroso, e atrás de tudo isto a fim de que a máquina não pare, existe um verdadeiro exército de dactilógrafos, mensageiros, protocolistas, operadores de mimiógrafos, arquivistas, etc.

O que vemos e sentimos atualmente nas Unidades, é que a Burocracia está desmedidamente descentralizada.

No que diz respeito a arquivos existe uma superposição maléfica, acarretando desperdício de trabalho, espaço e tempo. Um mesmo papel, Boletim ou Parecer é às vezes arquivado em dois ou três lugares ao mesmo tempo. Arquiva-se na Companhia; no Batalhão; na Fiscalização Administrativa; no Rancho; no Almoxarifado enfim em todas as dependências, um mesmo papel que já se encontra na maioria das vezes no Arquivo da Unidade !!!

Uma solução para diminuir o número de empregados na Burocracia é criar dentro da Unidade uma Secção de Mecanografia. Nesta secção ficarão reunidos todos os dactilógrafos, operadores de mimiógrafos bem como a maquinária existente, tudo sob a chefia de um dos Oficiais do EM da Unidade (Subcm; S/1 ou o AP).

A criação desta secção traz as seguintes vantagens :

Somente serão utilizados elementos dentro de suas Qualificações ;

Permite ao Chefe da Secção distribuir o trabalho equitativamente ;

Centraliza a maquinária, retirando de algumas dependências um dactilógrafo e a máquina correspondente, cujo trabalho diário talvez consistisse em dactilografar uma parte ou memorando ;

Permite ao Chefe da Secção determinar quais os papéis que podem ser manuscritos ;

É possível a existência de modelos mimiografados, prontos a serem preenchidos, de documentos rotineiros ;

Padroniza a confecção.

A secção de mecanografia encontra muita reação ao ser criada, mas após um mês de funcionamento seus efeitos benéficos já se farão sentir.

2 — Construções ligeiras e pequenos reparos :

Geralmente a Unidade possui ligeiras obras para executar e neste caso o que se faz normalmente é colocar um determinado número de soldados ao pé da obra, embora em detrimento da instrução.

Outra solução que também se vê, é a do chamado "Pelotão de mão-de-obra", Pelotão este cuja finalidade é justamente executar construções ligeiras e pequenos reparos.

As obras de pequeno vulto existentes na Unidade, podem ficar a cargo do Pelotão de Sapadores e Remuniciamento, sem causar grande prejuízo na instrução. A soma total de horas do Curso de Formação de Sapadores é de 408 sendo que muitas delas poderão ser empregadas em benefício da Unidade : Assim vejamos :

Assunto n. 145 — Conservação e manutenção de estradas — 35 h ;

Assunto n. 147 — Prática de carpintaria com madeiras brutas — Com um total de 12 horas.

Além do emprêgo destas horas em benefício da Unidade, o Pel Sap Rem, no que diz respeito à instrução individual comum a todos os soldados, deverá recebê-la no Grupamento das Praças empregadas como veremos adiante.

3 — Trabalhos de instalações elétricas :

Pequenos reparos nas instalações elétricas podem ficar a cargo do Pel Comunicações desde que um estudo metódico seja feito no programa respectivo ampliando a sua duração de 12 para 20 semanas, ou seja iniciando a instrução destes elementos com o Período de Formação em vez de fazê-lo na fase da Instrução Básica Militar.

5 — Desenhistas :

Algumas vezes a Unidade se vê assoberbada com trabalhos de desenhos, tais como : Cartas, Plantas, Calcos, Quadros Murais, etc. Nestes casos, e quando os desenhistas não derem vazão, poder-se-á lançar mão das praças matriculadas no Curso de Formação do Esclarecedor e Observador, desde que neste Curso existam os desenhistas excedentes do QO.

O Curso pelo PP, deverá começar na 9ª semana do Período de Formação durante 12 semanas. Porém a duração do curso poderá ser ampliada de modo a permitir satisfazer as necessidades da Unidade.

6 — Ordenanças :

Eis o problema mais difícil e delicado para o S/3 resolver quanto a parte de instrução.

Os Quadros de Efetivos não prevêm os ordenanças com a aceção que lhes é dada, de soldados destinados à trabalhos particulares e às vezes em domicílio de Oficiais.

A Marinha e a Aeronáutica parecem ter resolvido o Problema com a qualificação de Taifeiro.

De qualquer forma o Ordenança existe, principalmente nas Unidades que possuem Vilas Militares e o Problema é como ministrar-lhes instrução, quando o próprio PP encara o Ordenança como um soldado destinado a cuidar da montada do Oficial, tanto isto é verdade que o Programado como instrução para estes elementos é : — Instrução Equestre e Hipologia (40 h) — Instrução do mensageiro (31 h) — Instrução do Esclarecedor e Observador (22 h) — Trabalho nas baías (93 h) — À disposição do Cmdo (26 h).

A melhor solução até o presente encontrada, é colocar os Ordenanças no Grupamento das Praças empregadas, e procurando restringir o seu número tirando-lhe a característica pessoal. Assim, invés de, numa Subunidade existirem ordenanças, um para cada Oficial, haverá somente um, para toda a Cia. O mesmo acontecerá com as repartições e com o EM da Unidade.

Execução da Instrução :

A fim de que os diferentes elementos pertencentes ao "Grupamento das Praças empregadas", possam, no final do Ano de Instrução, ser honestamente qualificados nas suas QMG e QMP, sem que o funcionamento das diversas Repartições seja prejudicado, faz com que a Instrução destes Soldados tenha uma característica toda especial, ainda não prevista num PP.

Cumpra pois ao S/3 planejar e programar esta instrução, do que damos a seguir um exemplo.

1 — O PROGRAMA :

a) Período de Adaptação :

Neste Período a instrução não sofre modificações, seguindo o previsto no PP 21-1, 2ª Parte.

O Grupamento de Praças empregadas ainda não está formado, embora já esteja previsto, e a instrução para estes elementos é ministrada nas Subunidades a que pertencem.

b) *Período de Formação :*

Instrução Básica Militar : A partir da 1ª semana começa a existir o Grupamento das Praças empregadas, ficando a sua instrução a cargo de um dos seguintes Oficiais : Cmt da CCS ; Cmt Pel Sap Rem ou Cmt Pel Rec Inf.

Como monitores, contará o Oficial com os Sargentos existentes nas diferentes Oficinas e Repartições.

A fim de manter conciliados os interesses administrativos com as necessidades da instrução, poderá ser estabelecida a seguinte previsão de tempo :

Segundas, Terças, Quintas e Sextas — 4 1/2 horas ;
Quartas e Sábados — Não haverá instrução.

Assim prevendo termos um total de 18 horas semanais, enquanto que o PP 21-1, 3ª Parte, estabelece 34. Embora várias reduções possam ser efetuadas, verifica-se que para o Grupamento, esta fase do Período de Formação deverá possuir uma duração superior a 8 semanas como prescreve o PP, ou sejam 272 horas.

Reduções :

Vejamos quais as reduções possíveis de serem feitas nas horas previstas pelo PP 21-1, 3ª Parte :

Assunto 36 — Educação Moral e Instrução Geral (17 horas) :

Sessões 1, 2, 3 e 4 (1/2 hora cada) — De um modo geral, estas quatro sessões versam sobre : — A Família — O casamento, sua necessidade — A Religião e a obrigação moral de defender a família.

Acreditamos que sendo imperioso reduções, poderíamos ministrar este assunto em 1 hora sem grande prejuízo.

Sessões 5 e 6 (1/4 hora), 7, 8 e 9 (1/2 hora cada) — Consistindo em : — Necessidade das Forças Armadas — O Serviço Militar no Exército — A Hierarquia Militar e a Disciplina.

Redução de 2 horas para 1 no total das cinco sessões.

Sessões 10, 20 e 21 (1/2 hora cada) — Os Símbolos Nacionais — Os Heróis Nacionais, principalmente Caxias.

Redução de 1 1/2 para 1 hora.

Sessões de 11 a 18 (1/2 hora cada) — Letra e música do Hino Nacional e da Bandeira — Hino à Caxias — Canção da Unidade.

Este assunto poderá ser suprimido, propondo-se o seu aprendizado e execução no decorrer das Formaturas Matinais. Isto dar-nos-á um ganho de tempo de 4 horas.

Sessões 19, 24 e 25 (1/2 hora cada), 22 e 23 (1/4 hora cada) — "As virtudes militares — Deveres no Combate — O Espírito de corpo — Deveres morais e cívicos do cidadão".

Redução de 2 para 1 hora no total.

Sessões 26 e 27 (1/2 hora cada) — "As falsas doutrinas sociais" — Não sofre redução.

Sessões 28 (1/2 hora) e 30 (1/4 hora) — Compromisso militar — Respeito às ordens emanadas das autoridades civis.

Redução para 1/2 hora.

Sessões de 31 a 37 (1/2 hora cada) — Estas sessões consistem numa sinopse histórico-geográfica do Brasil. Considerando-se que as praças alfabetizadas já possuem algum conhecimento deste assunto, e as analfabetas irão também recebê-lo na Escola Regimental, poderemos reduzir o tempo total para 2 horas.

Aceitando-se estas reduções, diminuiremos o total destinado ao assunto 36, de 17 para 7 1/2 horas.

Assunto n. 37 — "Boas maneiras do militar" (3 horas).

No que diz respeito à este assunto teremos duas soluções :

1ª) Deixá-lo para ser ministrado na Subunidade às Quartas e Sábados, antes das Praças serem dispensadas, e de preferência servindo-se de exemplos ;

2ª) Transformá-lo em duas palestras com a duração de 1 hora cada.

No primeiro caso ganha-se 3 horas e no segundo 1'.

Assunto n. 38 — "Serviços internos gerais" (11 horas).

Sessão 1 (1 hora) — "Serviços gerais nos Corpos de Tropa — Deveres gerais dos soldados — Revistas, Formaturas, etc." Não sofre modificações.

Sessões 2, 3 e 4 (1 hora cada) — "Papel das guardas do Quartel, Alojamentos, Parques, etc." Pode ser transformado, sem grande prejuízo, em duas demonstrações de 1 hora. A primeira versando sobre a Sentinela, e a segunda sobre o plantão e outras guardas.

Sessões 5, 6 e 7 (1 hora cada) — "Procedimento do soldado aos diferentes toques (Alvorada, Rancho, Formatura Geral, Reunir, Alarme e Silêncio)" — O assunto pode ser ministrado por meio de uma demonstração de 1 hora.

Sessões 8 e 9 (1 hora cada) — "Procedimento do Soldado quando doente, dispensado, em gozo de licença ou férias — Situações extraordinárias da tropa".

Pode ser reduzido para uma sessão de 1 hora.

Sessões 10 e 11 (1 hora cada) — "Vencimentos a que fazem jus os Soldados das diversas categorias — Razões e etapas".

É possível ministrar-se em uma só sessão de 1 hora.

Elaborando-se estas reduções no Assunto n. 38, têm-lo no total, diminuindo de 11 para 6 horas, dando-nos um ganho de 5.

Assunto n. 39 — "Disciplina, Justiça Militar e Sinais de Respeito" (17 horas).

Sessões 1 e 2 (1 hora cada) — "Hierarquia nas Forças Armadas — Distintivos de Postos e Graduações".

Este assunto é prosseguimento do de n. 23 no Período de Adaptação, onde já foi ensinado nas sessões de 4 a 9, o que nos permite reduzi-lo para 1 sessão de 1 hora.

Sessões 3 e 4 (1 hora cada) — "Continência individual".

O assunto destas sessões é prosseguimento do de n. 17 no Período de Adaptação (sessões de 8 a 16), o que nos permite reduzi-lo para 1 hora.

Sessão 5 (1 hora) — "Procedimento do militar em diversas situações".

Este assunto já foi ministrado no Período de Adaptação (n. 16, sessões de 6 a 11) e também é ensinado no Assunto 37 do Período de Formação.

Como o nosso objetivo é ganhar tempo podemos suprimir esta sessão, sem grande prejuízo.

Sessões 6, 7 e 8 (1 hora cada) — Não sofrem alterações.

Sessões 9 e 10 (1 hora cada) — "Nomes dos Oficiais do Corpo ; Autoridades civis e Militares relacionadas com a Unidade".

Podemos reunir as duas sessões numa única com a duração de 1 hora.

Sessões de 11 a 17 (1 hora cada) — Versando de um modo geral : "Transgressões e crimes — Classificação do comportamento — Circunstâncias atenuantes e agravantes".

O assunto é prosseguimento do de n. 16, no Período de Adaptação (sessões 12 a 19), e permite uma compressão de 7 para 4 horas no total.

Após este balanço geral no assunto n. 39, verificamos a possibilidade de reduzi-lo de 17 para 10 horas totais de instrução.

Assunto n. 40 — "Organização do Exército" — Neste tópico não encontramos reduções possíveis.

Assunto n. 41 — "Sigilo dos assuntos militares" — O assunto já está bem condensado e parece não permitir mais reduções.

Assunto n. 42 — "Serviço Militar e Mobilização" (3 horas) — De um modo geral este assunto versa sobre a duração do Serviço Militar; prorrogações possíveis; direitos e deveres do Reservista, e nos permite uma redução de 3 para 2 horas.

Assunto n. 43 — "Higiene Militar e primeiros socorros" (23 horas) — Reputamos o assunto como de importância, já está bem resumido e parece-nos não comportar reduções.

Assunto n. 44 — "Uniforme, Equipamento e Material de Acampamento" (10 horas).

Sessões 1, 2, 3 e 4 (1 hora cada) — Consistem em assuntos que já foram ensinados no n. 22, do Período de Adaptação, sessões de 1 a 6, ou seja, "Conhecimento e cuidados com o fardamento e equipamento". Sem causar grande prejuízo à instrução estas quatro sessões podem ser abolidas.

As demais sessões persistem (5 a 10) o que reduz a duração total do assunto 44, de 10 para 6 horas.

Assunto n. 45 — "Ordem Unida à pé" (26 horas).

Sessões de 1 a 4 (1 hora cada) — "Aperfeiçoamento do que foi ensinado no Período de Adaptação".

Em se tratando de ganhar tempo, como é o nosso caso, acreditamos serem dispensáveis estas sessões.

Sessões de 5 a 20 (1 hora cada) — Não sofrem alterações.

Sessões de 21 a 24 (1 hora cada) — "Formaturas da Subunidade".

Considerando-se que o Grupamento das Praças empregadas não constitui uma Subunidade, é que a Ordem Unida é sempre ministrada em conjunto, acreditamos ser possível abolir estas sessões.

Sessões 25 e 26 (1 hora cada) — Não sofrem alteração.

Após este estudo no Assunto n. 45, verificamos haver a possibilidade de reduzir o tempo total de 26 para 18 horas.

Assunto n. 46 — Marchas, Bivaches e Acampamentos — Este assunto não sofre modificações, e as Praças empregadas farão as marchas nas Companhias a que pertencerem.

Assuntos: 47 (Formações de Combate); 48 (Camuflagem); 49 (Guerra Química); 50 (Cobertura e Progressão); 51 (Fortificações Sumárias); 52 (Reconhecimento e Patrulhas à pé) e 53 (Minas e Armadilhas), são assuntos que reputamos importantes para a instrução básica militar e parece-nos não comportar reduções.

Assunto n. 54 — "Armamento e Tiro" — Neste assunto computaremos somente 6 horas assim distribuídas:

4 horas — Destinadas ao aprendizado, pelas praças, das armas de que são dotadas;

2 horas — Destinadas ao prosseguimento da Instrução Preparatória iniciada no Período de Adaptação (Assunto n. 25, sessões de 1 a 6).

Não estão computadas nesta previsão as horas para execução dos diferentes tiros, pois isto será feito dentro das Subunidades a que pertencem.

Em condições de Estande favoráveis, poder-se-á propor que as Praças empregadas, nos dias de Tiro da Companhia, sejam as primeiras a atirar, ficando logo após liberadas a fim de receberem instrução no seu Grupamento.

Outro processo será o de ministrar a instrução de Tiro e sua execução, dentro do Grupamento, e não na Subunidade, e neste caso, deverão ser aproveitadas as manhãs das Quartas-feiras ou Sábados, liberando-se os homens à proporção que o tiro vá sendo executado.

Assunto n. 56 — Educação Física — Reputamos como de importância e não encontramos reduções possíveis.

Dosagem do tempo :

Após este estudo estar executado e submetido a aprovação do Comando, ficará o Oficial de Operações de posse de uma nova dosagem dos assuntos, e por conseguinte terá o total de horas de instrução no Período, reduzido, somente para o Grupamento das Praças empregadas.

No nosso caso o Quadro aparecerá da seguinte maneira :

QUADRO DE TRABALHO PARA AS PRAÇAS EMPREGADAS DURANTE
O PERÍODO DE FORMAÇÃO

(Instrução Básica Militar)

ASSUNTOS	TOTAL DE HORAS	
	Previstas no PP 21-1 3º Paro	A administrar
Educação Moral e Instrução Geral	17	7 1/2
Bons maneiras do Militar	3	2
Serviços Internos e Gerais	11	6
Disciplina, Justiça e Sinal de Respeito	17	10
Organização do Exército e da Arma	3	2
Sigilo dos Assuntos Militares	2	2
Serviço Militar e Mobilização	3	2
Higiene Militar e primeiros socorros	23	23
Uniformes, Equipamento e Material de Acampamento ...	10	6
Ordem Unida à pé	26	18
Marchas, Bivaches e Acampamentos	20	20
Formações de Combate	4	4
Camuflagem	5	5
Guerra Química	8	8
Cobertura e Progressão	7	7
Fortificações Samárias	5	5
Reconhecimento e Patrulhas à pé	12	12
Minas e armadilhas	8	8
Armamento Individual e Tiro (Inst. Prep.)	24	6
Educação Física	32	32
A disposição do Comando	16	16
Total	256	261 1/2

Duração da Instrução Básica Militar :

Sendo de 201 1/2, o total de horas de Instrução a ministrar nesta fase, e considerando-se a disponibilidade de somente 18 horas por semana, teremos como duração total da Instrução Básica Militar, 11 semanas e um dia.

A fim de deixarmos uma margem de tempo para reajustamentos e descontos de feriados, poderemos calcular como sendo de 12 semanas o disponível para esta fase.

Acceptando-se este planejamento como definitivo, acarretará que quando as praças empregadas estiverem terminando a Instrução Básica Militar, as demais encontrar-se-ão na 12ª semana do Período de Formação ou seja, na 4ª semana da fase de Instrução Básica de Qualificação.

Instrução Básica de Qualificação :

Nesta fase volta a se desfazer o Grupamento das Praças Empregadas, passando os homens a receberem instrução nas Cias de origem.

É claro que as quatro semanas perdidas com o prolongamento da Instrução Básica Militar dificilmente poderão ser recuperadas, porém tendo em vista que o objetivo da Instrução Básica de Qualificação é preparar o homem para desempenhar na Subunidade uma determinada função, e que a Instrução Tática Individual e Coletiva das pequenas frações (Pera, Seção, GC e Pelotão), somente têm início a partir da 13ª semana (PP 7-2), acreditamos que com uma acurada assistência, aqueles que pertenceram ao Grupamento de Empregados, poder-se-á, no final do Período, ter os homens em condições satisfatórias para serem Qualificados.

Deixando de existir o Grupamento, e persistindo as necessidades das diferentes Repartições, caberá então estabelecer-se quais os assuntos e como ministrá-los, desde que o *onde* já ficou assentado sê-lo na Subunidade.

A solução que apresentamos, já sancionada pela prática, é a seguinte :

Obrigatoriedade de comparecimento de todas as Praças Empregadas às seguintes instruções :

- 1 — Educação Física ;
- 2 — Marchas, Bivouacs e Acampamentos ;
- 3 — Armamento e Tiro ;

4 — Tática Individual e Coletiva — No que diz respeito a este assunto, poderá ser proposto que semanalmente cada Subunidade execute uma jornada completa no campo (Almôço, Jantar e Ceia), a fim praticar e receber ensinamentos, e nestes dias, a Companhia deverá estar completa nos seus efetivos, com todos os Sargentos, Cabos e Soldados empregados nas diferentes repartições.

Accepta esta sugestão, e considerando-se para cada jornada no campo, dez horas de instrução efetiva, teremos até o fim do Período (da 13ª à 20ª semana), 80 horas para serem dedicadas ao preparo dos homens nas suas Qualificações.

c) Período de Aplicação :

"Neste Período, o homem faz aplicação do que lhe foi ensinado na Instrução Básica de Qualificação, numa instrução coletiva e de conjunto, que visa o preparo técnico e tático das Unidades para emprêgo em Campanha (PP 21-1, 1ª Parte)."

É o período que sofre mais variações de ano para ano ou de Unidades para outras.

Sua execução fica subordinada ao planejamento do Escalão superior (Manobras de tropa ou de Quadros), porém como previsão poderemos estabelecer para a instrução das praças o adotado na Instrução Básica de Qualificação.

Acreditamos ser possível em algumas Unidades, recuperar-se neste Período, no que diz respeito às praças empregadas, as quatro semanas perdidas na Instrução Básica Militar.

2 — CONSIDERAÇÕES FINAIS :

a) Não é aconselhável colocar-se numa Repartição, somente soldados oriundos de uma mesma Subunidade, para evitar que nos dias de Tiro ou Jornada Completa, fique a repartição impossibilitada de funcionar ;

b) A Instrução das praças empregadas é difícil de coordenar pois exige Fiscalização intensa, mas é exequível ;

c) Em termos de discussão, acreditamos serem as "Praças empregadas" verdadeiras aberrações dentro de uma Unidade e opinamos que a melhor solução consiste em propor modificações no QO, conforme as necessidades, pois só assim o fazendo, poderemos honestamente, e sem peso na consciência Qualificar os homens em suas funções ;

d) Urge, mediante um trabalho intensivo e persistente, destruir o "slogan", antigo e vergonhoso, mas que tende a avolumar-se, reboando dentro do Exército com a triste afirmação :

"Instrução não dá cadeia! Administração dá!"

A nós oficiais, formados para Instruir e Comandar, cabe destruí-lo sob pena de num futuro sentirmo-nos culpados, chorando de arrependimento debruçados sobre livros administrativos impecáveis.

**COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL
DO BRASIL**

FABRICA BANGU

TECIDOS FINOS

EXIJAM SEMPRE A MARCA



QUE GARANTE:

CÔRES FIRMES, PERFEIÇÃO E DURABILIDADE

REFLEXÃO SOBRE A CULTURA DO OFICIAL

1º Tenente PAULO CAVALCANTI DA COSTA
MOURA

I — INTRODUÇÃO

Sob o título acima, publicamos em janeiro de 1955, nesta Revista, um despretencioso artigo sem outro objetivo senão o de discutir o conceito de cultura militar e a necessidade do conhecimento das ciências sociais, em geral.

Desde então, temos acompanhado com bastante interesse, a discussão feita através de revistas militares sobre os conhecimentos necessários ao oficial e problemas da formação intelectual dos oficiais.

Voltamos, agora, ao assunto para, retomando a discussão, comentar alguns aspectos do atual ensino na AMAN, nossa principal escola de formação.

Diz o R-70 (Regulamento para a Escola Militar), em sua primeira parte, que a Escola Militar (atual AMAN) se destina a formar o oficial subalterno das diversas Armas e do Serviço de Intendência.

Acreditamos não seja, estritamente, este o espírito do Regulamento, pois se a AMAN deve formar o subalterno, deve fazê-lo com uma base de conhecimentos e caráter tal que permita a esse subalterno, mediante outros cursos e escolas, atingir aos mais altos postos da hierarquia militar.

A formação intelectual do oficial há de preparar este lastro de conhecimentos necessários e imprescindíveis à cultura do oficial, especialmente dos altos chefes militares.

Ainda que ilógico, tal não acontece.

II — O PROBLEMA

O Ensino em si de nada valerá se perdermos seus objetivos e, no

Exército, o objetivo será a eficiência máxima do Chefe.

Que deve saber um perfeito Chefe Militar?

Deve, por certo, sem completo em todos os ramos, inclusive no intelectual. Deverá, portanto, ser amplamente conhecedor dos problemas que lhe são, ou poderão vir a ser, afetos: emprego de sua tropa, vastos conhecimentos no campo militar e, também, capacitado à resolução dos problemas de ordem social importantes para suas decisões.

Assim, a formação do Chefe deve ser cuidada (quanto aos conhecimentos necessários) segundo dois aspectos: um, estritamente, militar; outro, o dos problemas humanos, econômicos e sociais.

Percorre-se o caminho da formação do Chefe através das escolas de formação: a última isto é, aquela da onde deve sair já formado em definitivo é a EsCEM, abaixo da qual encontramos a EsAO e a AMAN.

Veíamos como se processa, efetivamente, esta formação:

A formação, especificamente, militar é feita nos cursos e escolas de formação: a AMAN prepara o subalterno, a EsAO forma o Cmt. de Btl. e a EsCEM o Cmt. das GU. Desta forma, prepara-se, mediante um encadeamento de ensino, o Chefe no seu aspecto tático, pelo menos.

E a formação intelectual?

Exige-se do candidato à EsCEM prova de conhecimentos de Geografia, de História, etc., sem que se faça um encadeamento do ensino, com uma preparação sistemática por etapas lógicas.

A última vez em que se estuda tais assuntos é no currículo das EsPC, ou CM, e todos sabemos como é falho e mal aproveitado este estudo. A partir da AMAN, inclusive, se abandona este aspecto da formação intelectual. Por quê?

Na Academia o Cadete não lê sobre História, Geografia, etc., pois o tempo é pouco para a Física, Balística, etc.; na tropa, surgem novas dificuldades, continuando alheio ao problema; na EsAO só se cuida da tática e, quando o oficial acorda para preparar-se ao EM já são passados dez anos, ou mais, de seu curso de EsPC e, então, recomeça da estaca zero. Inegável, tal atitude traz graves prejuízos não só para o oficial, pessoalmente, como para o Exército, que vai receber em seus quadros de preparação às funções de EM indivíduos que há um mês atrás estudavam Geografia por livros como Aroldo de Azevedo, etc., todos de nível ginasial...

Vê-se aí a incoerência do ensino militar: pretende-se ensinar ao jovem aluno rudimentos de ciências sociais, para abandoná-lo como Cadete, como Tenente, como Capitão e voltar a exigir do Maior conhecimentos perfeitamente atuais e desenvolvidos, sem que houvesse um elo de ligação lógica no processo do aprendizado.

Por que não fazer no aspecto cultural o mesmo que no aspecto tático?

III — UMA DAS CAUSAS

Examinando-se, ainda que superficialmente, a evolução do ensino no Exército concluímos ser os atuais programas da AMAN (no chamado ensino teórico) o resultado de uma evolução, demasiadamente lenta, dos velhos programas da Escola Militar da Praia Vermelha.

É que, àquela época, a elite intelectual do Exército era constituída de homens de filosofia de um Benjamin Constant, indivíduos de formação positivista e, como tal, voltados às matemáticas.

A velha Escola (que tantos nomes deu ao Exército) preocupava-se mais em formar bacharéis, que tenentes

para a tropa. Era, porém, preciso conceder ao aluno da Escola Militar uma base de cultura e à falta de outro, regulou-se o currículo escolar à semelhança dos cursos de engenharia civil. Para se constatar isso basta comparar ambos os currículos.

Ainda hoje encontramos nos atuais programas os mesmos traços marcantes: no 1º ano: física (experimental — eletricidade — termodinâmica — ótica geométrica, etc.); a Geometria Analítica e Cálculo Infinitesimal e a Geometria Descritiva — Planos Cotados. No 2º ano: a Topografia, o Cálculo Vetorial — Mecânica Racional e a Química. No 3º ano: a Balística.

Salvam-se, nem se sabe porquê, o Direito, no 1º ano e a História Militar, no 3º.

Desta forma, na melhor hipótese, que nunca acontece, o Aspirante é declarado pleno de conhecimentos matemáticos (que raramente usará) e sem noção dos assuntos de que irá necessitar, futuramente, para o ingresso na EsCEM.

Não queremos dizer, com isso, que a Matemática não seja necessária à formação do oficial; além da necessidade para os futuros técnicos, ela disciplina o espírito, educa o raciocínio dedutivo e não raro, difere o Sargento do Oficial. Sabemos, perfeitamente, ser a verdadeira hierarquia fundamentada nas qualidades morais e valor intelectual.

O que não compreendemos, nem podemos admitir, é a suficiência de tais conhecimentos; que eles sejam necessários, não temos dúvidas, mas achamos haver excessos destas ciências positivas, em prejuízo das ciências sociais, que estudam os problemas sociais, com os quais deve o Chefe se acostumar, pois com eles vai lidar, constantemente.

IV — SUGESTÃO

Tais fatos, porém, parecem não estar passando despercebidos aos nossos atuais chefes. Presentemente, cogita-se da reforma completa do atual R-70, existindo para isso uma Comissão de Estudos.

Já no campo da instrução militar experimenta-se, este ano, nova organização do ensino, que, ressalvadas as incriveis dificuldades em material e pessoal, parece dará resultados satisfatórios. No terreno do ensino dito teórico, continuam os debates e estudos.

Ao término do ano letivo, próximo findo, na qualidade de auxiliar de instrutor, que temos a honra de ser, enviamos aos nossos chefes imediatos as considerações já expostas, concluindo pela sugestão de um novo currículo para a AMAN.

Pela experiência no trato diário através de três períodos escolares, firmamos a convicção de que se impõe um novo período, isto é, um 4º ano na Academia. Já não é possível com o progresso constante da técnica militar e a futura remodelação dos atuais programas de ensino, fazer-se o curso somente em três anos.

Tomando-se, como base, o currículo em quatro anos ousamos sugerir à apreciação competente as seguintes cadeiras, para o Curso das Armas:

ANO	PROGRAMA ATUAL	PROGRAMA PROPÓSTO
1º	Geometria Analítica e Cálculo Infinitesimal Geometria Descritiva Física Experimental Direito (Internacional, Constitucional e Penal)	Geometria Analítica e Cálculo Infinitesimal Física Experimental Química Geografia do Brasil (econômica e humana) Português
2º	Topografia Mecânica Racional Química	Topografia Mecânica Racional História do Brasil (econômica e social) Espanhol
3º	Política História Militar Emprego da Arma	Política História Militar Direito (Constitucional, Civil e Internacional) Inglês
4º	—	Direito (Penal Militar) Pedagogia Geral e Direção da Aprendizagem Militar Psicologia Geral e Militar Emprego da Arma

Como se verifica do quadro exposto, a formação matemática ficaria privada da Geometria Descritiva. Teria início, em compensação, o estudo das ciências sociais com a Geografia do Brasil (econômica e humana), a História do Brasil (econômica e social) e a Psicologia.

A Geografia e a História são básicas para uma eficiente preparação ao concurso da FSCM. A Psicologia é fundamental a qualquer oficial e a esse respeito é interessante

notar-se que, atualmente, aprendemos a técnica e a tática ignorando o "homem", que é peça fundamental, quer da tática, quer da técnica.

O Direito ficaria dividido em duas etapas, sendo a última a do Direito Penal Militar, para que ficando no 4º ano, possa juntar-se aos conhecimentos mais necessários ao Aspirante na Tropa.

A História Militar passa ao 3º ano, como um elo entre o estudo da História do Brasil (no aspecto geral)

e preparação ao estudo do Emprego da Arma (depois de ter sido estudada toda a História Militar, incluindo, naturalmente, a do Brasil).

Acrescentar-se-ia ao 4º ano o estudo da Pedagogia, em substituição vantajosa ao atual programa de Método e Processos de Instrução, que é dado junto à instrução militar e com deficiência de tempo. Ficaria para a instrução militar a prática de ministrar instruções, coisa que, atualmente, não existe.

Seria, ainda, introduzido o estudo dos idiomas inglês e espanhol por serem as duas línguas mais necessárias ao oficial. O Português é colocado por ser básico e indispensável ao futuro Aspirante.

A aula de Emprego da Arma (antiga Tática) continuaria, como antes, no último ano.

V — CONCLUSÕES

1 — Sabemos, perfeitamente, que o problema está ainda longe de ser

resolvido. Muito restaria: A EsAO, por exemplo, talvez devesse incluir alguns assuntos, como Geografia Militar, História Militar Comparada, etc. São problemas que não conhecemos, ainda não sentimos e, portanto, não podemos opinar.

2 — Na situação atual a grande verdade é que o Cadete enfrenta programas enormes, sem o tempo necessário para estudá-los, sem base e acaba sendo declarado Aspirante sem saber nada de nada.

3 — Inegavelmente, os atuais programas não respondem às finalidades do ensino militar e é mister modificá-los, com urgência.

Gostaríamos de ver o problema amplamente estudado e debatido, para que as futuras gerações de oficiais fossem mais bem formadas, que a nossa, em proveito do Exército e do Brasil.

ADUBE SUAS TERRAS COM SALITRE DO CHILE

(Multiplica as Colheitas)

A EXPERIÊNCIA DE MUITOS ANOS TEM PROVADO A SUPERIORIDADE DO SALITRE DO CHILE COMO FERTILIZANTE. TERRAS POBRES OU "CANSADAS" LOGO SE TORNAM FERTEIS COM SALITRE DO CHILE

"CADAL" CIA. INDUSTRIAL DE SABÃO E ADUBOS

Agentes Exclusivos do Salitre do Chile

Para o Distrito Federal, Estados do Rio e Espírito Santo

Escritório: Rua México, 111-12º andar — Tels. 42-0881 e 42-0980

Fábrica: AV. AUTOMÓVEL CLUBE, 4260 — Acaraí — Rio de Janeiro



SITUAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DO BRASIL

DADOS EXTRAÍDOS DO RELATÓRIO DO BANCO DO BRASIL

O quadro da economia brasileira no ano findo foi dominado por duas ocorrências de efeitos depressivos: a redução, em valor, do comércio internacional e a permanência da pressão inflacionária.

Para a queda de nosso intercâmbio com o exterior concorreram, de um lado, as exportações, cuja diminuição, relativamente ao ano de 1954, foi de quase 140 milhões de dólares e, de outro, as importações, que cresceram em perto de 330 milhões.

COMÉRCIO EXTERIOR

US\$ 1 000 000

ANOS	EXPORTAÇÃO		IMPORTAÇÃO	
	Valor	Diferença sem o ano anterior	Valor	Diferença sem o ano anterior
1951	1 771	+ 414	1 977	+ 898
1952	1 420	- 351	1 976	- 1
1953	1 539	+ 119	1 319	- 657
1954	1 562	+ 23	1 634	+ 315
1955	1 423	- 139	1 307	- 327

A causa do descenso no valor das exportações reside preponderantemente na baixa dos preços do café e do cacau, que não pôde ser compen-

sada pelo substancial aumento de vendas do nosso principal produto (mais 2 778 000 sacas que no ano anterior) e de outros de importância secundária.

É fácil avaliar a repercussão na economia nacional, provocada pelo decréscimo daqueles dois produtos, cujo valor, somado ao do algodão, tem representado, nos últimos anos, cerca de 80 % de nossas vendas ao exterior.

EXPORTAÇÃO

% do Valor

PRODUTOS	1951	1952	1953	1954	1955
Café	59,8	73,7	70,7	60,7	59,3
Algodão	11,3	2,5	5,6	14,3	0,2
Cacau	3,9	2,9	4,9	5,7	6,4
Outros produtos ...	75,5 21,5	79,1 20,9	82,3 17,8	83,7 16,3	74,9 25,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Levando em consideração as percentuais do quadro anterior, fácil é avaliar o que, normalmente, significam baixas acentuadas nas cotações de nossos produtos clássicos de exportação, como foi o caso do café e do cacau no ano passado, quando os preços caíram de 23 % e 35 %, respectivamente, em confronto com as médias do ano anterior.

Em termos de dólares, a redução causada pela baixa de valor de nossos embarques de café, cacau e algodão foi da ordem de 241 milhões. Em virtude, porém, de maiores vendas de outros produtos, as exportações resultaram, afinal, em um declínio de 139 milhões de dólares.

Desde que nossas provisões cambiais derivam, quase exclusivamente, daqueles três produtos — que representaram, no último quinquênio, 80 % das exportações nacionais — é evidente que as importações tinham de sofrer as consequências de sua queda em valor, embora não obrigatória e rigidamente dentro dos mesmos anos.

As compras no exterior, caindo, no ano de 1955, em perto de 330 milhões de dólares, em contraposição a uma baixa nas exportações de apenas 140 milhões, refletem as dificuldades cambiais que nos vêm afligindo, desde meados de 1954, e de que uma das causas é o atendimento de compromissos contraídos com a finalidade de amortizar atrasados comerciais.

Para a economia brasileira — que se vem expandindo em acelerado ritmo — tal compressão na entrada de artigos estrangeiros tornou-se fator de retardamento, tanto mais ponderável quanto a própria ampliação de nosso parque industrial e a modernização de nossa atividade agrícola reclamam maiores e mais diversificadas importações de bens de capital. Isso sem aludir às exigências do transporte e da energia que condicionam o desenvolvimento econômico de qualquer país.

Tal circunstância contribuiu para intensificar a pressão inflacionária a que vem sendo submetida a economia brasileira, oriunda, em elevada proporção, dos deficits orçamentários e da excessiva liberalidade de crédito, que somente durante breves e raros períodos tem sido interrompida.

Tôdas aquelas forças inflacionárias, derivam, em sua maior parte de deficiências estruturais de nossa economia — ainda muito dependente do mercado externo de uns poucos produtos primários — e da política monetária e financeira que vimos seguindo.

Por isso mesmo, o problema da abundância de produtos alimentares nos grandes e médios centros populacionais do País se apresenta em seu duplo aspecto: o do incremento da quantidade produzida e, quiçá mais importante, o de sua distribuição física e comercial aos mercados de consumo.

Felizmente, tanto um como outro têm sido objeto de atenção por parte da iniciativa privada e pública, relevando notar o propósito governamental, no sentido de dotar o País de uma rede de silos e armazéns, e o de particulares, visando à melhoria dos rendimentos unitários, por meio do emprêgo de adubos, do uso da irrigação, conservação de solos e outras técnicas agrícolas.

Todavia, fundamentais que sejam as providências no setor da produção agrícola de subsistência e de sua distribuição, a luta contra a inflação exige uma série de medidas, no terreno especificamente econômico ou financeiro-fiscal, que, tomadas em conjunto, conseguirão conter, pouco a pouco, a força expansiva que caracteriza todo regime inflacionário.

Dentre tais medidas, tôdas elas, aliás, urgentes, sobressaem as relativas à redução substancial dos deficits orçamentários da União, Estados e Municípios; dos provenientes da execução oficial de serviços industriais, tendo à frente os transportes ferroviários e marítimos; e ainda, as referentes aos financiamentos bancários a determinados setores da atividade privada.

Para a consecução de tais finalidades, muito contribuirão o saneamento e fortalecimento dos títulos públicos, a fim de que, o mais breve possível, o Governo volte a levantar fundos, destinados a seus investimentos, no mercado de capitais e não no mercado do dinheiro. Uma política de crédito orientada pelas reais necessidades de nosso desenvolvimento econômico fará com que a assistência bancária preencha sua função, que é a de suprir recursos para a produção e movimentação da riqueza, nunca, porém, a de se substituir ao capital das empresas.

A contenção do processo inflacionário, que retarda — além de sobrecarregar, socialmente falando — o desenvolvimento econômico de qualquer país, deve ser, por isso mesmo, nossa maior preocupação, a fim de que se elevem os índices de vitalidade da economia brasileira, imperativo indeclinável para um país cuja taxa de crescimento demográfico é das mais elevadas do mundo.

PRODUÇÃO

O ritmo do desenvolvimento da produção brasileira pode ser, de certo modo, avaliado pelos índices da produção física abaixo alinhados:

PRODUÇÃO INDUSTRIAL

Índice (1943 = 100)

ESPECIFICAÇÃO	1951	1952	1953	1954	1955 (2)
Gusa	313	327	355	439	418
Aço	453	480	540	617	609
Laminados	441	455	522	615	635
Carvão mineral	94	94	87	59	109
Câmaras-de-ar para veículos a motor	358	353	394	456	431
Pneumáticos para veículos a motor	313	350	391	447	476
Celulose (1)	...	109	158	194 (2)	324
Cimento Portland	125	217	272	333	361
Papel (3)	184	183	205	221	221 (*)
Couros e peles	142	134	142	143	143 (*)
Agúcar	186	207	232	245	249
Banha (3)	113	112	112	120	120
Conserva de carne	133	135	137	140	140 (*)
Farinha de trigo	126	123	159	133	133 (*)

(*) 1954.

(1) 1952 = 100.

(2) Dados sujeitos a reificação.

(3) 1945 = 100.

Para melhor exame da expansão de nossa capacidade produtiva, organizamos o quadro a seguir, pelo qual se pode ter noção do progresso contínuo da indústria básica, a cuja frente se encontra a siderurgia:

PRODUÇÃO INDUSTRIAL BÁSICA

1 000 toneladas

PRODUTOS	1951	1952	1953	1954	1955 (2)
Gusa	775	812	880	1 089	1 037
Aço	843	893	1 015	1 148	1 122
Laminados	637	713	841	971	1 009
Cimento Portland	1 456	1 619	2 030	2 477	2 693
Folhas de Flandres	42	42	40	41	33
Alumínio (1)	...	...	1 195	1 462	3 920

(1) Toneladas.

(2) Dados sujeitos a reificação.

Oportuno ressaltar o surto da indústria siderúrgica, cuja produção de laminados passou de 700 000 toneladas, em 1951, a 1 000 000, no ano findo.

Apesar desse avanço, o crescimento da produção siderúrgica estará longe de ser suficiente às necessidades do País, se levarmos em conta não apenas o consumo interno, mas, ainda, as possibilidades de exportação de uma variedade de produtos siderúrgicos não somente para países de industrialização incipiente, mas, também, para outros de estrutura fundamentalmente manufatureira.

Para acompanhar o alargamento do mercado interno e o aumento — embora bem menos acentuado — das vendas ao exterior, novas empresas se fundam, enquanto as existentes estão empenhadas em ampliar suas instalações, iniciando novas linhas de produção.

Assim, por exemplo, a atividade da Companhia Siderúrgica Nacional — que representa cerca de 50 % de toda a produção siderúrgica brasileira — é evidenciada pelo volume e pela diversidade de seus laminados :

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL

Produção

(Toneladas)

PRODUTOS	1952	1953	1954	1955	Previsão para 1956 (*)
Trilhos e acessórios	77 890	63 945	52 369	80 598	127 000
Barras e perfilados	51 639	74 396	101 113	83 177	42 000
Chapas grossas	52 390	58 575	57 666	74 707	51 000
Chapas finas a quente	51 719	57 557	74 389	113 549	116 000
Chapas finas a frio	71 645	76 072	79 407	110 127	106 500
Chapas galvanizadas	12 843	14 508	12 879	12 678	16 500
Folhas de Flandres	42 162	40 414	41 226	37 830	95 000
Total	360 088	375 467	418 920	512 665	553 000

(*) Além da previsão mencionada, a fábrica de estruturas programou a produção e venda de 6 000 toneladas de estruturas metálicas.

Complementando a obra da Companhia Siderúrgica Nacional, a Companhia Aços Especiais Itabira alcançou, nos últimos anos, as seguintes cifras de produção :

COMPANHIA AÇOS ESPECIAIS ITABIRA

Produção de Laminados

(Toneladas)

PRODUTOS	1952	1953	1954	1955
Gusa	40 863	38 744	44 456	44 203
Lingotes	25 167	33 713	50 842	47 500
Tarugos e planas	13 912	27 335	33 015	43 095
Perfis	5 980	14 071	22 572	25 504
Chapas laminadas e acabadas	5 147	8 134	9 774	10 242
Total	91 069	121 997	165 659	170 545
Forjados (n. de peças) ..	242 344	322 682	541 251	479 392

Embora, no ano findo, a tonelagem tenha sido praticamente idêntica à de 1954, tendo apenas baixado de 10 % o número de peças forjadas, não deixa de ser altamente satisfatória a média do incremento anual de sua produção, nos últimos quatro anos, girando em torno de 26 000 toneladas e 80 000 peças forjadas.

Não obstante seu ritmo ter sido bem inferior à industrial, a produção agrícola global vem acusando aumento que, expresso em índices, assim se apresenta :

PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Volumé físico

ANOS	Mercado Interno (1)		Mercado Externo (2)	
	1 000 t	Índice 1948 = 100	1 000 t	Índice 1948 = 100
1951	24 525	104	1 616	103
1952	25 055	106	1 823	123
1953	28 266	111	1 704	114
1954	28 837	122	1 669	112
1955 (3)	29 717	126	1 847	124

(1) Produção consumida, total ou quase exclusivamente, dentro do País: batata-doce, batata-inglês, milho, mandioca, arroz com casca, trigo e feijão.

(2) Produção que, em considerável percentagem, é destinada aos mercados mundiais: café, algodão em rama, cacau, sisal e carnaúba.

(3) Dados provisórios.

Nos quadros a seguir, apresentamos os principais produtos de nossas atividades agrícolas e extrativas, no último quinquênio :

PRODUÇÃO AGRÍCOLA

1 000 toneladas

Principais produtos	1951	1952	1953	1954	1955 (*)
Algodão em rama	349	575	375	395	406
Arroz com casca	3 182	2 931	3 072	3 367	3 920
Cacau	121	114	137	163	162
Café	1 080	1 125	1 111	1 037	1 175
Cana-de-açúcar	33 653	36 041	38 337	40 302	40 261
Feijão	1 238	1 152	1 387	1 544	1 464
Mamona	177	158	161	170	177
Mandioca	11 918	12 809	13 441	14 493	14 535
Milho	6 218	5 907	5 934	6 789	6 906
Sisal	55	64	73	66	98
Trigo	424	689	772	871	983
Batata doce e inglesa	1 545	1 586	1 710	1 773	1 909

(*) Dados provisórios.

PRODUÇÃO EXTRATIVA VEGETAL

1 000 toneladas

Principais produtos	1951	1952	1953	1954
Babaçu	83	71	66	74
Borracha	28	30	32	32
Castanha-do-pará	34	18	31	32
Cêra de carnaúba	11	10	8	6
Mate	65	60	57	65
Officinal	31	30	23	26

PRODUÇÃO EXTRATIVA MINERAL

1 000 toneladas

Principais produtos	1951	1952	1953	1954	1955 (2)
Combustíveis:					
Carvão mineral	1 962	1 960	2 025	2 055	2 256
Petróleo em bruto (1)	90	98	120	130	254
Minérios:					
Ferro	2 407	3 162	3 617	3 071	3 606
Manganês	204	249	231	163	380
Scheelite (3)	1 536	1 313	1 567	1 319	...
Zircônio (3)	3 496	3 972	3 093	3 786	...
Sal	1 244	781	761	676	581

(1) Conversão feita à base de 322 kg/1 000 litros.

(2) Dados sujeitos a reificação.

(3) Toneladas.

PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO PREDOMINANTE

CAFÉ

Eis como, nas últimas safras, vem evoluindo a produção nacional comparativamente com a dos demais países produtores :

PRODUÇÃO MUNDIAL EXPORTÁVEL DE CAFÉ

Volume físico

SAFRAS	Brasil		Outros países		Total 1 000 sacas
	1 000 sacas	%	1 000 sacas	%	
1950/51	16 754	54,1	14 214	45,9	30 969
1951/52	14 965	49,0	15 606	51,0	30 571
1952/53	16 676	48,8	16 887	51,2	32 962
1953/54	15 123	45,8	17 926	54,2	33 049
1954/55	13 890	40,7	20 067	59,3	33 867
1955/56 (*)	16 000	43,4	20 880	56,6	36 880

(*) Estimativa.

CACAU

Eis como se tem situado o produto brasileiro, relativamente à produção mundial :

PRODUÇÃO MUNDIAL DE CACAU

Toneladas

Principais países produtores	Média 1935/36- 1939/40	1933/54	1954/55 (1)	1955/56 (2)
Brasil	119 739	123 136	168 897	157 985
Camerun francês e África equatorial	27 316	59 524	60 999	67 494
Costa do Ouro	270 401	219 073	232 202	232 238
Costa do Marfim	49 866	52 999	65 854	65 771
Equador	15 220	29 905	25 394	32 205
República Dominicana	24 516	29 715	38 112	38 556
Nigéria	98 123	98 991	82 760	91 444
Outros	101 821	112 576	117 610	123 358
Total	710 959	726 919	791 738	809 050

(1) Dados provisórios.

(2) Estimativa.

ALGODÃO

No quadro abaixo, alinhamos as quantidades produzidas pelo Brasil e principais países exportadores do produto que vem ocupando, há tantos anos, lugar de especial destaque em nossas exportações :

PRODUÇÃO MUNDIAL DE ALGODÃO

1 000 toneladas

Principais países exportadores	1952/53	1953/54	1954/55	1955/56 (1)
Argentina	128	141	97	109
Brasil	347	318	355	390
Egipto	446	318	348	383
Estados-Unidos	3 440	2 720	3 091	2 289
Índia	650	817	959	847
México	271	263	294	455
Paquistão	324	260	284	282
Peru	87	119	102	98
Síria	44	49	79	90
Sudão	87	90	91	94
Turquia	152	134	127	130
Outros	491	504	505	639
Total (2)	6 417	6 723	6 532	6 823

(1) Dados provisórios e parcialmente estimados.

(2) Exclusive China, U.R.S.S. e Europa Oriental.

COMÉRCIO EXTERIOR

É sensível a queda do valor das exportações, que passaram de 1 771 milhões de dólares, em 1951, a 1 423 milhões, em 1955.

Dentre os diversos fatores que concorreram para a baixa do valor das exportações nos últimos anos, merece particular referência o declínio do volume de vários produtos, alguns dos quais desapareceram, praticamente, de nossa pauta de exportação, acentuando, desse modo, a preponderância do café, algodão e cacau, que passaram a representar 75 % do valor global no ano findo, enquanto, no pré-guerra, se situavam em torno de 65 %.

Motivara esse retrocesso no caminho da variedade de nossas exportações o fato de que, até fins de 1953, uma taxa de câmbio não mais compatível com a realidade da economia nacional vinha dificultando, quicá impedindo, a colocação fora do País de diversos produtos brasileiros, cujos preços não haviam logrado as altas espetaculares do café, do cacau e, até certo ponto, do algodão.

O regime cambial, instituído pela Instrução 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito — procurando reajustar, paulatinamente, o valor interno do cruzeiro ao seu valor externo — alargou as possibilidades de nossas vendas nos mercados estrangeiros.

Para país como o Brasil — cuja economia, apesar da expansão industrial, ainda depende, em elevado grau, das permutas internacionais — a ampliação dos mercados externos é indispensável ao prosseguimento do surto industrial, cujo ritmo precisamos acelerar.

A esse propósito, é animador constatar que a manufatura brasileira vai, gradativamente, encontrando escoamento e que, embora ainda não tenha atingido o nível verificado antes da última guerra, em compensação é representada por variedade bem maior.

O esforço para ampliar a pauta de nossas exportações torna-se evidente quando se observa a reação verificada em 1955, ano em que, após declínio acentuado, se nota substancial recuperação, alcançando-se 75 %, aproximadamente, do nível de pré-guerra, e uma expansão de 283 % sobre 1953.

A tendência, a partir de 1939, para a alta do valor da exportação — em contraste com a relativa estabilidade da tonelagem — foi causada pelo fato de terem sido, em geral, compensadores os preços do café, cacau e algodão.

Graças à boa posição desses três grandes produtos nos mercados mundiais, nossas "relações de trocas" (Terms of Trade) melhoraram sensivelmente nos últimos anos, desde 1949.

A exportação brasileira caracteriza-se pela marcante predominância da classe dos gêneros alimentícios — representados praticamente pelo café — e das matérias-primas, conforme ressaltam o quadro e gráfico a seguir :

EXPORTAÇÃO

Tonclagem

Percentuais sobre o total

CLASSES	1951	1952	1953	1954	1955
Matérias-primas	59,6	61,5	62,3	69,0	66,8
Gêneros alimentícios	40,0	38,1	36,5	30,8	32,9
Manufaturas	0,4	0,4	0,2	0,2	0,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Apesar de superior em 2 778 mil sacas ao volume do ano de 1954, o valor do café exportado em 1955 caiu de 1 912 milhões de cruzeiros, equivalentes a cerca de 104 milhões de dólares :

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ

ANOS	1.000 sacas	Cr\$ 1 000 000	Preço médio Cr\$/ saca
1951	16 258	19 448	1 189
1952	15 821	19 213	1 214
1953	15 562	21 696	1 394
1954	10 918	17 407 (*)	1 594
1955	12 696	15 495 (*)	1 131

(*) Exclusivo bonificações.

Ao café seguem-se o algodão e o cacau, que perfizeram, em 1955, 16 % do valor global de nossas vendas externas. Os recursos cambiais fornecidos por esses dois produtos clássicos da exportação brasileira foram igualmente reduzidos, em virtude da diminuição acentuada da tonelagem do algodão e do sensível decréscimo de preço do cacau.

EXPORTAÇÃO

Algodão em rama

ANOS	Toneladas	Cr\$ 1 000	Preço médio Cr\$/t
1951	143 462	3 822 842	26 647
1952	28 131	639 864	22 746
1953	139 515	2 238 387	16 044
1954	309 466	4 096 410 (*)	13 236
1955	175 706	2 411 861 (*)	13 727

CACAU

ANOS	Toneladas	Cr\$ 1 000	Preço médio Cr\$/t
1951	96 125	1 275 835	13 273
1952	58 242	763 067	13 103
1953	108 690	1 532 463	14 099
1954	120 970	2 489 726 (*)	20 581
1955	121 923	1 669 053 (*)	13 689

(*) Exclusivo bonificações.

Infelizmente, as dificuldades de ordem cambial não permitiram que, em 1955, as aquisições de bens de produção e matérias-primas essenciais se mantivessem em nível adequado às exigências de nossa industrialização, que requer amplo fornecimento de matérias-primas para a indústria de transformação e farto suprimento de material de transporte e de energia. É o que deixa ver o quadro seguinte, onde, tanto quanto possível, figuram os principais bens de produção :

A tonelagem dos combustíveis continuou a aumentar em ritmo aproximado de 15 % ao ano, não sendo, porém, acompanhada, na mesma proporção, pelo valor, em virtude da redução das importações de gasolina,

que vêm sendo substituídas pelas de petróleo bruto, destinado às refinarias nacionais :

IMPORTAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

Tonelagem e valor

PRODUTOS	1953		1954		1955	
	1 000 t	Cr\$ 1 000 000	1 000 t	Cr\$ 1 000 000 (*)	1 000 t	Cr\$ 1 000 000 (*)
Carvão de pedra...	466	160	468	152	564	222
Coque	4	4	35	21	5	4
Gasolina	2 430	2 155	2 626	2 119	1 170	999
Óleos combustíveis (Fuel e Diesel)...	3 478	1 464	4 262	1 618	2 256	1 381
Petróleo em bruto...	30	18	142	71	3 513	1 450
Querosene	408	252	539	354	546	361
Outros combustíveis	312	136	306	98	538	195
Total	7 128	4 220	8 378	4 458	9 612	4 612

(*) Exclusive ágios.

Os recursos cambiais empregados na compra de petróleo e derivados elevaram-se, no ano findo, a cerca de 250 milhões de dólares, ou seja mais de 1/6 do valor global das vendas ao exterior.

As aquisições de trigo (em grão e farinha), derivados do petróleo e papel de imprensa absorveram cerca de 30 % da receita proveniente das exportações brasileiras em 1955 (1 423 milhões de dólares).

IMPORTAÇÃO

1955

PRODUTOS	US\$ 1 000
Trigo (grão e farinha)	161 582
Petróleo e derivados	250 899
Papel de imprensa	25 315
Total	437 896

A tonelage dos combustíveis continuou a aumentar em ritmo aproximado de 15 % ao ano, não sendo, porém, acompanhada, na mesma pro-

porção, pelo valor, em virtude da redução das importações de gasolina, que vêm sendo substituídas pelas de petróleo bruto, destinado às refinarias nacionais :

Moeda e Crédito

MEIO CIRCULANTE

Valores em fim de ano

ANOS	Cr\$ 1 000 000	Índice 1950 = 100
1951	35 319	113
1952	39 282	126
1953	47 004	151
1954	58 041	189
1955	69 340	222

FONSECA ALMEIDA

COMÉRCIO E INDÚSTRIA S.A.

Ferragens, Tintas, Vernizes, Oleos, Lubrificantes, Materiais de Construção, Tubos, Gaxetas, Correas, Material para Estradas de Ferro, Extintores e Equipamentos Contra Incêndio.

ESCRITÓRIO E ARMAZÉM:

RUA 1º DE MARÇO N. 112 — TELEFONE: 23-1760

DEPÓSITO:

RUA EQUADOR N. 52 (Esquina de Rua Prof. Pereira Reis n. 47) — TEL.: 43-8015

RIO DE JANEIRO

A AMAZÔNIA BRASILEIRA SOB O ÂNGULO MILITAR

Ten.-Cel. TASSO VILLAR DE AQUINO

Sem que constitua, pelas naturais dificuldades, problema inabordável, ou impenetrável mistério, como, ainda nestes dias, muita gente de responsabilidade teima em reconhecer, a Amazônia apresenta, entretanto, particularidades que não admitem enquadramento em fórmulas gerais, exigindo, ao contrário, conhecimento e compreensão, que só o contacto directo com a região asseguram.

O próprio espaço amazônico não obedece a fronteiras, alargando-se ou reduzindo-se conforme o prisma sob o que a região é encarada.

O conceito de Amazônia é, portanto, variável, o que chega a parecer paradoxal, quando se sabe que a Amazônia constitui uma das mais bem definidas, mais características e mais individualizadas regiões geográficas do Globo. Nessa variedade, entretanto, um elemento se apresenta constante: a vastidão da área.

Politicamente integram a Amazônia, os Estados do Pará e Amazonas: os territórios de Amapá, Rio Branco, Acre e Rondônia. É a "Amazônia Clássica", ponto de partida para a determinação das demais.

Sob o aspecto económico a área amazônica se alarga, abrangendo a "Amazônia Clássica" e mais partes dos Estados de Mato Grosso, Goiás e Maranhão, respectivamente, ao norte dos paralelos de 16° e 13° e a oeste do meridiano de 44°.

É a Amazônia Económica, oficialmente reconhecida e enquadrada no Plano de Valorização Económica da Amazônia. Suas fronteiras foram tracadas com base em abalissados estudos especializados, como o da "Sociedade dos Amigos de Al-

berto Tôrres", o do Conselho Nacional de Geografia, em valioso trabalho do Professor Lúcio de Castro Soares; o do relator do Plano de Valorização Económica da Amazônia, no Senado, o Senador Alvaro Adolfo.

Cada um desses trabalhos fundamentou-se em critério diferente, ou seja o geodésico, o fisio gráfico e o fitogeográfico, respectivamente, tendo, portanto, chegado a resultados também diferentes quanto à área que deveria enquadrar a Amazônia Económica.

O conceito hidrográfico nos conduz a uma outra Amazônia, admitindo alargamento em certas áreas e reduções em outras, mas, de qualquer forma, ampliando o espaço, em relação ao conceito económico.

A Amazônia Militar praticamente se confunde com a "Clássica". Suas particularidades e características nos impõem o reconhecimento de que a Amazônia constitui um teatro de operações à parte. Querer desconhecer essa verdade ao encarar os problemas de ordem militar, querer ligá-la a qualquer outro teatro, desprezando suas particularíssimas condições, é dar soluções militares descabidas, sem objetividade.

Vista em conjunto, a Amazônia apresenta, além da vastidão, as seguintes marcantes características:

— o aspecto hidrográfico, retratado na imensa calha coletora do Rio Amazonas, que atravessa a região de W — para L, dividindo-a em duas partes desiguais: a do norte muito menos larga que a do sul, e nos seus numerosos e caudalosos tributários;

— o aspecto fitogeográfico, dado pela inconfundível Hiléia Brasileira,

por si só capaz, como também a hidrografia, de dar singularidade à região:

— a grande penetração continental, constituindo fronteira com quatro países su-americanos e três colônias europeias;

— a muito fraca densidade demográfica (menos de 0,5 hab. por km²), tornando-a a área mais despovoadada do país;

— a configuração topográfica, preponderantemente plano, com fracas alturas ao norte e ao sul;

— o clima quente e muito úmido, com frequentes precipitações torrenciais e inundações anuais periódicas.

Ao lado desses aspectos marcantes da região, convém assinalar a sua formação geológica, que se apresenta com a imensa planície sedimentar, de forma de garrafão deitado, em que a bacia está voltada para o Atlântico: limitada ao norte e ao sul por grandes áreas de terrenos antigos da arcaica, principalmente, e do algonquiano. Nessa planície sedimentar predominam, geralmente, os terrenos terciários, seguidos dos quartenários e da faixa do siluriano e carbonífero, estas nos Estados de Amazonas e Pará; de manchas do cretáceo, no Território do Acre e Estado do Maranhão, e do triássico, particularmente nos Estados de Mato Grosso e Goiás.

Quanto ao desenvolvimento de operações militares, o Todo Amazônico comporta duas regiões distintas:

— a região Leste;

— a região Oeste. Cada uma com condições geográficas próprias; diferente situação quanto a emprego e possibilidades de possíveis adversários; exigindo, portanto, de nossa parte, meios e emprego diferentes.

O limite entre essas duas regiões poderá, a grosso modo, ser reconhecido como em Santarém, ponto de particular importância, não só pelas facilidades portuárias, como pela existência de bom aeroporto, e, principalmente, por permitir, de futuro, a ligação Santarém-Cuiabá,

através a BR 16, do Plano Rodoviário Nacional, que nos livrará da atual servidão da ligação Norte-Sul, apenas pelo Atlântico.

A região Leste apresenta como características principais:

— extensão litoral atlântico, da foz do Rio Gurupí ao Cabo Orange;

— os pontos-chaves de Belém e Macapá, que controlam a navegação para o interior da Amazônia, oferecem boas condições portuárias e outras vantagens militares;

— maior densidade de população;

— ferrovias ligando Belém a Bragança, próximo ao litoral, e o novo porto, do Território de Amapá, à região do manganês, na Serra do Navio;

— rodovias, de rendimento apreciável, ligando Belém ao litoral, e Macapá à localidade de Oiapoque, esta última rodovia ainda em vias de conclusão.

Nessa região, o litoral ao norte da foz do Rio Amazonas, constituído pela costa do Território de Amapá, é de muito difícil acesso, pois está ainda em plena formação. "No Oceano, a linha de 65 metros de profundidade fica a 55km da costa". A ponta NE da Ilha de Maracá, oferece o único fundeadouro seguro para navios. O Rio Oiapoque, linha divisória do Brasil com a Guiana Francesa, permite navegação franca até a localidade de Santo Antônio, logo a NE da de Oiapoque, onde vai ter a rodovia Macapá-Oiapoque, já trafegável até Calçoene.

Macapá poderá, portanto, ser atingido através o Rio Amazonas (canal do norte) e pela rodovia Oiapoque-Macapá, esta última em futuro próximo.

Ao sul da embocadura do Amazonas, embora a costa se apresente muito mais recortada, não é fácil, contudo, o acesso, pelos mangais e tijucos que ela oferece.

O acesso franco a Belém dá-se pela baía de Marajó — Rio Pará — baía de Guaiará. Belém poderá ser atingido também através pontos de litoral, como Salinópolis, ou dele pouco afastados, como Bragança, e mesmo partindo da Ilha de Marajó.

Em face dos fatores de ordem geográfica apontados na região do Leste amazônico, é fácil concluir que a conquista dos pontos-chaves exige o emprego de fortes meios navais e aéreos, que permitam a aproximação e o desembarque, e meios terrestres para a posse dos mesmos.

Como consequência, o equipamento militar na região Leste amazônico deverá caracterizar-se:

- presença de poderosos meios navais e aéreos para fazer face à ação adversária desde o mais longe possível;

- defesa a todo custo, dos pontos-chaves de Belém e Macapá, e manutenção de pontos importantes sobre as vias de acesso a esses pontos-chaves.

As condições do terreno, nessa parte da Amazônia e as rodovias existentes, indicam o BC como unidade básica e admitem o emprego limitado de blindados.

Convém ressaltar, que a natureza do clima quente e muito úmido, e, por isso mesmo, "debilitante e enervante", exige da tropa, proveniente de outras regiões do Brasil, adaptação, que não deve ser desprezada.

Além disso, essas mesmas condições de clima e mais as frequentes torrenciais precipitações a que a região está sujeita, impõem medidas de proteção para o material e adaptações em relação ao uniforme e equipamento da tropa.

* *

O Oeste amazônico apresenta maiores particularidades, nele incidindo em cheio as características especiais que diferenciam a região amazônica, no conjunto brasileiro.

A natureza e possibilidades atuais dos países limítrofes, nessa parte da Amazônia, ao lado das naturais dificuldades que ela oferece a operações ofensivas de vulto, tornam o Oeste amazônico de mais fácil defesa que o Leste, exigindo menor contingente de tropa, meios muito menos importantes e causando, portanto, menores preocupações de ordem militar. Por outro lado, como

veremos, a tropa aí empregada deverá ser da própria região; armada, equipada e uniformizada, de acordo com as restrições impostas pelas singulares condições locais.

Caracterizam o Oeste amazônico:

- a continuidade da Hileia Brasileira, determinando a existência de extensas áreas passivas entre os rios navegáveis;

- os caudalosos rios navegáveis, cujas nascentes estão nos países vizinhos e que penetram profundamente na Amazônia;

- a região-chave Manaus-Itacoatiara, onde vêm ter todas as vias de acesso ao interior da região, constituídas pelos rios;

- a ausência de rodovias de valor militar e de ferrovias, a exceção da Madeira-Mamoré, no Território de Rondônia, contornando os numerosos obstáculos que impedem a navegação do Rio Madeira, nesse trecho;

- a mentalidade anfíbia dos habitantes da região, resultante de constituírem os rios as vias normais de circulação, ficando dos mesmos dependentes toda a atividade humana, individual ou coletiva, através os meios de transporte, que variam da ubá ao transatlântico;

- o clima quente e muito úmido, com aguaceiros frequentes e inundações anuais periódicas, estas mantendo alagadas, durante vários meses, grandes áreas da floresta adjacente aos rios;

- a fraquíssima densidade demográfica.

Convém salientar, desde já, que a floresta amazônica constitui áreas passivas, não porque impeça o movimento no seu interior, mas por não permitir o tráfego indispensável ao apoio logístico às tropas combatentes; pela sua continuidade e, sobretudo, pelas fracas possibilidades financeiras dos nossos vizinhos, que lhes não permitem meios para, em pouco tempo, abrirem estradas de rendimento militar através tamanha amplidão. O movimento de pequenos efetivos, de valor até Batalhão, com apoio logístico baseado no transporte em lombo de animais, é perfeitamente possível, pela na-

tureza da floresta, em geral constituída de árvores de troncos retos, porte gigantesco e, relativamente, reduzido diâmetro; providas de galhos à grande altura; com pouca vegetação rasteira que, pela falta de luz solar, não encontra condições favoráveis para sobreviver. Sobre o solo, espessa camada de folhas mortas e troncos podres, que constituem o adubo natural para o terreno, em geral fraco.

O facão de mato, para afastar pequenos obstáculos vegetais, sob a forma de cipós, geralmente, presta, nessa floresta, inestimável serviço.

Na imensa região do Oeste amazônico, em razão da capital importância que assumem os rios navegáveis, constituem pontos críticos dignos de menção os que criam servidões nas condições de navegabilidade dos rios, que asseguram acesso para o interior da região, partindo de territórios limítrofes.

São êles:

— Caracará, no alto Rio Branco, onde a Cachoeira do Bemquerer, logo ao norte, barra a navegação franca do rio, permitida à montante, em condições já inferiores;

— Uaupés, no alto Rio Negro, onde a cachoeira do mesmo nome cria no rio condições semelhantes à do Bemquerer, no Rio Branco;

— Porto Velho, Guajará-Mirim e Abunã, sobre a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que dá continuidade à via do Rio Madeira.

Para alcançar a região-chave, partindo de qualquer dos países limítrofes, é necessário percorrerem-se distâncias enormes, sobre eixos fluviais, o que constitui um coeficiente favorável de alta valia para a defesa da região, quando se sabe que não é lícito atribuírem-se, naquela parte da Amazônia, grandes possibilidades aos meios de combate ofensivo.

Em consequência, nosso equipamento militar de defesa do Oeste amazônico deverá ter em vista:

— vigilância da extensa fronteira, em pontos que assinalem a penetração em território nacional, dos rios navegáveis vindos do exterior,

ou outros militarmente importantes sobre os rios ou fora deles;

— defesa de pontos críticos sobre as vias de acesso;

— defesa, a todo custo, da região Manaus-Itacoatiara;

— a presença de elementos navais e aéreos, adequados à região, tendo em vista a cooperação com as forças terrestres. No setor aeronáutico são indicados os aviões anfíbios e o helicóptero.

As condições do terreno, a inexistência de rodovias de rendimento militar, indicam o BC como unidade de emprêgo nas regiões particularmente importantes; ao mesmo tempo que barram qualquer atividade de elementos blindados e de meios auto. Nessa região o transporte terá de se basear nos meios fluviais, no helicóptero e mesmo no lombo de animais.

As condições locais impõem às tropas de vigilância e às encarregadas de defesa de pontos críticos, uma perfeita adaptação à região, além de alta especialização quanto ao combate na selva e à guerrilha, a que deverão recorrer quando a situação não permitir mais a permanência nos postos a elas confiados. As mesmas razões exigem para essas tropas armamento, equipamento, uniforme, meios de comunicação e de transporte, especiais; além de eficiente apoio logístico, que lhes permita a ação isolada, por tempo prolongado.

O armamento individual deverá ser próprio para o tiro à curta distância, que é o do combate na selva, e o coletivo também leve e de fácil transporte. São indicadas como armas coletivas: o FM e a Mtr Madsen, o Mtr 60mm, e mesmo o Lanção-Rojão, ou outro meio de fácil condução, para o emprêgo contra embarcações. Como armas individuais recomendam-se: a carabina .30, a Mtr de mão cal. 45, a pistola ou revólver, o facão de mato e a faca de trincheira.

O equipamento e o uniforme deverão ter em vista facilitar o deslocamento na selva, evitando o ruído e o embaraço na vegetação, e responder, além disso, às exigências de proteção nas condições es-

peciais da selva, do calor e umidade excessivos. Nessas condições são indicados os tecidos de algodão leve e resistente, o emprego da lona de boa qualidade e da borracha, em substituição ao couro. O formato do uniforme deverá, além disso, permitir a livre circulação do ar, fugindo aos modelos colados ao corpo, como a túnica e camisa de instruções atuais.

Os meios de transporte deverão ser embarcações leves e velozes, adaptadas às particularidades dos rios, com capacidade para um GC, cada uma; bem como animais, para o transporte na selva.

As comunicações encontrarão no rádio, nos meios óticos e pirotécnicos, o funcionamento mais eficaz.

* *

Dentro do quadro do Oeste amazônico que vimos apreciando, há dois aspectos que merecem especial destaque:

— o que diz respeito à navegabilidade do Rio Negro, cortado, como sabemos, na Cachoeira de Uaupés, antiga São Gabriel;

— o referente à região norte do Território de Rio Branco, que se apresenta como uma solução de continuidade na exuberante Hiléia Brasileira.

Quanto ao primeiro, foi cogitado, durante a última guerra, a destruição ou desbordamento da Cachoeira de Uaupés, por meio de obras de engenharia hidráulica de vulto, que tornariam o Rio Negro inteiramente navegável. Dessa forma Manaus ficaria ligada ao Atlântico pela Venezuela, através Rio Negro — Canal de Cassiquiare — Rio Orenoco, após obras de menor vulto também no canal de Cassiquiare.

O objetivo era facilitar o escoamento de materiais estratégicos para os nossos aliados, reduzindo, de muito, a distância entre as fontes provedoras e o destino.

Essa solução, muito simpática à primeira vista, não responde, positivamente, aos interesses nacionais, por duas razões: uma de ordem militar, outra econômica.

A Militar: abrir-se-ia mais uma via de acesso franca a Manaus, partindo do Atlântico, o que, declaradamente, não nos convém, principalmente se atendermos para a nossa situação de potência fraca militar e economicamente. E, portanto, desaconselhável desprezarmos o valioso auxílio que a Natureza nos proporcionou, barrando, em Uaupés, o acesso para o interior da Amazônia.

A Econômica: A ligação Manaus-Atlântico, através a Venezuela, desviaria de Belém toda ou quase toda atividade comercial com o exterior, provocando a decadência, não só de Belém, como de toda a região compreendida entre Manaus e Belém, via Rio Amazonas; tudo em benefício da Venezuela.

Esse aspecto está muito bem focalizado em objetivo trabalho do Coronel Adalardo Fialho, sob o título "Conservemos nosso mundo Amazônico", reunido na obra "Problemas do Brasil", do mesmo autor, publicado pela Biblioteca do Exército (Maio-Junho de 1952).

O outro aspecto é o proporcionado pela natureza da região norte do Território de Rio Branco, com natural reflexo sobre o equipamento militar naquela região.

Do Rio Mucajaí, pouco ao sul de Boa Vista, para o norte, a floresta, no Território de Rio Branco, cede lugar aos campos, que penetram pela Venezuela e Guiana Inglesa. Nessa extensa região, desprovida de boas estradas, que se tornam impraticáveis na época das chuvas, o movimento é facilitado através campo, em condições semelhantes às encontradas no Rio Grande do Sul, na zona fronteira ao Uruguai e Argentina.

Nessas condições, só elemento capaz de deslocamento através campo, em quaisquer condições de tempo, poderá assegurar, na região, uma vigilância eficaz.

Esse elemento é a cavalaria hipo.

É claro que a presença de cavalaria hipo na Amazônia exigirá algumas medidas preliminares, como sejam, a criação de Estabelecimentos de Remonta em locais indicados,

tendo em vista a melhoria do rebanho cavalар existente, particularmente quanto à altura; e o plantio de forragem, de forma que se possa basear, na região, o fornecimento de animais para as unidades. As regiões indicadas para a criação de Estabelecimentos de Remonta na Amazônia são a Ilha de Marajó, particularmente Soure, e o Território de Rio Branco, na zona de campos, por já existirem em ambas condições favoráveis à criação desses estabelecimentos, como sejam: rebanho cavalар quantitativamente compensador, mentalidade e condições locais favoráveis à criação do cavalo e ao recrutamento do pessoal para os Estabelecimentos e Unidades Hipo, etc.

Nesse particular a atual situação militar da Amazônia e, com maior razão, a que deverá atingir futuramente, já aconselham a criação na Ilha de Marajó (Soure), de um Estabelecimento de Remonta.

Para finalizar as já longas considerações que contêm este trabalho, seja-me permitido acentuar que a situação política internacional, que nos autoriza admitir a possibilidade de rompimento de um conflito armado entre o Ocidente e Oriente, com reflexos diretos sobre a região; bem como a importância econômica que, dia a dia, assume a Amazônia, sobretudo com a orientação e o apoio da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, não nos asseguram um futuro muito tranqüilo para a Amazônia, forçando-nos a reconhecer naquela região uma crescente importância, que nos aconselha a estarmos adequada e eficientemente presentes, como Forças Armadas, em um Teatro, onde poderemos ser levados a provar, na sua defesa, nosso valor, nosso patriotismo, nossa capacidade como Soldados do Brasil.

O PROBLEMA TELEFÔNICO DO BRASIL

SUBSIDIO PARA SUA SOLUÇÃO

Conferência do Sr. PEDRO RENAULT CASTANHEIRA, na Associação Brasileira de Telecomunicações em novembro de 1955.

Ninguém com mais autoridade entre nós poderia abordar tal assunto.

Traça-se de um homem que lida na matéria faz exatamente quarenta anos.

Antigo Presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações, e Vice-Presidente da Companhia Telefônica Brasileira, Companhia Telefônica de Minas Gerais e de Serviços Telefônicos da Cobasi.

O seu trabalho é sem dúvida uma contribuição preciosa para todos quantos se interessam pelo sério problema das comunicações telefônicas no nosso país.

Merece o mesmo o mais amplo conhecimento, mesmo fora dos círculos da Telecom, e este é o objetivo principal da nossa iniciativa com a presente publicação.

CRISE DOS SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA

Com exceção dos transportes aéreos, talvez se possa afirmar, sem medo de erro, que todos os demais serviços de utilidade pública no Brasil são insuficientes para atender às necessidades de hoje e que, além disso, o serviço prestado é, em regra geral, de qualidade inferior aos padrões estabelecidos nos países adiantados, embora alguns desses serviços — tais como luz, força e telefones — já tenham sido excelentes no período da moeda nacional valorizada.

Hoje, no Brasil, de um modo geral, há falta de transportes; há falta de energia elétrica; há falta de gás combustível; há falta de água; há falta de esgotos; há falta de telefones; há falta de circuitos interurbanos e de linhas de longa distância e há falta de linhas telegráficas.

A CAUSA PRIMÁRIA DA CRISE

A nosso ver, diversas são as causas de ordem secundária que no Brasil trouxeram no seu bojo a pre-

sente escassez de serviços de utilidade pública e o aviltamento da qualidade do pouco serviço que ainda nos resta. Diversas são as causas secundárias da situação presente, como acima dissemos, mas a causa primária — talvez gerada por outras imponderáveis e subsidiárias — é uma única: — *tarifa inadequada à situação do momento.*

Procuraremos, neste ensaio, demonstrar os vários males oriundos de *tarifas inadequadas*, mas antes disso talvez deveríamos situar melhor esse grande inimigo do bom serviço e do serviço abundante.

FATORES RESPONSÁVEIS PELA TARIFA INADEQUADA

Na nossa opinião — e pensamos estar certos — a *tarifa inadequada* é gerada aqui e alhures principalmente por impulsos demagógicos de que não se livram, por vezes, nem mesmo os poderes concedentes; pela falta de um exame e estudo completos e não raro por incompreensão de muitos órgãos da imprensa.

sa; pela incompetência ou pela timidez de muitos concessionários, que aceitam ou são pelas circunstâncias forçados a aceitar condições contratuais não razoavelmente lucrativas ou mesmo prejudiciais à boa economia da empresa.

Uma vez estabelecida a *tarifa inadequada à situação do momento*, por lei ou por contrato, por tradição ou por falta de melhor entendimento, um seqüito de inconveniências surge imediata ou eventualmente, como tentaremos provar mais adiante.

Quando enfaticamente dizemos *tarifa inadequada à situação do momento*, temos em mente induzir a idéia de que a tarifa adequada de ontem é inadequada hoje e a tarifa adequada de hoje talvez seja inadequada amanhã.

Essa situação é verdadeira, de modo geral, em quase todos os países, mas é muito mais pronunciada no Brasil, onde a permanente inflação não permite a relativa fixação de preços e a estabilização de valores, os quais se alteram todos os dias e de maneira às vezes assaz violenta.

CONSEQUÊNCIAS

A *tarifa inadequada à situação do momento* arrasta consigo as seguintes consequências:

a) a baixa remuneração do capital empregado pela empresa e, como resultado, a impossibilidade de atrair novos capitais dos atuais ou de novos acionistas que, com toda a razão, não desejam participar de um empreendimento não lucrativo;

b) a impossibilidade da empresa colocar uma margem razoável de lucros em reserva para com essas reservas ajudar a desenvolver e a expandir o serviço e a compensar oportunamente a perda de substância do capital do acionista;

c) a falta de crédito das empresas perante os estabelecimentos bancários que emprestam a longo prazo e junto às companhias de seguro que normalmente investem em debentures;

d) o aviltamento gradativo do serviço, pois o administrador da empresa se vê forçado a fazer eco-

nomias de mão-de-obra e de material no custeio, como recurso para, de certo modo, não passar da situação de *baixo lucro* para a situação francamente *deficitária*;

e) a criação de um corpo de empregados mal remunerados, dissatisfeitos e por isso mesmo, em alguns casos, pouco eficientes.

A *tarifa inadequada à situação do momento* é diretamente responsável pela extinção de vários serviços de utilidade pública em muitos municípios, pelo Brasil afora, principalmente no que concerne ao serviço telefônico. Numerosas são as cidades e vilas do Brasil que já tiveram serviço telefônico local próspero e bem instalado, cujas redes foram gradativamente abandonadas por falta de remuneração do capital, até sua completa extinção, com prejuízo para a empresa e seus acionistas e muito maior prejuízo ainda para o povo e para a Nação.

O Brasil, nos últimos 40 anos, vem sendo e é cada vez mais o país de *dinheiro caro*. Todos os dias se lançam aumentos de capital de empresas industriais e comerciais que se propõem a pagar dividendos até de vinte e mais por cento ao ano e que provam pelo seu passado que vêm realmente pagando tal lucro em dinheiro, sem contar as bonificações em novos títulos.

Como pode uma empresa de serviço público, com lucros limitados ao máximo de 10 e de 12 % ao ano, concorrer no mercado de capitais com tais empresas, principalmente se essa empresa de serviços de utilidade pública está dentre a maioria esmagadora, que são aquelas que vegetam sob *tarifas inadequadas à situação do momento*?

Empresas há no Brasil que há mais de meio século atrás assinaram contratos para fornecer serviços de utilidade pública a preço fixo durante longos anos e que até hoje operam sob tais preços que somente foram majorados por *sobretaxas exclusivamente destinadas à majoração de salários dos empregados*.

Outras empresas há que têm contratos que permitem a revisão de tarifas de sete em sete anos, de cinco em cinco anos, ou mesmo de três em três anos, contratos esses

que representam um mal menor, mas que representam ainda um grande mal.

Certas concessões mais modernas vão ao ponto de permitir que, ao fim de três, de cinco ou de sete anos, conforme o caso, a empresa venha a ressarcir o que deixou de ganhar, majorando suas tarifas, nas datas pré-fixadas, de modo a cobrir os lucros cessantes do passado e a garantir um resultado razoável para o presente.

Tudo absurdo! Como se pode esperar que uma empresa deficitária ou de baixo lucro possa conseguir fundos para financiar a expansão e o melhoramento de seus serviços e ao mesmo tempo financiar déficits ou lucros cessantes a serem oportunamente pagos pelos usuários em forma de tarifas majoradas?

E se admitíssemos que isso fosse conseguido? Não seria injusto fazer com que as gerações futuras pagassem para que as gerações presentes usufruíssem um serviço abaixo do justo preço?

E não seria injusto que as gerações futuras viessem a encontrar no país serviços subdesenvolvidos porque as gerações presentes estão no gozo de um serviço pago abaixo de seu justo preço?

É isso, aliás, o que se dá hoje: — nosso filho, ao casar-se e ao fixar domicílio próprio, ou ao estabelecer seu próprio negócio, ou seu consultório, não consegue numa rede telefônica subdesenvolvida o telefone de que necessita porque nós, há 40 anos, vimos pagando menos do que devíamos pelo serviço que recebemos.

Para que o Brasil venha a ter algum dia serviços de utilidade pública abundantes e de bom padrão, é indispensável uma reforma básica na apreciação do problema por parte do Governo, do público, da imprensa, dos usuários dos serviços e dos próprios concessionários.

DEMANDA DE TELEFONES

Ditas estas generalidades, daqui por diante gostaríamos nós de abordar neste ensaio apenas o serviço telefônico, por ser dos serviços de utilidade pública aquele a que te-

mos dado cerca de quarenta anos de colaboração, o que representa, certamente, uma grande dose de experiência.

A julgar pelos dados conhecidos das maiores empresas telefônicas do país, existem hoje, devidamente registrados no Brasil, cerca de 417 mil pedidos de novos telefones por atender. Como a experiência indica que aproximadamente 20 % dos pedidos registrados se diluem, por vários motivos, por ocasião de seu atendimento, aquele número ficaria reduzido, nessa ocasião, a 334 mil. Entretanto, a própria experiência demonstra também que novos pedidos em potencial, despertados pelo atendimento dos pedidos em carteira, superam, de muito, os pedidos cancelados. Desse modo, levando em conta também esses pedidos em potencial, podemos dizer que a demanda não atendida representa hoje, em todo o país, cerca de 63 % do número de telefones em funcionamento, ou seja, uma demanda real de 295.440 ou, em números redondos, 500 mil novos telefones.

INVERSÕES COM O SERVIÇO

O preço unitário de um telefone instalado no Brasil — levando em consideração o custo do terreno, da estação, do prédio, dos dutos, dos cabos, dos fios, do equipamento, do aparelho e das linhas interurbanas e de longa distância — é da ordem de vinte e cinco a trinta mil cruzeiros. Tomando-se por base o preço de Cr\$ 25.000,00, chega-se à conclusão de que para se atender à demanda hoje existente são necessários Cr\$ 12.500.000.000,00 (doze bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), ou cerca de 20 % da circulação fiduciária do Brasil!

A grandeza do problema, entretanto, não para aí: — o número de telefones cresce, em média, cerca de 8 % por ano, em função de novos assinantes, o que importa em dizer que, se somarmos o total da rede atual, que é de cerca de 788 mil telefones, aos 500 mil novos pedidos que seriam atendidos, teríamos um crescimento de 104 mil telefones no primeiro ano após o atendimento da demanda atual, os quais, se manti-

dos os custos de hoje, exigiriam novas inversões da ordem de 2 bilhões e 800 milhões de cruzeiros só no primeiro ano, e ainda maiores nos anos subsequentes, pois aquela percentagem de crescimento se iria aplicar sobre um número cada vez maior de telefones em funcionamento.

PARA ATENDER NORMALMENTE A DEMANDA

Não nos parece necessário dizer aqui que alguns anos seriam precisos para o atendimento da demanda atual e que durante o tempo de atendimento novas demandas se criariam. Para clareza da exposição preferimos, todavia, abandonar esse novo fator de grande relevância, aliás, e outro não menos importante, que é o de dar bom serviço e atender a demanda a tempo e a horas, para o que cada empresa precisa ter sempre em reserva, pelo menos, 10 % de terminais e pares na rede externa vagos à espera do cliente.

DIFICULDADES CAMBIAIS E TARIFÁRIAS

O problema, todavia, vai ainda muito mais longe: — atualmente, cerca de 50 % do material necessário à construção de redes telefônicas é importado — ou manufaturado, ou em forma de peças, ou em forma de matéria-prima — o que importa em dizer que a normalização do serviço telefônico no Brasil representa uma sangria de tal grandeza nos meios de pagamento que não poderia, pensamos, ser suportada pelas disponibilidades cambiais do país, sem esquecer, por outro lado, a inadequação tarifária do que resulta a escassez de recursos em cruzeiros, seja sob a forma de capital, ou sob a forma de empréstimos.

CAPITAIS ESTRANGEIROS

Nas circunstâncias atuais, não é possível pensarmos em trazer capitais estrangeiros para arriscá-los na aquisição de ações de serviço telefônico no Brasil, por dois motivos: — porque não há atrativos na indústria telefônica para tais capitais

e porque a remessa de dividendos das ações encontraria embarço intransponível na falta de disponibilidades cambiais, como ficou dito acima.

COMO DEVE SER ENCARADO O SERVIÇO TELEFÔNICO

Ao ser apreciado o quadro até aqui desenhado, os mais afoitos diriam que não há solução para o problema telefônico do Brasil. A nosso ver, há solução, desde que encaremos o problema realisticamente e procuremos resolvê-lo *metodicamente, em bases econômicas sólidas — certamente como um bem público — mas também como um bom negócio para o acionista*. Que o resolvamos nacionalisticamente tem sido e é, sem rebuços, a nossa opinião, mas sem jacobinismo e sem desprezar a ajuda direta ou indireta de todas as organizações nacionais e estrangeiras que possam e queiram colaborar na solução do magno problema.

CONCESSÕES QUE GARANTAM TARIFA JUSTA E ADEQUADA

Como já ficou dito neste ensaio, na nossa opinião o serviço telefônico no Brasil só poderá ser melhorado, expandido e ampliado quando as 236 empresas telefônicas, grandes e pequenas, existentes e registradas no país, estiverem operando a todo tempo sob tarifas adequadas à situação do momento.

Nos Estados Unidos da América, essas tarifas são fixadas por órgãos quase judiciais, que funcionam na maioria dos casos à margem da política e hoje em dia com senso realístico de negócios muito pronunciado.

No Brasil, esses órgãos não existem no bôjo da lei e não existirão provavelmente durante muitos dos próximos anos.

Assim sendo, o único meio de dar imediatamente às empresas a garantia de uma *tarifa adequada a todo tempo e condições favoráveis de vida e de progresso*, que garantam a expansão e o melhoramento do serviço, é outorgarem-se às empresas concessões, contratos, permissões ou licenças subordinadas a

obrigações recíprocas, asseguradas por leis específicas.

BASES PARA UMA CONCESSÃO IDEAL

Nessa conformidade, a concessão — que deve ser *sem privilégio*, ao prazo médio de 25 anos, *sem reversão gratuita*, mas cancelável a qualquer tempo, se ficar provada a incapacidade financeira ou técnica do concessionário, mediante prévia indenização de seu justo valor em moeda corrente no país — deve conter, além de outras, as seguintes disposições essenciais:

a) a concessionária deve ter direito, a todo tempo, a uma remuneração mínima de 12 % ao ano sobre o justo valor da propriedade útil ao fornecimento do serviço, sendo as revisões de tarifas permitidas anualmente e a escrita da concessionária conferida, a posteriori, pela Fiscalização do Governo, a fim de ficar confirmada ou suspensa a revisão introduzida;

b) normas de contabilidade idênticas às adotadas pelas Comissões Norte-Americanas deviam ser adotadas pelos concessionários e sua adoção estipulada nas concessões;

c) todo o assinante novo, daqui por diante, seria, por dispositivo contratual aprovado por lei, compulsoriamente acionista da empresa, com uma contribuição de Cr\$ 10.000,00 a Cr\$ 15.000,00 (dez a quinze mil cruzeiros) para cada linha individual ou cada linha-tronco, podendo o pagamento de tais ações, à opção do acionista, ser feito em 36 meses;

d) as prestações de aquisição de ações deviam ser incorporadas às contas mensais do serviço prestado, a fim de tornar mais efetiva e mais barata a cobrança respectiva;

e) a taxa de instalação para cada linha individual ou cada linha-tronco deve ser de 3 a 5 mil cruzeiros e proporcionalmente para as extensões e ramais de mesas de ligações;

f) a concessão deve estipular um aumento automático de tarifas a qualquer tempo, compensatório de qualquer aumento coletivo de salários imposto pelos empregados ou oriundo de dissídio coletivo;

g) como executor de um serviço público, o concessionário deve ficar isento de todos os impostos, taxas e contribuições federais, estaduais e municipais;

h) o lucro efetivo do concessionário deve ser calculado sobre o justo valor da propriedade, de modo a permitir um dividendo mínimo de 12 % sobre o capital e acumulação de lucros a serem postos em reserva com o fim de permitir uma distribuição de ações como bonificação, na base média de 10 % por ano, ou aproximadamente uma ação de bonificação para cada ação emitida ao fim de 8 anos: isso, com o fim de equiparar os investimentos em serviços telefônicos aos investimentos industriais e comerciais e dar uma proteção efetiva à moeda investida, que, no Brasil, infelizmente, sofre uma contínua desvalorização;

i) as tarifas para as redes de mais de 3.000 assinantes deviam ser na base de serviço medido por chamada de modo a tornar equitativo o custo para cada assinante, a fim de melhorar o serviço, reduzindo as ligações inúteis e facultando a redução do investimento em equipamento, no benefício do próprio assinante.

NACIONALIZAÇÃO DAS EMPRESAS ESTRANGEIRAS

Feitas as considerações acima a respeito de estipulações específicas que, no interesse do serviço, de sua expansão e de seu melhoramento, devem, a nosso ver, constar nos instrumentos de concessão, passemos a comentar certas generalidades do serviço telefônico que têm uma ligação muito estreita com a matéria e que podem influir muito de perto no sucesso ou no insucesso do serviço telefônico do país.

Em primeiro lugar, dado que os financiadores estrangeiros não são mais, conforme já explicado, atraídos para aumentar suas inversões, a nacionalização das empresas estrangeiras atuais tem de ser feita, e isso em bases justas e razoáveis para todas as partes interessadas, devendo a propriedade existente ser avaliada pelo seu justo valor atual.

Assim procedeu a Companhia Telefônica Brasileira, ao organizar as companhias que hoje exploram os serviços telefônicos nos Estados de Minas e do Espírito Santo. Aquela companhia canadense, transferindo para nós brasileiros cerca de metade das ações de cada uma das novas companhias, trouxe para o caso da Companhia Telefônica do Espírito Santo 2.060 sócios brasileiros para o negócio e no caso da Companhia Telefônica de Minas Gerais cerca de 16.200. Em ambos os casos, ao transferir as ações das novas Companhias nacionais, a Companhia Telefônica Brasileira não teve em mente descapitalizar, retirando do negócio a metade de seu investimento; ao contrário, o produto da venda das ações vem sendo emprestado a baixos juros às companhias nacionais recém-criadas para ser usado em novos investimentos, sendo que a dívida contraída para com a Companhia Telefônica Brasileira será eventualmente paga com emissão de aumento de capital. Com esse processo, as companhias nacionais acima mencionadas estão tendo seus investimentos aumentados em praticamente cinquenta por cento e, em certos casos, em mais de 50 %, como primeiro passo no desenvolvimento e na expansão de suas redes. Novos passos serão dados mais tarde, com novos aumentos de capital e utilização de reservas e de lucros acumulados, conforme projetado.

Ao vender a metade de sua propriedade em forma de ações aos acionistas locais, natural é — e o vem sendo feito — que a companhia vendedora entregue uma grande parcela da administração das novas companhias aos novos acionistas, que podem, devem e sabem, melhor do que ninguém, cuidar dos interesses das regiões onde vivem e onde trabalham.

IMPORTÂNCIA DO TELE- IMPRESSOR

Paralelamente ao serviço telefônico propriamente dito, outros serviços de comunicações há de alto interesse do povo e do país que podem e devem ser operados pelas em-

presas telefônicas, mas que atualmente não o são por que a legislação ou não permite ou pelo menos não facilita sua concessão.

Nenhuma organização está melhor aparelhada para fornecer serviço de teletipo, nos moldes dos serviços existentes na América do Norte, na Alemanha Ocidental, na Suíça, na Noruega, na Dinamarca e em outros países, do que as empresas telefônicas, as quais possuem redes de cabos nas cidades cobrindo todos os quarteirões e linhas de longa distância sobre as quais os serviços telegráficos podem ser transmitidos sem prejuízo das comunicações telefônicas.

O serviço acima permite que o assinante de teletipo do Rio, por exemplo, disque o assinante de teletipo de São Paulo, Curitiba, Belo Horizonte, Vitória, etc., e passe sua mensagem escrita e receba resposta imediata, tudo mediante um aluguel de máquina, uma assinatura de serviço e o custo da ligação interurbana.

Os Bancos, as grandes organizações industriais e comerciais, as repartições públicas, as Forças Armadas e muitas outras organizações precisam desse serviço. As empresas telefônicas devem ter permissão para operar tais serviços direta ou indiretamente, através de um consórcio.

IMPORTÂNCIA DAS MICRO-ONDAS

Nos países onde as comunicações telefônicas atingiram um grau de grande desenvolvimento, o uso das micro-ondas é hoje corriqueiro e considerado indispensável à boa economia das empresas e dos assinantes e um magnífico elemento de segurança pública, pois tais meios de comunicação não são afetados pelas tempestades e são muito menos suscetíveis de destruição em caso de guerra ou de sabotagem.

As condições e exigências impostas hoje às empresas que se prontificam a usar micro-ondas são, todavia, de natureza a desencorajar sua adoção.

O serviço móvel de comunicações, que permite que o assinante de tal serviço fale com todos os assinantes

de qualquer rede do país ou do mundo de seu automóvel ou de sua lancha; que permite que as companhias de taxis tenham comunicações com todos seus veículos em plena marcha; que permite que as empresas de transporte rodoviário se mantenham em comunicação constante com seus ônibus e caminhões, só é possível com o emprego de micro-ondas.

As empresas telefônicas devem ter permissão franca para o uso de micro-ondas, evidentemente de maneira disciplinada, de modo a não provocar conflitos de transmissões.

O PROBLEMA DO TELEFONE PÚBLICO

O Brasil talvez seja, se não o único, pelo menos um dos poucos países em que o telefone público de caixa coletora de moedas é de uso tão restrito que ele é quase inexistente, apesar de ser tal serviço altamente necessário ao interesse público. A razão dessa falta é a escassez da moeda metálica a variação que a mesma tem sofrido nestes últimos 40 anos em suas dimensões, seu peso e seus valores. Ultimamente, então, a falta de moedas metálicas é de tal natureza que em Belo Horizonte, Capital de Minas, certos estabelecimentos varejistas e as empresas de transporte coletivo chegaram a emitir cheques bancários de 10, de 20 e de 50 centavos para trocos.

A situação presente da moeda metálica precisa ser corrigida, se quisermos algum dia ter telefones públicos em cabines espalhadas pelas ruas, praças e rodovias, para conveniência e segurança de todos.

NECESSIDADE DA INDÚSTRIA NACIONAL DE EQUIPAMENTOS

Todas as providências indicadas neste ensaio não permitirão, todavia, ainda o pleno desenvolvimento e a máxima expansão do serviço telefônico no Brasil, se não cuidarmos seriamente de estabelecer a indústria de aparelhamento telefônico no país. As fábricas de telefones; de equipamento automático e manual; de equipamento eletrônico; de ca-

bos; de fios; de isoladores, enfim, de tudo quanto interesse aos serviços de comunicações telefônicas precisam receber dos Governos o máximo de facilidades, tais como sejam: — câmbio sem ágio, isenção de impostos e financiamentos. Sem indústria de equipamentos telefônicos o Brasil jamais atingirá o grau de desenvolvimento de suas comunicações, que seu povo merece e precisa.

Por outro lado, como a indústria de materiais telefônicos demanda grande quantidade de cobre, chumbo, antimônio e estanho, a mineração e a refinação desses metais essenciais devem ser incrementadas e auxiliadas.

UM PREÇO REALISTA PARA O TELEFONE

Ao terminar a leitura deste ensaio, talvez o ouvinte ou leitor seja conduzido a pensar que o serviço telefônico operado nas bases propostas ficaria fora do alcance da bolsa do assinante médio. Isso não é verdade. Nós estamos todos habituados a pagar mal pelo serviço telefônico que recebemos, mas precisamos acostumar-nos a pagar bem para que consigamos o serviço bom e abundante.

Nos Estados Unidos, que são os maiores produtores de aparelhamento telefônico do mundo, um telefone de negócio numa pequena cidade custa \$6.50 (seis e meio dólares) por mês, que, ao câmbio realista de hoje, equivale a Cr\$ 455,00. Nas cidades maiores, o telefone de negócio custa até dez e doze dólares. Cada ligação local em Nova York custa hoje cerca de 10 cents, ou cerca de sete cruzeiros.

O preço realista do serviço telefônico, tal como sugerido neste ensaio, terá certamente o efeito de diminuir a exagerada demanda atual e o de fazer com que muitos assinantes que hoje possuem duas e até três linhas individuais mesmo em apartamentos passem a ter apenas uma linha individual. Seria esse um efeito salutar, pois não nos parece lógico que o brasileiro trabalhe para criar divisas a serem consumidas na importação de aparelhamen-

tos a serem, digamos, esbanjados dessa maneira.

CAPITALIZAÇÃO COMPULSÓRIA

Antes de concluir, gostaria eu de esclarecer que o processo de capitalização compulsória proposto neste ensaio já se acha em vigor em alguns países, entre eles Dinamarca, Finlândia e México. No nosso próprio país, na cidade do Rio de Janeiro, o contrato de serviço telefônico estabelece tal capitalização compulsória, a ser posta em vigor logo que a Companhia seja nacionalizada. No Rio, todavia, a capitalização compulsória é, no máximo, de Cr\$ 3.000,00, por telefone, o que é ridiculamente pouco, ao passo que no México a média é de 3.000 pesos mexicanos por assinante ou, em moeda americana, do mínimo de 200 ao máximo de 800 dólares por assinante de linha individual e de mais ainda para os assinantes de mesas de ligações.

Finalizando: Para que se tenha uma idéia de quanto é irreal o preço do serviço telefônico hoje em dia, basta que comparemos seus preços de hoje e os de ontem com o preço de bananas, que são um produto genuinamente nacional, que independe de cambiais, de licença de importação, de ágios e de outros problemas que afligem as empresas telefônicas: — *há meio século atrás compravam-se 25 bananas por um tostão (dez centavos); hoje, uma banana custa 50 centavos, no mínimo, o que representa um encarecimento de 125 vezes; há meio século atrás, um telefone no Rio de Janeiro custava Cr\$ 17,50 (dezesete mil e quinhentos réis, naquele tempo). Se nós pagássemos hoje o telefone ao preço de bananas, sua assinatura mensal custaria $17,50 \times 125$ vezes, ou sejam, Cr\$ 2.187,50 (dois mil, cento e oitenta e sete cruzeiros e cinquenta centavos).*

A INDÚSTRIA DE REFINAÇÃO DE PETRÓLEO NO BRASIL

ROQUE PERRONE

Superintendente da Refinaria de Mataripe

(Trechos e resumo de uma conferência realizada na Bahia sob os auspícios do Comando do 2º Distrito Naval)

Iniciando a conferência, advertiu o conferencista que a palestra visaria principalmente a divulgação de fatos e não a discussão do problema de possuir ou não o Brasil capacidade ou recursos para implantar sua própria indústria de refinação, porquanto esta já é atualmente uma realidade, tanto na esfera da iniciativa particular, como no âmbito da ação governamental.

AUMENTO DA REFINAÇÃO NACIONAL

"Comprovam essa nossa afirmativa — prosseguiu — o desenvolvimento e as atividades verificadas nesse ramo de indústria nos últimos cinco anos, tais como:

1) O aumento da capacidade de refinação nacional de 3.800 para 35.000 barris por dia, possibilitando o abastecimento do país em mais de 60 % das suas necessidades atuais de combustíveis líquidos;

2) Formação de um grupo de técnicos e operários especializados, principalmente na Refinaria de Mataripe e no Curso de Refinação do CNP — hoje da Petrobrás — com reconhecida capacidade técnica e que, atualmente, se encontram dirigindo as operações das refinarias nacionais, em especial as de economia particular, como Capuava e Manguihos;

3) Os compensadores resultados financeiros que as principais refinarias já estão realizando, apesar de se encontrarem ainda no primeiro ano de operação, que se caracteriza por ser um período prin-

cipalmente de experiência e de ajuste;

4) O eficiente funcionamento da Refinaria de Mataripe que com a capacidade nominal de 5.000 barris diários está apresentando este ano (1955) uma igual média diária de processamento, apesar das paradas normais para limpeza e inspeção;

5) As novas realizações da Petrobrás no campo da Refinação e da Petroquímica, entre as quais podemos citar as fábricas de Asfalto e de Fertilizantes em Cubatão, em vias de conclusão, e de Eteno em projeto, a ampliação da Refinaria Presidente Bernardes de 45.000 para 65.000 diários, em andamento e, finalmente, a ampliação da Refinaria de Mataripe para 37.000 barris diários, empreendimento que assegurará o total abastecimento do Nordeste do País de combustíveis e o advento da produção nacional de lubrificantes e parafinas, em escala verdadeiramente apreciável".

PRODUÇÃO DE GÁS LIQUEFEITO

O Sr. Roque Perrone apreciou, a seguir, os gastos do Brasil com a importação de petróleo e seus derivados, realçou a contribuição oferecida pelas refinarias nacionais na economia de divisas e acrescentou:

"Com referência à produção de gás liquefeito de petróleo é ainda mais satisfatório o avanço dado pelo Brasil. Em 1953 importava o país uma média diária de 120.000 litros. Em 1954, com o início da produção brasileira pela Refinaria

de Mataripe, na ordem de 7.000 litros diários, também o consumo aumentou para cerca de 130.000 litros diários, proporcionando certo equilíbrio relativo entre a taxa de importação e de consumo.

O ano que atravessamos, entretanto, é dos mais auspiciosos, pois embora o consumo de gás liquefeito tenha aumentado sobremaneira no país, também a produção nacional desse derivado já suplantou de muito a importação do ano de 1954, pois a média de sua produção, com base nos meses de agosto e setembro, se elevou à cifra de 368.000 litros por dia, portanto quase o triplo da importação verificada no ano de 1954, o que nos leva a acreditar em que a importação deste produto, durante o ano corrente, deverá ser bem inferior à do ano passado. O valor dessa produção é da ordem de 35.000 dólares por dia.

Do exposto concluímos que, durante o ano corrente de 1955, o país realizará uma economia de divisas da ordem de aproximadamente 39 milhões de dólares em derivados do petróleo, assim como deverá verificar-se um decréscimo no valor da importação em relação ao ano de 1953 da ordem de 800 milhões de cruzeiros, ao passo que em 1954, devido ao aumento do consumo e à importação de petróleo bruto, o valor da importação deverá manter-se nos mesmos níveis do ano anterior.

Quanto aos demais derivados diretos do petróleo, como os óleos lubrificantes, a parafina e o asfalto, cuja única fonte de suprimento atualmente é a importação, já foram tomadas providências pela Petrobrás para que possam ser produzidos no país."

**MATARIFE REFINARÁ 37.000
BARRIS POR DIA**

"Com referência a óleos lubrificantes e parafinas, já está sendo executado o projeto de ampliação

da Refinaria de Mataripe para 37.000 barris por dia, que incluirá unidades para a elaboração desses derivados além de combustíveis líquidos em quantidade suficiente para abastecer todo o Nordeste.

A produção prevista para óleos lubrificantes é de 2.800 barris por dia, o que será suficiente para abastecer 80 % do consumo do país, e a de ceras de parafina será inicialmente de 60 toneladas por dia com facilidades para passar a 90. A produção prevista das ceras de parafina poderá atender plenamente o desenvolvimento das indústrias com base desse produto, que vem sendo prejudicadas pela necessidade da restrição à importação que, no ano de 1953, atingiu a baixa média diária de 10 toneladas apenas."

OTIMISMO

Referiu-se ainda o químico Industrial Roque Perrone à produção de asfalto pela unidade da Refinaria de Cubatão e concluiu:

"Esses empreendimentos da Petrobrás no campo da refinação do petróleo, acrescidos da expansão da Refinaria de Cubatão, de 45.000 barris para 80.000 barris por dia, ora em andamento, da Fábrica de Fertilizantes, em fase de conclusão de montagem, e da Fábrica de Eteno, em projeto, estas duas últimas no campo da petroquímica, além do aumento da produção dos campos do Recôncavo Baiano e os resultados promissores das pesquisas e exploração da bacia sedimentar do Amazonas, constituem motivos suficientes para justificar o otimismo e o apoio daquela fração do povo brasileiro que acredita em que o Brasil, a passos largos, está resolvendo o problema da industrialização do petróleo que, fatalmente, muito cedo fará sentir seu reflexo no panorama econômico geral do país."

THEODORO ROOSEVELT EM MATO GROSSO

DEZEMBRO DE 1913

FIRMO DUTRA

Estávamos em Cuiabá, como engenheiro chefe da Superintendência da Defesa da Borracha, quando no dia 23 de dezembro de 1913, recebemos telegrama do então Ministro da Agricultura, Dr. Pedro de Toledo, que dezoito anos mais tarde escreveria uma página inesquecível de glória para o Brasil, designando-nos para, em seu nome, receber o ex-Presidente dos Estados Unidos, que deveria chegar à Fazenda São João, no Rio Cuiabá, dois ou três dias mais tarde.

No dia seguinte deixávamos a capital matogrossense pelo vapor "Coxipó" e na manhã de 25 aportávamos à grande propriedade, orgulho da família Costa Marques, cujo chefe, o velho João Enifânio, foi dos mais audazes desbravadores da região.

Ali já se achava o Governador do Estado, Dr. Joaquim da Costa Marques e sua comitiva, que também iam ao encontro do famoso visitante.

Alojamo-nos no quarto n. 5 das dependências da fazenda, em companhia dos amigos Tenente Rogaciano Ferreira Mendes, Desembargador Amarello Novis, engenheiro Alfredo Magalhães e Major João Garcia.

Para não perder tempo, fomos nessa mesma manhã, à caça com Rogaciano e o engenheiro Magalhães. Matamos três porcos montados, um bugio, um jacu e aprisionamos três quatinhos. Nunca víamos tanta caça, mesmo nas regiões seringueiras do alto Arinos, de onde acabávamos de regressar, após difícil e perigosa exploração.

Na fazenda reinava alegria comunicativa; Abrígio dos Anjos, na época Juiz Substituto Federal em Mato Grosso, já era poeta satírico incômodo, fundara a "Onça" jornalzinho escrito à mão, com caricaturas ingênuas, que atingiam alguns membros da comitiva governamental, que se notabilizavam pela pose extemporânea. A "Onça" era um derivativo para passar o tempo desagradável, sacudido pela chuva da implacável, própria de estação.

Toda a manhã de 27 choveu torrencialmente: parecia que o imenso reservatório das nuvens que pairam sobre o pantanal, tivesse sido roto e jogado sobre São João. Foi quando o próprio da Poconé, trouxe a notícia de que Roosevelt tinha partido de Corumbá no dia 24.

No dia seguinte, ainda cedo, com o nevoeiro pardacento, chegava o "Nioc" com o hóspede ilustre. Além de sua corte de entomologistas, taxidermistas, ornitólogos, ainda vinham o Padre Zahn e seu filho Kermit, engenheiro, que trabalhava na Estrada de Ferro Sorocabana, falando português e extremamente simpático.

Os brasileiros que compunham a comitiva oficial, escolhidos com habilidade, eram chefiados pelo Coronel Rondon, cuja capacidade para guia e conselheiro do ex-Presidente na exploração que pretendia realizar, constituía penhor seguro de sucesso. Demais, Rondon com seu físico de cabeça entroncado, fisionomia resoluta e audaciosa de homem que conhece os perigos, é também um gentleman, tendo autori-

slonante, tão facilmente ao alcance de suas armas, os técnicos não tiveram outra idéia senão utilizá-la para as suas coleções e abriram fogo matando às dezenas o viveiro de Dona Cacy, que foi naquela manhã sombria e chuvosa como que apanhado por traição de alguém que desconhecía a vida paradisíaca daquele recanto de bondade e civilização.

Foi um estupor geral! A ânsia dos caçadores só foi detida pela autoridade do Coronel Rondon, que também amava aqueles lindos animais, tão cruelmente sacrificados. D. Cacy reconheceu-se consternada e nunca mais apareceu, enquanto ali estiveram os hóspedes insopitados.

Daí por diante, a visita do Ex-Presidente, perdeu muito da admiração e curiosidade que despertavam suas viagens através do mundo, depois de sua agitada e brilhante atuação na mais alta magistratura de seu poderoso país.

Na mesma tarde Roosevelt saiu a caçar; estava ansioso por enfrentar a onça pintada, que ele tinha visto e derrubado quando trepada numa árvore, corrida pelos onzeiros; mas não a viu ainda acuada, com a cachorrada em volta, mordendo-lhe as orelhas, afugentada de momento a momento pelos tapas de seu pulso possante, guardada pelos zagaeiros e fulminando o caçador que se aproxima sem apoio de coragem e decisão. São João era naquele tempo um dos maiores redutos do tigre brasileiro; suas enormes manadas de gado, a quantidade de porcos montados, as reservas de cervos, constituíam magníficos convites aos grandes felinos, que só temiam os audazes caçadores que são os filhos do fazendeiro, ou os terríveis famanazes, Atanázio e Valério, zagaeiros de grandes façanhas.

Foi com esses parceiros que Roosevelt bateu para o campo, informado de que havia rasto de um macharrão.

Era de ver a procissão que o acompanhava; mescla de caçadores e curiosos, alguns sem saber mesmo montar, correndo aos tranços dos cavalos acostumados aos rodeios, tornavam-se companheiros indese-

jáveis e perturbadores. Roosevelt ressentiu-se dessa verdadeira intromissão indébita, queixou-se com delicadeza, solicitando que da próxima vez lhe dessem liberdade para a realização de seu anelo de matar uma onça, como os caçadores do pantanal.

Ciara que a experiência foi um desastre; o visitante ilustre regressou fatigado, encharcado, trazendo como troféu um pobre e inofensivo caeteté.

Não quisemos fazer parte da caçada presidencial; saímos com o Comandante Perelra da Cunha e o Dr. Soledade para uma batida aos porcos montados, que vivem em varas enormes, tão perigosos e selvagens, como os animais mais temíveis da floresta. Matamos um varão de presa de javali e um cerco, grande e belo como espécime da raça. Infelizmente desprovido de chifres, perdemos alguma briga, dessas que decidem a chefia de manada. Atiramos juntos o Soledade e nós, de modo que não se soube quem o abateu. Voltamos à casa, molhados até os ossos pois a chuva caía sem cessar desde cedo, quando demos com um bando de legítimos veados do pantanal. Estavam num largo e devido à chuva que lhes tira o olfato, só deram conosco quando já estávamos a cerca de cem metros. Correram de focinho alto e a galharada tremulando através do capinzal fechado, ficando um que era, certamente o guia e mestre, que nos encarou resolutamente. Estripado, foi pôsto na nossa montaria que derrubou o bicharrão de um tiro de sua Mauser regulamentar. Era um animal grande e forte como um novilho de três anos; seus chifres mediam mais de metro o central e pelo menos oitenta centímetros os três outros laterais. Quase dava pena ver aquela peça de linhas esculpturais, de olhos macios e sonhadores, aos nossos pés, abatida pela paixão de um bom tiro.

Estripado, foi pôsto na nossa montaria, que chegou à Fazenda quase descadeirada. Objeto de admiração geral, mesmo de Roosevelt, que se apressou em cumprimentar o Pe-

reira da Cunha, foi preparado pelos técnicos americanos e com certeza, figura naigum museu, como documento singular e historico da expedição do grande Teddy.

Antes do jantar Roosevelt desapareceu por largo tempo e com elle o Padre Zahn; escreviam o diário da nova monção, da qual o célebre sacerdote, seria o Pero Vaz de Caminha moderno. Esse Padre Zahn a parte o Ex-Presidente, era a figura mais interessante e nobre do sequito americano. De erudição invugar, modos afáveis, reunia às qualidades cristãs, tão necessarias aos homens que iam deirontar o desconhecido uma espécie de atracção estranha para sua raça. Pouco, culto e voltado para tudo que se poderia conceber de suave e humano, conquistava simpatia e admiração. Era um desses tipos mesquiceveis, que a gente cusa a encontrar outra vez na vida.

Nessa noite o jantar foi animado pelas histórias que cada um contava de seu dia farto de episodios e que se não fora muito propicio à paixão venatório do hóspede famoso lhe dera oportunidade de conhecer o pantanal do Rio Cuiabá, cujas belezas desafiavam qualquer descrição.

Toda a região que se estende do Taquari em direção ao Paraguai limitada ao sul pelas bôcas do Nabileque e ao norte pelo Cuiabá, contornada a Oeste pelas barracas de Corumbá é o vasto e incomparável banhado que no tempo das águas se esparrama por mais de trezentos quilômetros, terra a dentro permitindo que se navegue através d'elle, desde Corumbá até o alto São Lourenço.

Então surgem os nomes que limitam cada trecho: Pantanal do Mimoso, do coração do Coronel Rondon que ali viu a luz do dia; paraíso dos pernaltas de toda espécie e habitadas grandes manadas de cervos hoje quase liquidadas; Pantanal da Margarida, que corre sobre os trilhos da Noroeste, um mundo de vida alada e de peixes, enquadado pelo carandazal de um lado e pelo caudal de outro; Pantanal do Rio Negro; Pantanal do

Paraguai, que se espraia em frente de um mar de água doce, sem limite e sem dono.

Não há espetáculo mais inebriante ou mais maravilhoso do que ver o pantanal pela madrugada; é como se surgisse, sob o Sol que desponta das serranias de Aquidauana, toda uma magia de constelação de côres, desde o rubro que incendeia todo o horizonte até o amarelo claro e brilhante das águas do Paraguai, no fundo, na linha divisória do céu e da terra. Há uma tremenda explosão de gritos e cantos com a aproximação da passarada que ali tem seu campo de manobras, desde o quero-quero, impertinente e curioso aos milhares de garças, vindas dos poleiros para a pesca diária, rica e farta. No imenso cenário domina a serenidade da água semi-parada, já livre de todas as impurezas formando o espelho continuo, que se abaixa e afinal desaparece, quando o Paraguai volta ao seu leito regular, no periodo da seca ou vasante.

Ao cair da tarde, como se uma ordem tivesse partido de alguém poderoso e desconhecido é a debandada; o céu até então despovoado, cobre-se de azas de toda a população que passara o dia no maior e mais fabuloso campo de pouso. Como faixa sem fim, desenrola-se o vôo das garças num calculado e lento, em direção às florestas que as acolhem para a noite pacifica; passam os cabeça-sêca, em formação militar ora em V com testa de fila atento e rápido na mudança de rumo e finalmente a massa dos aviões pesados de bombardeio, que são os tuyuyús, em grupo cerrados, afastados, como se preparados para o ataque em ondas sucessivas. Cobrindo as esquadrilhas como caças experimentados voando bem alto e prontos a proteger os companheiros lá vão os tabayayás e os guarás cor de rosa casando bem com o poente demorado da planície.

Esse foi o pantanal que Roosevelt conheceu naquela manhã e que nunca mais veria na sua atormentada caminhada para os sitios desconhecidos do Rio da Dúvida.

O último dia da presença do Ex-Presidente em São João estava destinado a um rodeio do magnífico gado da Fazenda. Roosevelt, porém que queria mesmo caçar, pediu que em lugar da grande festa dos vaqueiros, se continuasse a perseguição frustrada na véspera. Apesar do pedido feito, aliás por intermédio do Comandante Pereira da Cunha, desta vez a massa dos acompanhantes ainda foi maior incluindo-se nela o Governador do Estado, que não pôde evitar que lhe seguissem os aulicos que frequentam todos os governos. Ainda nesta oportunidade a sorte falhou ao grande caçador que voltou para casa sem ter a satisfação de encontrar uma onça acuada em estilo local para ser abatida em plena carga da cachorrada valente. Fugira a velha mãe, comedora de bezerros enganara o cachorro mestre, esgueirando-se por uma corixa e ganhando um pacoal sujo, de onde ninguém poderia tira-la.

O jantar de despedida foi cordial todos já se tinham aproximado num melhor e mais simpático entendimento e mesmo o triste incidente da matança dos chirimbabos de do D. Cacy, estava quase esquecido. Roosevelt mostrou-se gentil afluente a bondade dos peregrinos ao agradecer a maneira tão simples e acolhedora com que fôra recebido naquela Fazenda nobre padrão sensível, as fisionomias estavam abert-

tas e risonhas e os americanos marcavam um ponto alto de simpatia e cordialidade. Ganharam imenso conservando-se reservados e atenciosos e deixavam em cada um de nós, senão um amigo, pelo menos um desejoso de conhecer o maior e mais poderoso país deste pequeno mundo.

Na manhã seguinte, 30 de dezembro, às 8 horas, Roosevelt e seus companheiros partiram rio abaixo para o São Lourenço onde tentaria sua última chance no pantanal. Com ele seguiram, numa lancha especial, alguns membros da comitiva do Governador, que foram despedir-se protocolarmente do hóspede ilustre que deixava saudades.

Na volta esses companheiros souberam, em São João Velho, que havia por perto rasto fresco de uma onça possivelmente um macho. Desembarcaram e o que Roosevelt não conseguiu, fê-lo o Dr. João da Costa Marques, que no Feijão Deramado, matou um macharrão acuado, dos maiores que a gente da Fazenda tinha visto.

Devemos confessar que passados os dias, voltados para a lembrança do que ocorrera em São João, tivemos a noção mais nítida de que Roosevelt ainda era uma das maiores expressões da grande República amiga do norte, o homem capaz de enfrentar a crise que se aproximava e que fatalmente levaria a Nação à guerra, que rondava a Europa.



DIVERSOS

DOM FRANCISCO DE AQUINO CORRÊA, AMIGO DOS MILITARES

General FLORIANO PEIXOTO KELLER
Colégio Militar — Escola Superior de Guerra

Em nossa Carta Geral existe um Estado que lembra a forma do Brasil :
Mato Grosso.

Brazão da minha terra ! tu que ostentas
O ouro do pátrio solo abençoado,
A sinopla das matas opulentas
E das campinas, onde pascê o gado !

Tu que, em teu céu de blau, nos representas
Esse pendão do bandeirante ousado,
Em cujas dobras lúcidas e bentas,
A cruz de Cristo diz todo um passado !

Tu que nos falas de um ideal infindo,
No surto dessa fenix estupenda,
Brazão da minha terra ! como és lindo !

E como é lindo, nobre, imorredouro
O poema dessa fúlgida legenda :
"Confiemos na virtude, mais que no ouro" !

Riquezas tão copiosas pela Natureza entesouradas no coração da América do Sul, onde pródiga também ela foi na distribuição dos cursos d'água, aformoseados aqui e ali, com a policromia de pétalas, peles, escamas, penas e plumas e nas formidáveis estagnações, que pompeiam a espaços a portentosa vitória régia, eram um índice seguro de que o solo

abençoado, sob que jaziam, possuía condições para ser o imponente cenário em que viria à luz um espírito fadado a altos destinos, como o foi o de Dom Francisco de Aquino Corrêa.

Na secular matriz do *Senhor Bom Jesus de Cuiabá*, Dom Aquino teve a sua pia batismal, seu trono e seu túmulo. Passou pela vida terrena sendo eminente Príncipe da Igreja, insigne homem de letras, homem de Ciência e homem de Estado, poeta, tribuno, jornalista, pregador de consagradas capacidades e excepcionais serviços à Pátria.

A sua bibliografia retrata com arte e castiça linguagem, temas, de preferência, religiosos e cívicos. Ao lado das cartas pastorais e conferências, se enfileiram memórias históricas, estudos, discursos e poesias, todos inspirados nos seus ideais supremos — Deus e Pátria!

A ele deu o seu coração e a ela o seu cérebro.

A sua produção intelectual foi sempre em ritmo crescente, imitando, no volume, a Bacia Paraná-Paraguai.

Começou no Oratório de Santo Antonio e terminou na — Academia Brasileira de Letras, vale dizer, de uma tênue fonte formadora — o Coxipó-Mirim, à vastidão do Oceano Atlântico, destino da verde caudal Cuiabá, São Lourenço, Paraguai e Paraná. Nesta sessão magna, tributo de gratidão e saudade, realizada no auditório do Ministério da Educação e Cultura, presentes os líderes da intelectualidade brasileira, seria imperdoável que se não fizesse ouvir a humilde palavra de um militar, seu amigo e conterrâneo, de vez que Dom Aquino, descendente pela estirpe materna, de uma família patriciã e das mais importantes da genealogia cuiabana — a do Capitão-Mor André Gudie Ley, sempre foi um amigo da farda.

Dom Aquino, amigo dos militares, ei-lo falando no quartel do 16º Batalhão de Caçadores, em Cuiabá, por ocasião da bênção do quadro da *Ceia do Senhor*: "Soldados! Consagrae a Deus as vossas armas, essas nobilíssimas armas que são as insignias rutilantes da vossa grande missão defensora da Pátria; e são, ao mesmo tempo, o simbolo mais límpido da vossa dignidade e do vosso brio.

Consagrae-lhas, para que sejaes com elas, tanto a garantia das justas liberdades, quanto o terror dos inimigos da ordem, nunca jamais, à imitação dos cavaleiros de outrora, arrancando-as sem justiça, nem repondo-as sem brilho e sem glória.

Consagrae, enfim, as vossas armas a Deus, e rogae-lhe faça com que essa Cruz dos Sabres, que trazeis sempre convosco, vos lembre, a cada passo, a epopeia divina do sacrifício pelo dever; e o pavilhão nacional, a cuja sombra viveis e lutais, esse lindo pavilhão, todo estrelado como os vossos céus meridionais, vos recorde também esse outro céu, o verdadeiro céu, prêmio e apoteose eterna dos fortes, a fim de que, ao influxo de tão supremos pensamentos, possamos saudar em cada túmulo de soldado brasileiro, o túmulo de um herói, herói da disciplina e obediência na Paz, herói da bravura e magnanimidade na Guerra!"

Dom Aquino, amigo dos militares, ei-lo na Escola Militar do Realengo, dirigindo-se com sua "Alvorada" à nossa turma de jovens cadetes, quando da memorável conferência promovida pelo saudoso Padre Miguel, em 1917:

"Dos imos vales aos mais altos montes,
Vibram no azul dos pátrios horizontes,
Sons de clarim, que o mar além traduz...
Ao épico fremito dessa alvorada,
Que é a voz da Pátria, desta Pátria amada,
Heróis em flor, ó Mocidade, Sus!"

Dom Aquino, amigo dos militares, ei-lo a convite nosso, na *Festa da Bandeira* de 1937, diante da Catedral de São Paulo, essa jóia arquitetônica de pedra, bronze, madeira, mármore e cristais, dizendo à compacta multidão:

"Não há Pátria sem tradições. Ai do povo, para quem as tradições do seu passado se tornaram hieroglíficas e mudas."

Dom Aquino, amigo dos militares, ei-lo escrevendo o *Hino ao Duque de Caxias*, nosso Patrono:

"Em teu nome, ó Caxias, se encerra
Todo o ideal do Brasil militar:
Uma espada tão brava na guerra,
Quão fecunda na paz a brilhar!"

"Salve, Duque glorioso e sagrado,
Ó Caxias invicto e gentil!
Salve, flor de estadista e soldado!
Salve, herói militar do Brasil"

Dom Aquino, amigo dos militares, ei-lo na Missa Campal, à convite de Dom Helvécio, dirigindo-se à Bandeira do 17º Batalhão de Voluntários Mineiros, antes do seu recolhimento à Igreja de Mariana:

"Eu te saúdo ó sagrada Bandeira! Tu que foste cêrvida piedosamente por mãos trêmulas de mães e de donzelas! Eu te beijo, ó velha e querida Bandeira! Tu, que desde o Apa até Cuiabá, te embalsamastes nos aromas selvagens de minha terra Natal..."

Eu te venero, ó gloriosa Bandeira! Venero em ti o sangue dos heróis e a lágrima dos Santos, os soluços das mães e os suspiros das noivas, os beijos das crianças e os extertores dos coléricos... Lá ficarás tu para sempre, como um dos mais augustos emblemas da nacionalidade.

Mas, se algum dia, Deus não permita, o dilúvio das paixões humanas galgar os pináculos Sagrados, onde ancoram as arcas Santas das tradições nacionais; se a onda invasora ameaçar submergir as instituições e os princípios que fazem grandes os povos, desprende-te ó Bandeira! Desprende-te do teu Ararat Solitário, enfuna como uma vela o teu farrapo auriverde e vai; recomeça a tua jornada de patriotismo e de glória, apontando-nos com o teu mastro imortal, acima de todos os naufrágios e de todas as borrascas, o céu azul dos teus ideais infinitos. Salve Bandeira!"

No Oratório Santo Antonio, no Coxipó Mirim, naquele abrigo de noviços, encravado, como plácida ermida, na penumbra verde da mata; naquelas águas vivas e claras; naquela vida contemplativa de recrutas do Santuário; naquela sublimação da mocidade acima de todos os sonhos; naqueles estudos clássicos, numa atmosfera do mais sadio humanismo, onde par a par com os Padres e Doutores da Igreja; todo aquele ambiente, em suma, foi o noviciado de Dom Aquino, um mundo novo de inspiração e de êxtase.

Ali se lhe ascendeu o culto de Deus e o culto da Pátria. No Sanatório Santa Catarina, na portentosa Cidade de São Paulo, orgulho do Brasil, da América e do Mundo, numa noite de março, entregou suavemente sua alma ao Criador, Dom Francisco de Aquino Corrêa.

O nosso corpo é como a semente, di-lo São Paulo no mais formoso dos Símiles: deita-se à terra, mas assim como a semente revive no vigo da clorofila, das flores e dos frutos, assim também há nêde de germinar e ressurgir para a espiritualidade luminosa, leve e impassível, da glória. As asas do pássaro mecânico levaram o seu corpo para junto do seu an-

tecessor e padrinho, Arcebispo Dom Carlos Luiz D'Amour, sepultado na bi-centenária Matriz do Senhor Bom Jesus de Cuiabá.

Mas a sua alma, esta sim, entrou já para a casa definitiva, a que os livros Santos chamam "*Casa da Eternidade*". Os homens somos vermes, mas vermes destinados a formar essa "angélica borboleta" de que fala o Dante naquele terceto :

"Que vermes somos não vos está provado,
De que surge a celeste borboleta,
Que incerta vóa ao tribunal Sagrado ?"

E eu imagino ver a borboleta angélica e imortal de sua alma, rompendo o casulo frágil da carne, desdobrar as asas rutilantes dos matizes de tantas virtudes praticadas, e librar-se em vôo glorioso, para o azul dessa luz inacessível, onde mora o Eterno ! Quão doce e festivo se terá mostrado ao receber sua alma o Divino Mestre — o Caminho, a Verdade e a Vida.

Tão rutilante foi a personalidade de Dom Aquino, tão marcante a sua presença espiritual, que a ele, à sua vida e à sua obra se pode aplicar o famoso verso :

O seu fim é o seu começo — a verdadeira Eternidade !

MARECHAL FLORIANO PEIXOTO

HOMENAGEM À MEMÓRIA DO GRANDE BRASILEIRO

ORDEN DO DIA DO SR. MINISTRO
DA GUERRA

"A 29 de junho de 1895 falecia no interior do Estado do Rio de Janeiro, o Consolidador da República, o grande Marechal Floriano Peixoto.

Essa data tem a mais alta significação para os brasileiros; assinala o término da vida de um homem que conquistou a imortalidade pelos relevantes serviços que prestou ao país, e, particularmente, pelas marcantes virtudes de sua personalidade predestinada.

Nasceu Floriano Peixoto, a 30 de abril de 1839 nas Alagôas. Aos 18 anos de idade é soldado voluntário do 1º Batalhão de Artilharia a Pé, atraído pela vocação incoercível da carreira das armas. Procura ascender pelo estudo e esforço próprio, e bacharela-se em matemática e ciências físicas em 1862, sendo promovido a 2º Tenente.

Iniciava-se a brilhante carreira do valoroso militar que, nos páramos do sul, com o deflagrar da Guerra do Paraguai, culminaria em atos de bravura e ação de comando que conquistariam a admiração e o respeito de seus chefes e camaradas.

Desde o início daquela grande epopeia, em que a bravura do soldado brasileiro se emoldurou para sempre no cenário das batalhas, teve Floriano Peixoto, ação destacada: Em Uruguiana, recebe a missão de organizar e comandar pequena esquadilha de embarcações artilhadas. Logo depois está limpo o Rio Uruguai e enfraquecido o inimigo que capitula aos brasileiros, encerrado naquela praça de guerra. Mais tarde, passa a comandar o 44 de Voluntários, já com o posto de Major. Sua designação para esse

comando foi intencional. Aquela Unidade não desfrutava de bom nome no seio do Exército, e o Major Floriano a transforma na aguerrida e disciplinada tropa dos heróicos soldados da Batalha de Avaí.

Deixa o 44 para comandar o 9º de Infantaria; e com essa Unidade, participa de todos os grandes combates travados na cruenta campanha da Tríplice Aliança.

Segue Caxias em Iitororó. É um dos vencedores de Villete, Lomas Valentina, Estero Belaco e Serro Corá. Não mede sacrifícios quando tem dever a cumprir. Pela bravura, desprendimento e qualidades de comando, torna-se legendário, passando a figurar na plêiade dos heróis daquela guerra, e deixa-nos a célebre resposta dada a Caxias, ao adverti-lo pela forma como prodigalizava a vida:

"O Major Floriano, só sabe combater à frente dos seus soldados."

Finda a guerra, é promovido a Tenente-Coronel. Regressa ao país e dedica-se inteiramente à profissão e à família, alheio às competições partidárias que sacudiam a Nação.

Em 13 de janeiro de 1883, é promovido ao posto de Brigadeiro, e em agosto de 1884 é nomeado Presidente e Comandante das Armas da Província de Mato Grosso, exonerando-se de idêntico comando das Armas de Pernambuco.

Militar por índole, dedicado aos mistérios do Exército, pai de família amantíssimo, homem reservado e discreto, jamais pensara no grandioso destino que a evolução política do país lhe predestinava.

Aproximando-se o término do ano de 1889, agita-se a Nação, a Monarquia agoniza e o Marechal Deodoro proclama a República.

Floriano, no cargo de Ajudante Geral do Exército, pôsto da mais alta responsabilidade hierárquica, partilha do movimento, colocando-se ao lado de Deodoro. Nunca fôra revolucionário, embora republicano convicto. Patriota e conhecedor profundo dos fatos que se desenrolavam, dando-lhe a certeza do fim do Império, evita derramar o sangue generoso dos brasileiros. Fica com os republicanos.

O povo consagra-o, elegendo-o Vice-Presidente da República, na primeira constituinte.

Contra a realidade dos fatos, que fecundam descontentamentos, chocam-se as esperanças dos apóstolos da pregação republicana. Culminam os agravos a 22 de novembro de 1891 com a queda do Proclamador da República.

Renuncia Deodoro. Floriano é chamado a assumir o Poder.

Recebe ele a suprema investidura em quadra tormentosa, que sômente a um forte seria dado encarnar e manter o princípio da autoridade. Não pode o grande brasileiro fugir ao próprio destino e sacrifica a tranquilidade e a vida na defesa das instituições periclitantes. Esquece-se de si mesmo; abandona-se integralmente ao dever de salvar a Nação no pôsto, que não buscara, nem pretendia, mas que a dignidade de soldado e cidadão lhe impunha aceitar.

Era o Presidente da República. Representava a Autoridade, a Lei e a continuidade da Pátria.

Recebera uma missão e procuraria cumpri-la com o mesmo desprendimento e coragem dos campos de batalha.

O fermento revolucionário explode nos primeiros meses de seu governo. Nos próprios escombros, parecia ir sepultar-se o Brasil. Mas Floriano Peixoto possuía virtudes cívicas no mesmo grau daquelas que já pompeara na carreira das Armas; revela-se na plenitude de seu gênio político e de homem de ação.

Revolta-se a Armada a dominar a Baía de Guanabara; os federalistas se erguem no Rio Grande do Sul; Santa Catarina cai em poder dos rebeldes; Paraná, praticamente, lhe segue o mesmo destino.

Sem Esquadra, com as finanças abaladas e ameaçado de intervenções estrangeiras, Floriano é o homem providencial que salvaria a Nação e a República quase destruída pelo furor dos ódios e do desespero de seus adversários. Nada lhe abate o ânimo forte que mantém de pé o princípio da Autoridade.

O povo, sempre generoso, compreende o elevado ideal que impulsionava o chefe combatido. Aplaudem a mocidade se empolga e acorre aos quartéis para formar batalhões patrióticos; disposta a resgatar com o próprio sangue a dignidade da Pátria.

Acreditavam os jovens no homem singular que sintetizava a ordem e a lei, e, que no meio daquele tumulto, sabia discernir o verdadeiro caminho da nacionalidade.

Cumpria-lhe, como Chefe do Governo, preservar as instituições e manter a supremacia do Poder Público. Fé-lo com desprendimento e elevada firmeza.

Não agia em benefício próprio e só alimentava um desejo naquela luta sobrehumana — manter a pureza das instituições e a Unidade Nacional.

Sua personalidade transcende às fronteiras do país ao defender a honra e a dignidade da Nação contra as tentativas de intervenções estrangeiras.

Vencida a revolução, mantida a Autoridade, consolidadas as instituições e cumprindo o dever, o seu pensamento foi para o primado democrático, isto é, fazer as eleições e entregar o Governo ao escolhido pelo povo.

Em manifesto declarava:

"Manter a inviolabilidade da Lei que é ainda mais necessária nas sociedades democráticas como um freio às paixões, do que mesmo nos governos absolutos, pela tradição de obediência pessoal que as constitui, será para mim e meu governo sacratíssimo empenho."

Seduções, intrigas, entusiasmos frenéticos de amigos e partidários, nada valeram para desviar o inclito chefe do ideal republicano e democrático. Era homem da legalidade. Julgaria trair o seu passado, se usur-

passse o direito inalienável previsto pela Constituição. É bem verdade que poderia reformá-la para justificar sua continuidade no Poder, mas, acima de qualquer motivo, estava uma límpida consciência de soldado e de cidadão.

Presidiu as eleições com absoluta isenção. No dia 15 de novembro de 1894 transmitia o Governo ao Doutor Prudente de Moraes.

Estava salva a Pátria e consolidada a República, mas aniquilado o grande homem que em holocausto ao bem público sacrificara vida e futuro.

Com a saúde definitivamente abalada, pobre e martirizado, recolhe-se ao seio da família, para logo em 1895 falecer, na data de hoje, com 56 anos de idade.

Sua morte abalou a Nação, que perdia o soldado e estadista cujo patriotismo e clarividência estiveram à altura das responsabilidades do papel histórico que o destino lhe reservara.

Foi seu último pensamento um apêlo de fé e advertência à mocidade, para manter a continuidade da Pátria através da vigilância e do esforço continuado:

— "A vós que sois moços — escrevia êle — e trazeis vivo e ardente no coração o amor da Pátria e da República, a vós corre o dever de ampará-la e defendê-la dos ataques insidiosos do inimigo."

Meus camaradas!

Pais que possui varões qual o insigne Marechal Floriano Peixoto, está certo de um grandioso futuro.

Crises, lutas momentâneas, desajustes, por ventura emergidas, são logo superados pelo incentivo dessas vidas gloriosas que se alçam ao cimo dos gênios e, com seus exemplos fecundos, apontam às gerações como engrandecer a nacionalidade — (a) General Henrique Lott, Ministro da Guerra".

SABÃO!

Só Sabão Russo

Líquido, Sabonete e Creme para Barba

Água de Colônia 107

TABELIO FERNANDO ROCHA LASSANCE

Ofício de Notas e Registros de Contratos Marítimos

AVENIDA MARECHAL FLORIANO N. 5 — TELEFONES: 23-3604 E 43-9149

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INDÚSTRIAS

HOMENAGEM AO MINISTRO DA GUERRA — IMPORTANTE DISCURSO DO
DEPUTADO AUGUSTO VIANNA, PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO —
PALAVRAS DE AGRADECIMENTO DO GENERAL TEIXEIRA LOTT

Os industriais brasileiros, por intermédio da Confederação Nacional da Indústria, prestaram, significativa homenagem ao Sr. Ministro da Guerra e aos Chefes Militares, oferecendo-lhes um almoço na sede da Escola Técnica de Indústria Química e Textil, em Riachuelo, do qual participaram o Ministro do Trabalho, Sr. Parsifal Barroso, o Presidente da CNI, Deputado Augusto Viana, numerosos industriais e jornalistas. Essa homenagem, foi precedida de uma visita demorada do titular da Guerra e dos convidados presentes a diversas dependências da Escola de Aprendizagem Euvaldo Lodi, que se encontrava em funcionamento com os seus milhares de jovens alunos dedicados às suas atividades.

DISCURSO DO SR. AUGUSTO VIANNA

"A recepção nesta Casa a S. Excelência, o Sr. General Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott, Digníssimo Ministro da Guerra, acompanhado de um grupo de eminentes Chefes do Exército Nacional constitui justo motivo de subida honra e excepcional satisfação para a indústria brasileira.

Ao ensejo deste encontro cordial, não sabemos fugir à meditação dos grandes problemas nacionais, para a qual duas classes — a militar e a industrial — estão particularmente qualificadas por muitos títulos e se acharem diretamente postas na trama de estágio evolutivo que atravessamos.

O quadro de nossas dificuldades traduz-se em restrições e sofrimentos, em insatisfações, intranquilidades, temores, confusões e em uma excitação generalizada. Os desvios de comportamento de indivíduos e, até de agrupamentos humanos, ocorrem com maior frequência, e sugerem julgamentos radicais sobre o momento, com previsões, em geral, pessimistas e, às vezes, desconcertantes e enganadora.

Entretanto, a análise dos nossos problemas revela grandes progressos do País em todo sentido e, mesmo, excepcionais determinados setores. Não é, portanto, porque sejamos menos evoluídos, menos esclarecidos, porque produzamos menos se torna mais crítica no presente. Ao lado de possíveis desajustes, desperdícios, imprevisões, erros graves, cumpre assinalar que a essência de nossa crise reside no fato de estarmos crescendo com velocidade maior do que o armazenamento de recursos para o atendimento do volume de necessidades que se vão criando pelo próprio desenvolvimento.

A história do mundo é de constantes transformações, que se tornaram mais nítidas nos últimos séculos da civilização ocidental.

É que as mudanças eram tão lentas, até a altura do século XI que a impressão é a da estabilidade completa naquele primeiro milênio da civilização cristã. Ainda lentas são as mudanças até o século XVIII, mas o século XV já oferece o es-

petáculo que temos diante de nossos olhos perplexos.

Na continuidade desse processo repete-se na história a ocorrência de estados de desequilíbrio.

Novas descobertas científicas e técnicas, conceitos outros de conveniência humana, condições diversas de ordem material criam situações de participação de novos núcleamentos na vida político-econômica dos povos, gerando novos poderes e novos direitos ao homem. Tais mudanças não vêm fluindo, entretanto, através de uma evolução serena e pacífica. Ao contrário, o que a história da humanidade nos revela, quanto ao passado, é que as mudanças sociais se deram, sempre, por transbordamentos de forças incontidas que atearam tormentas violentas a que se seguiram longas e profundas crises materiais, morais, econômicas e políticas, resultantes da rutura do equilíbrio dos elementos componentes da anterior estrutura social. O jogo antagônico das forças de conservação e de renovação do processo de mudança responde pela violência dos choques e pelo alongamento e profundidade do período crítico.

Acreditamos, entretanto, que as perspectivas já rasgadas pela civilização tecnológica dos nossos dias, e melhor conhecimento das possibilidades desse tipo de civilização já conferidos em outras regiões do globo, asseguram visão mais clara, para os líderes, e intuição, para muitos, da possibilidade de transformações assecuratórias de estágios mais avançados de justiça e de equilíbrio social, por caminhos em que se vão eliminando, ou, pelo menos, reduzindo os momentos de crise aguda, de violência e de riscos catastróficos.

As perspectivas abertas pela era tecnológica da possibilidade de extração da natureza de uma soma crescente de recursos naturais e de sua transformação em utilidades prometem condições dignas de vida a parcelas cada vez maiores da humanidade.

Não basta, todavia, a visão de tão maravilhosos horizontes. É mister

construir-se uma clara consciência de que, na era tecnológica, o trabalho não mais se realiza com o uso exclusivo da força muscular, manejando ferramentas simples, pertencentes a cada trabalhador, nem faz com pequenos grupamentos de obreiros. Introduziu-se o uso da energia do carvão e da eletricidade, surgiram a máquina-ferramenta, a conjugação sincrônica de grandes massas de trabalhadores, a obediência a processos técnicos baseados em conhecimentos físicos, químicos e biológicos, a utilização consequente, de imensas áreas, de enormes construções fabris, da acumulação de grandes quantidades de matéria-prima, de grandes estocagens dos produtos acabados, de uma rede de distribuição e de um sem número de órgãos indispensáveis a todo o processo produtivo.

Nenhuma dessas parcelas existe pelo nosso simples alvedrio. Só a acumulação lenta de economias e de enormes reservas possibilita a formação de recursos para aquisição dessa vasta e custosa parafernália.

É o que se chama capital. Quanto maior for a sua quantidade, mais numeroso será esse conjunto de máquinas e instalações e maior a extração de recursos naturais e sua transformação em bens, em prol de maior número.

Assim, a maior existência de capital é igual a maior potencial de produção. Se a velocidade de sua formação não for adequada ao volume demográfico existente e ao seu crescimento, necessariamente uma grande parte da população ficará congelada em subempregos e em regime de vida primitiva, e uma grande parte do território estagnado. Esse quadro, em que alguns progredem e logram um nível de vida adequado, e muitos permanecem condenados a um regime de vida primária, em que algumas regiões assistem à alvorada e ao brilho do progresso e, outras, muitas outras continuam imersas em profundo atraso, é gerador de situações e de problemas graves repercussões

na vida do País, no conjunto dos quais se tornam mais visíveis as pressões para soluções artificiais e perigosas de que o regime inflacionário é um lídimo e doloroso exemplo, e o empreguismo público um outro igualmente desolador. Os estados agudos de carência e de miséria, as migrações internas, a

instituições, de enfraquecimento da lei, de ameaças e riscos de subversão de toda a ordem.

Não vale, no caso, a invocação de passos de mágica. Só os milagres da ordem e do trabalho com abnegação, podem dar a superação do momento crítico. A ordem e a continuidade das instituições e, do



O Deputado Augusto Vianna, Presidente da Confederação Nacional das Indústrias, quando discursava

concentração desregulada de populações em cidades não preparadas para o afluxo, constituem natural decorrência dessa conjuntura. De experiência própria, sabemos, que dêsse degrau para os demais é fácil regredir em termos de carência ainda maior, de elevação dos preços de utilidades, de pressão para aumentos de salários, de quebras de padrões éticos, de transformação da vida política em sistema de promessas demagógicas com o que se iludem o povo, de deterioração das

regime legal que torna possível o trabalho pertinaz de todos, multiplicador de recursos, formador de reservas internas e clima para imigração de capitais alienígenas.

Acontece que o princípio da ordem tem sido em todos os tempos a grande vocação do Exército brasileiro. O seu potencial de força e de dignidade tem sido sempre pôsto a serviço da contenção dos excessos, do respeito aos direitos, da permanência das instituições, da paz e da segurança. O seu papel

moderador e regulador nos momentos críticos da vida nacional constitui, por certo, uma das formas marcantes da sobrevivência institucional brasileira.

Por sua vez, o milagre do trabalho só se torna possível, na era tecnológica dos nossos dias, através da associação organizada de matérias-primas, de máquinas, de energia, de técnica e de mão-de-obra. A associação do capital e do trabalho, nas vastas proporções em que ele precisa ser pôsto em operação para que atinja os altos níveis de produção, só é realizada através do que se chama a empresa. Nela se realiza a institucionalização das condições de autonomia, de plasticidade, de rapidez de decisão, de responsabilidade, de liberdade para correr riscos de insucesso, do poder de premiar aos que trabalham e de eliminar os que não cooperam, do poder de conduzir todo o conjunto, imprecindíveis ao processo da produção.

Não basta, entretanto, a existência da empresa para que o trabalho se torne fecundo. É indispensável a consciência e a compreensão coletiva do processo em marcha de que todo o povo é participante e está envolvido, para que ele possa dar a sua parcela de colaboração, indispensável não só à solução das crises como à marcha normal dos acontecimentos.

Tal compreensão envolve, por certo, um processo educativo de vastas proporções, no qual todas as instituições sociais devem ser chamadas a dar a sua contribuição. Desejamos, entretanto, focalizar, neste momento, a parte que nele toca à fábrica e à caserna, pela sugestão a que não podemos fugir da presença tão honrosa de generais e altas patentes do Exército, à frente a figura serena do Ministro da Guerra, ao lado de homens da indústria representando várias regiões do país.

Começaríamos por analisar a fábrica que é alguma coisa mais do que um local de transformação de matérias-primas em utilidade, e mais que um meio de vida. É o centro de formação do homem pelo tra-

balho, ou antes, a própria fonte do trabalho.

Há alguma coisa que ultrapassa os limites da relação — prestação de serviço e a remuneração da jornada correspondente. Começa que, nesse centro de produção, o jovem se inicia pela aprendizagem com que adquire os segredos de uma profissão que vai constituir a sua segurança de obtenção dos recursos para uma vivência digna, o seu maior título de direito a estabilidade, respeito e apreço de todos. E o singular é que não é quem recebe a aprendizagem que paga a mensalidade, como ocorre na escola comum, mas a própria empresa que assegura salário ao aprendiz e estipêndio o professor que, no caso, é o mestre.

Toda ambiência fabril é, por si, uma fonte riquíssima de ensino vivo. O ato de produzir implica num agrupamento de máquinas e de outros equipamentos articulados entre si, de forma racional, num conjunto de ferramentas mantidas permanentemente em estado adequado de uso, grandes estoques, de acessórios, de matérias-primas e de combustível, e recursos financeiros para a movimentação de tudo isso. O funcionamento mecânico, sincronico, racional desse conjunto condiciona os comportamentos do trabalhador e lhe dá uma personalidade afeita à integração num sistema orgânico. As operações de máquinas e ferramentas, o poder e a ação da energia, o comportamento das matérias-primas constituem ensinamentos vivos de precisão de interdependência, de ordem de respeito a determinados princípios e regras inspiradoras de suas atitudes mentais e práticas.

Mas o valor de uma fábrica não se resume nos edifícios, na maquinaria, ferramentas, equipamentos e processos de fabricação. O espírito de equipe passa a ser elemento básico quando se utiliza centenas de milhares de indivíduos e trabalho comum — coordenando, controlando potências de energia, comandando centenas e, às vezes, milhares de máquinas e aparelhos, conduzindo milhares de toneladas de matérias-

primas e de peças semi-manufaturadas ou de utilidades na fase de acabamento, tudo obediente a um plano de conjunto, em que a margem de erros tem que estar contida dentro de determinados limites de tolerância, sob pena de prejuízos que tornariam nulo o esforço de todos, destruiriam valores recuperáveis e poderiam contribuir para a ruína do empreendimento.

Não há dúvida de que a fábrica representa um centro formador de comportamentos humanos no terreno da íntima e constante interdependência dos indivíduos, da ordem rigorosa, da pontualidade, da exatidão, do respeito ao trabalho dos demais, da inteligência e da confiança da ação.

Não há dúvida, também, de que, na fábrica, há alguma coisa que ultrapassa as relações trabalho-salário, alguma coisa além dos esforços musculares, que é o amor à exatidão e a perfeição do que está sendo elaborado pelas mãos ou pelas máquinas e o sentimento de cooperação para o progresso da empresa. Há alguma coisa além do salário, que se traduz em dedicação, felizmente encontrada em grande número de nossos operários.

O contacto com centenas ou milhares de pessoas em ação coordenada dá à direção a visão de que não existe a possibilidade de estandardizar os homens como fazemos com as máquinas e as matérias-primas. Os agrupamentos humanos são feitos de indivíduos diferentes, que não devem ser imaginados nem como serem ideais nem como degradados. A comunidade fabril apresenta, em pequena escala a enorme variedade dos homens, com suas virtudes e defeitos, qualidades e imperfeições, dominada muito mais por sentimentos e impulsos do que pela análise mental e lógica de cada acontecimento. Por isso mesmo, não podemos considerar os operários como acréscimos da máquina, com o mesmo tipo de reação passiva, como uma espécie de suplemento incômodo do qual gostaríamos de nos libertar através de um invento milagroso em que tudo se fizesse mecanicamente, sem

nenhuma ou quase nenhuma intervenção do homem. Não só o operário é a "parte humana" da produção, como a mais importante de todo empreendimento e, como tal, deve ser tratado pelo empresário. Já se foi o tempo em que o industrial considerava em primeiro lugar o interesse do acionista. É corrente entre industriais norte-americanos o conceito moderno de que a primeira consideração do produtor se dirija ao consumidor, a segunda ao operário e, a última ao acionista, o que constitui por certo a melhor maneira de preservar os interesses do último.

É do conhecimento de muitos a preocupação das empresas adiantadas, mesmo entre nós, no que se refere às relações públicas, isto é, com o consumidor, e relações humanas, ou seja, com os trabalhadores. Já constitui título de justa validade de não poucos empregadores brasileiros os serviços sociais de suas empresas, os níveis de salários que já podem pagar e o sistema de entendimento entre empregadores e empregados, assegurador dos reajustes de salário, das promoções e prêmios. O progresso de muitas organizações industriais no plano tecnológico, e de produtividade, constitui, por outro lado, motivo de nosso justo orgulho. O desenvolvimento de nossa indústria siderúrgica, metalúrgica, mecânica e elétrica começa a apresentar índices de grande significação. A nossa capacidade de produção de perfis e de laminados, de aços finos, de ferramentas e de máquinas-ferramentas, de carros ferroviários, de peças para automóveis, de motores elétricos, de bombas, de tubulações e de máquinas agrícolas, já nos deixa entrever que atingiremos, dentro em breve, aquela posição de grande expansão no uso de máquinas na agricultura, na multiplicação de todos os tipos de bens de consumo e dos equipamentos de energia e de transporte.

Se todos os brasileiros devem prestar serviços à produção no campo, nas fábricas, no comércio, nos setores de energia e de transporte ou ingressar na carreira de servidor

público, devem, no tempo próprio, dar sua prestação de serviço à defesa do País.

Ao cumprir tão elevado dever, sem o qual não terá o jovem direito, nem perante a coletividade, nem perante si mesmo, a participar da vida do País, encontra na caserna uma escola. Em primeiro lugar, recebe lições vivas de vida democrática ao encontrar irmanados no mesmo plano de obrigações e de direitos, a ricos a remediados e a pobres, a trabalhadores, a estudantes, a auxiliares do comércio, a servidores do Estado, a artesãos, a aprendizes e a domésticos. Para muitos, ali está a primeira escola ativa com que se defrontaram, cheia de aprendizagens em situações vivas. Os hábitos de assiduidade, de pontualidade, de cuidados e asseio pessoais, de boa postura, de limpeza do ambiente, de arrumação e boa ordem material, constituem algumas das aquisições de grande relevância da formação dos reservistas.

Os cuidados de saúde e de desenvolvimento físico constituem um segundo capítulo de grande relêvo, não apenas para as funções de soldado, mas para as tarefas de trabalhador e de chefe de família, que se seguirão à vida do convocado.

Por sua vez as quotidianas lições de disciplina, de respeito à hierarquia e à autoridade constituem uma parte básica na educação importante, não apenas no quartel mas em todos os degraus e em todas as situações a que o cidadão seja chamado a participar. Por último, a caserna representa uma escola de civismo, cultoamento dos grandes acontecimentos e figuras da nossa história, dos eventos significativos da vida nacional, das suas datas, das suas instituições e de seus símbolos. A tudo isso se junta a alfabetização dos que chegam ao serviço militar sem a conquista desse básico instrumento de vida. Em todos os níveis de nossa gente, tais contribuições, tais virtudes e tais serviços são reconhecidos com respeito, acatamento e gratidão.

As duas escolas a que nos referimos, a da fábrica e a da caserna, entrelaçam-se e completam-se, no recosimento da tempera e no reajuste dos homens que lhe são enviados.

Constitui um acontecimento feliz para a Confederação Nacional da Indústria a presença de Sua Excelência o Sr. Ministro da Guerra, General Teixeira Lott, em uma escola do SENAI, acompanhado de ilustres Generais sediados no Distrito Federal.

Tais escolas se constituíram em pouco tempo numa das mais significativas experiências educacionais do país. A ação de formar jovens, conjugando o ato de trabalhar, nos centros de produção, com toda a riqueza de situações reais que só a própria vida oferece, com a frequência a escolas constitui algo de bem diverso do ensino livresco e verbal.

Os alunos das escolas SENAI terão oportunidade de se educar através de problemas vivos de uso da energia, de máquinas, de ferramentas e de matérias-primas. Aprender, usando a inteligência conjugada com as mãos, a utilizar conhecimentos em situações práticas.

Em pouco mais do que um decênio, organizou o SENAI mais de uma centena de escolas desse tipo, isto é, construiu grandes prédios, adquiriu maquinária, ferramentas, e outros equipamentos, selecionou e aperfeiçoou um grande quadro de instrutores, professores, técnicos e administradores e assegurou o funcionamento de um sistema escolar extremamente complexo, dado o número de cursos que são, no momento, de mais de 60 para atender às peculiaridades de cada região econômica e de cada tipo de produção.

Salta aos olhos de todos, e muito especialmente aos de técnicos, tão numerosos e competentes nas Forças Armadas, que um país que se industrializa, reúne e põe em funcionamento um arsenal de máquinas e de aparelhos dos quais não só a sua vida econômica, como a coletiva, a doméstica e a individual passam a depender. A sua conser-

vação, os seus reparos, a construção de suas peças para substituição e a fabricação completa de máquinas, de motores, de veículos e de outros equipamentos, constituem os fundamentos da vida de nosso parque industrial.

Da clara consciência dessas realidades decorre que as escolas do SENAI vêm se dedicando à política preferencial da formação de mecânicos de máquinas, de mecânicos eletricitistas, de mecânicos de motores a gasolina e diesel e de carpinteiros, o que não exclui a existência de muitos outros cursos de operários qualificados. A maior parte dos seus trinta mil alunos está concentrada naquela área prioritária em que toda a indústria é direta ou indiretamente atendida.

Esta Escola Técnica Textil tem, no SENAI, uma posição especial, destinada que é ao preparo de jovens, que já possuem o curso ginasial, para funções técnicas de comando ou de controle dos processos de fabricação de tecidos.

Seu nível mais elevado, a existência de uma fábrica-piloto dentro da escola e de laboratórios de pesquisas e controle tecnológico estão permitindo o preparo de jovens de grande utilidade para a indústria daquele ramo.

O aprêço do SENAI no plano internacional representa, também, motivo de orgulho para todos nós. A ONU, através da Repartição Internacional do Trabalho, realizou acordos com o Governo do Brasil para utilização do SENAI como centro de treinamento de instrutores e diretores de escolas industriais de toda a América Latina. Há vários anos que as nossas escolas recebem técnicos de países estrangeiros envia- dos por intermédio daquela organização internacional para receberem no Brasil a aprendizagem e o aperfeiçoamento que nos consideram capazes e à altura de bem proporcionar.

Permitam o Exmo. Sr. General Teixeira Lott e seus ilustres camaradas de corporação falar tanto no Brasil, de seus problemas e de algumas de suas instituições. É que o encontro de Chefes do Exército

e da Indústria não pode deixar de constituir oportunidade de meditação sobre a Pátria, sobre nossas preocupações e esforços em hora tão decisiva de sua vida, no caminho do engrandecimento, do progresso, da pujança econômica e da civilização, dentro das constantes de nossa tradição, que são a lei, a justiça e a liberdade.

Os dois Exércitos — o do trabalho e o da defesa nacional poderiam aqui, neste ambiente, erigir um símbolo, o símbolo da perenidade do Brasil, sempre o mesmo, no passado, no presente e no futuro — na realização de seus gloriosos destinos.

AGRADECIMENTO DO SR. MINISTRO DA GUERRA

Agradecendo a homenagem que lhe estava sendo prestada, bem como aos seus camaradas, o Sr. General Teixeira Lott, falando de improviso, teceu longas considerações sobre o fenômeno industrial e a correlação entre as indústrias e os elementos que compõem as Forças Armadas pela segurança interna e externa do país. Disse que a defesa nacional só poderia ser assegurada com o desenvolvimento econômico do país, principalmente na parte que diz respeito a indústria.

Sobre a harmonia entre capital e trabalho, tese que o General Lott tem defendido em várias oportunidades, inclusive na Federação Nacional das Indústrias de Minas Gerais e na sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores, quando de sua visita às citadas entidades sindicais, voltou S. Excia. a ocupar-se do assunto, destacando a sua satisfação em ver um dos dos capitães da indústria, no caso o Sr. Augusto Viana, identificado perfeitamente com os pormenores desse importante e delicado problema.

Lembrou, a seguir, que há 10 anos assistira, ao lado do saudoso industrial Roberto Simonsen, em São Paulo, ao nascimento das Escolas de Aprendizagem Industrial. "O Brasil — prosseguiu — atravessa uma fase crítica. Se os brasileiros puserem acima de sua individuali-

dade, dos seus interesses, o interesse do povo, estou certo de que a crise a que me refiro, será vencida como foram outras em épocas passadas. Um dos setores em que é mister uma melhor compreensão é o da indústria. Necessário se torna, porém, congregar capital e trabalho para o seu maior desenvolvimento".

Continuando, disse o Sr. Ministro Teixeira Lott que o ser humano, para progredir ao máximo, precisa de ambiente favorável, onde encontre conforto material e espiritual.

Para o aumento da produtividade nas empresas industriais, ressalta o orador a necessidade da melhoria das relações entre empregados e empregadores. Contou a seguir ter assistido em diversos estabelecimentos industriais que visitara no país, a desenvoltura do trabalhador brasileiro, de um modo geral, tendo observado sua grande capacidade de adaptação aos meios e a disposição com que se dedica as atividades humanas.

Sugeriu, ainda, o Chefe do Exército, baseado em estudos e observações no setor industrial, que os responsáveis pela indústria nacional construam casas para operários nas proximidades das fábricas, poupando a perda enorme de energia nos transportes a longa distância, para que assim o trabalhador tenha mais tempo para o seu descanso e possa viver mais tempo ao lado de sua família. Sugeriu, também, que sejam construídos parques infantis nos núcleos residenciais, destinados aos filhos de operários.

"Nossa Pátria precisa de uma estrutura econômica. Do contrário de nada valerão suas defesas militares, prosseguiu o General Lott. A indústria só pode prosperar em país,

cujas agricultura acompanha os processos modernos". Defendeu, a seguir, para o desenvolvimento agrícola, a instalação de silos e armazéns e adoção de maquinário apropriado.

Na parte relativa ao crédito e a agricultura, depois de pedir desculpas aos industriais presentes, disse o antigo diretor geral de Engenharia, que os estabelecimentos de crédito oficiais têm amparado muito mais a indústria do que a lavoura. E quando é concedido financiamento ao campo, frisou — o beneficiado é o intermediário ou o fazendeiro poderoso, prática essa que contraria frontalmente os interesses do país. Defendeu, então, o Ministro da Guerra que sejam atendidos pelos estabelecimentos oficiais de crédito, os pequenos agricultores, pois que eles representam o maior volume no total da produção nacional.

A respeito de outro importante problema, a reforma agrária, teceu o orador considerações, mostrando-se perfeitamente identificado com os seus pormenores. Considera o Sr. General Lott, que os grandes latifúndios são obstáculos ao aumento da produção. A multiplicação das pequenas propriedades agrícolas, no seu entender, representa importante fator da segurança nacional, com conseqüências salutares na solução do problema de justiça social.

O almoço foi encerrado com o brinde de honra ao Sr. Presidente da República, levantado pelo Senhor Parsifal Barroso, Ministro do Trabalho, que, antes, se referiu lições para os oradores que o precederam, realçando que o Chefe da Nação confia no Brasil, apesar dos impasses que se antepõem à trajetória do seu destino glorioso."

CESSÃO DE GARANHÕES E OUTROS ANIMAIS A FINALIDADE DA REMONTA DO EXÉRCITO

AQUISIÇÃO DE CAVALOS DIRETAMENTE DOS CRIADORES

Major EURICO CORTEZ

Chefe da Divisão de Fomento e Criação
da Diretoria Geral da Remonta

Possui o Exército um Departamento com o objetivo de fomentar o Equino, denominado Diretoria Geral de Remonta. Sua finalidade constante em orientar a produção equina, dentro de princípios práticos, tendo como modelo o *cavalo dito de guerra*, o que vale dizer com condições genotípicas referentes à *susticidade*, *sobriedade*, *temperamento calmo*, ou melhor, *capacidade e conduta*, assim como *aprumos*, ou melhor, *simetria*, *equilíbrio*, etc., condições estas que o fazem adaptável às atividades agropecuárias. Seu trabalho não só difunde estas idéias, a bem da produção, para que ela satisfaça a todas as necessidades do país, mas também se dedica ao estudo das doenças dos equinos.

O Quadro de Veterinários do Exército está completamente equipado para colaborar com os criadores na produção do cavalo são, forte e bem conformado. O pessoal técnico e seus laboratórios estão à disposição de todos os criadores do país.

O melhoramento equino tem que ser iniciado com a seleção das éguas e em seguida proceder o acasalamento com os garanhões que reúnem excelentes condições. A Diretoria Geral de Remonta, por intermédio de seus profissionais veterinários, realiza essa seleção, classifica e procede os registros respectivos, da *eguada* de todos os criadores que o solicitem e cede, de acordo com o tipo e conformação das éguas, o garanhão.

Basta o criador requerer ao general diretor, esclarecendo o local, município, qualidades do campo em forrageiras, tipo das éguas, *endereço residencial*, etc.

A Diretoria Geral de Remonta cede reprodutores das raças de corrida (puro sangue inglês), de tração (puro sangue bretão postier), de sela (puro sangue árabe) e jumentos.

Possui potranças de corrida (puro sangue inglês), para arrendar, possui éguas árabes, bretãs e inglesas, cedidas por empréstimo, sob condições de quem deseja de fato auxiliar aos criadores. Do mesmo modo haverá venda de éguas mestiças aprovadas, já padreadas. Distinguirá a todas as entidades do país, de quem dependa qualquer solução no sentido do cavalo. Distribuirá mudas e sementes de gramíneas e leguminosas. Por outro lado, se interessa pela aquisição dos produtos dos seus reprodutores, adquirindo-os, pagando além do preço base, mais uma bonificação. Qualquer criador que possua cavalos com 1m,45, entre 3 e 8 anos de idade, são, entre em entendimentos com a Remonta.

O Exército vai adquirir este ano alguns milhares de cavalos e mares diretamente dos criadores.

Para se ter uma idéia das distribuições dos reprodutores, mostramos a localização dos postos de monta:

ESTADOS	RAÇAS				
	PSI	PSA	PSBP	Jumento	O Raças
Amazonas	...	...	...	...	...
Pará	5	3	5	4	2
Território do Acre	...	1	1	1	...
Território do Amapá	...	...	1	3	3
Território Rio Branco	...	...	...	...	...
Território Rondônia	...	...	...	...	...
Maranhão	7	1	...	7	...
Piauí	14	4	6	6	1
Ceará	17	2	5	3	3
Rio Grande do Norte	5	2	3	1	1
Paraíba	6	3	2	2	4
Pernambuco	2	4	1	2	2
Alagoas	...	...	...	...	...
Território de Fernando Noronha	1	...	...	...	...
Sergipe	...	...	...	1	...
Bahia	2	3	4	3	3
Minas Gerais	8	...	12	3	1
Espírito Santo	3	...	3	4	...
Estado do Rio de Janeiro	6	3	8	5	1
Distrito Federal	...	...	...	...	1
Goiás	1	...	...	...	...
Mato Grosso	11	1	1	4	4
São Paulo	46	3	7	2	...
Paraná	5	...	9	2	...
Santa Catarina	6	...	12	2	4
Rio Grande do Sul	23	5	2	3	16
Soma	168	35	81	63	51

Total — 398 postos de monta.

Observações : PSI — puro sangue inglês.

PSBP — puro sangue bretão postier.

PSA — puro sangue árabe.

O Raças — outras raças (raças diversas).



Verifica-se que o maior número de reprodutores se acha distribuído no Estado de São Paulo, seguido do Estado do Rio Grande do Sul.

Ainda não se interessaram em receber reprodutores da Diretoria Geral de Remonta os criadores dos seguintes Estados: Amazonas, Ala-

goas, Território de Rio Branco e Rondônia.

A Diretoria Geral de Remonta, com sede no Palácio da Guerra, no Rio de Janeiro, tem sob seu controle 10 Estabelecimentos, os quais possuem no momento os seguintes reprodutores em efetivo:

ESTABELECIMENTOS	RAÇAS				
	PSI	PSA	PSBP	Jumento	O Raças
Coudelaria de Avelar (E. do Rio)	6	1	7	7	1
Coudelaria de Campos (E. do Rio)	13	2	6	11	...
Coudelaria de Campinas (S. Paulo)	69	4	16	4	...
Coudelaria de C. Grande (M.G.)	21	2	3	9	5
Coudelaria de M. Gerale (Lafalete)	2	...	2	3	...
Coudelaria de M. Belo (Benfica - M. Gerais)	9	5	9	13	1
Coudelaria de Pouso Alegre (Minas Gerais)	5	...	7	2	1
Coudelaria de Rincão (Nhu-Forã - R.G. do Sul)	8	15	7	2	13
Coudelaria de Salcan (Côrte - Rio G. do Sul)	37	...	4	7	23
Coudelaria de Tindiquera (Araucá - Paraná)	17	2	24	5	4
Relação Especial (DGR) - QG - Rio)	61	24	29	34	25
* Soma	248	55	108	97	85

Por sua vez, a Diretoria possui um Estabelecimento, no Rio de Janeiro, que é o Centro Hípico de Remonta, onde se encontram, diariamente, reprodutores em exposição, assim como é onde se realizam as Exposições de produtos mestiços e puro sangue.

Ainda muitos criadores desconhecem como proceder, para possuir um garanhão, gratuitamente, para melhorar seu plantel. Os estabelecimentos possuem reprodutores das diversas Raças para padreamento as éguas particulares, gratuitamente e mesmo sem qualquer despesa, não sendo necessário gratificação de qualquer natureza para que seja a reprodutora padreada.

Mesmo os reprodutores distribuídos pode cobrir éguas de centros criadores bastando a autorização da Remonta.

As éguas puro sangue particulares, que se destinam à criação e que ficam na Coudelaria durante uma estadia de monta, são consideradas pensionistas e portanto pagam a ração que comem. Lógico que não só o garanhão é necessário para melho-

rar o rebanho, mas, também, as condições do meio (alimentação, etc.) têm que ser cuidados, pois as leguminosas são de natureza primordial no desenvolvimento dos animais.

Não adianta colocar indivíduos excepcionais em locais sem trato de pastagens, aguada, etc. Ao Desejar Um Reprodutor, Requeira Nestes Termos: — "Exmo. Sr. General Diretor Geral de Remonta, Fulano de tal, residente em (cidade, município, distrito), à rua proprietário da Fazenda localizada em (cidade, município, distrito, Estado), possuindo na mesma fazenda (número de éguas) da raça achando-se em condições de satisfazer as exigências para cumprimento das normas vigentes, vem solicitar de V. Exa., por empréstimo (um ou mais) garanhão (s) da raça (especificar a raça) para servir as éguas que possui na fazenda acima.

Local
Data
Assinatura
Selado com Cr\$ 3,00 e uma estampilha federal de Educação."

C. GUSMÃO & CIA. LTDA.

Papelaria — Tipografia — Papéis em Geral

RUA DO TEATRO N. 3 — TELS.: 43-2677 E 43-0016 — RIO DE JANEIRO

J. CHAZIN

Imóveis — Incorpora e Vende

Escritório: Rua Uruguanana n. 104-A° — Sala 504 — Tels.: 52-1782 e 52-0553

Rio de Janeiro

BRASILIANAS

● Produção nacional de ferro e aço

A produção siderúrgica em 1955 conservou-se nos níveis de 1954. As dificuldades cambiais, motivando atraso nos programas de expansão das empresas e a retração do mercado de consumo para certos tipos de produtos (ferro para construção) foram as causas principais da redução no ritmo desse tipo de produção nacional.

Considerando que as duas maiores empresas siderúrgicas — Volta Redonda e Belgo-Mineira — tiveram as suas produções, a primeira, aumentada, e a segunda, praticamente mantida no nível de 1954, podemos concluir que, na maioria das outras unidades siderúrgicas menores, a produção permaneceu aquém da de 1954, fato atribuído como se afirmam, à redução no consumo de ferro redondo para construções civis.

EM TONELADAS

ESPÉCIES	1953	1954	1955
Aço em lingotes	1.016.289	1.171.893	1.112.103
Aço e ferro fundido	8.976	137.724	92.707
Alumínio	1.199	1.482	3.920
Gusa	889.065	1.089.839	1.027.741
Laminados	841.497	972.446	1.003.774
Ligas do ferro:			
Crômio	384	241	566
Manganês	5.951	9.212	8.354
Silício	4.273	3.665	6.239
Silício-manganês	2.907	2.911	2.773
Ferro spiege)	696	712	899

● Maior aproveitamento das reservas da Bahia

O Recôncavo Baiano já conta com 296 poços produtores de óleo, dos quais 112 estão produzindo. Os restantes e uma construção do Oleoduto Catu-Mata-Candeias e com a instalação de novos depósitos passarão a produzir a partir de junho aumentando a produção atual que é de 7.000 barris por dia, para 20.000 barris diários. Desse óleo, 7.000 barris serão consumidos pela Refinaria de Mataripe. Os restantes 13.000 deverão ser exportados

porque obtêm cotação especial no mercado internacional, de cerca de um dólar e meio acima do preço do barril de óleo cru comum. O óleo do Recôncavo Baiano é especial para a produção de lubrificantes e de parafina, não podendo ser operado integralmente pelas refinarias nacionais. Além disso, o seu transporte exige aquecimento. Oferecendo a possibilidade de obter melhor cotação, é justo que se aproveite a diferença de valor.

A produção de petróleo do Recôncavo Baiano foi de 2.021.000 barris de petróleo bruto em 1955,

e, segundo se espera, deverá ultrapassar a cifra de 6 milhões de barris no fim de 1956.

● O petróleo no Amazonas

Outra expectativa de nova frente de produção de petróleo, bastante auspiciosa, é a da Região Amazônica, onde já se comprovou a existência do petróleo no primeiro poço de Nova Olinda. O segundo poço, que já atingiu a profundidade de 1.100m deverá ficar concluído dentro de 120 dias aproximadamente. Na mesma área, está sendo perfurado um terceiro poço.

Também surgiram indícios muito favoráveis de existência de óleo, no poço de Testa Branca, no Estado do Maranhão. A perfuração prossegue.

Dependem dos resultados das pesquisas de petróleo em Nova Olinda na região do Rio Abacaxis e no Maranhão a intensificação do programa de produção no ano corrente.

● Abastecimento do trigo em 1956

Estêve reunida, no Ministério das Relações Exteriores, a Comissão Consultiva do Trigo, a fim de examinar a situação do abastecimento desse produto para o ano de 1956.

Estimado o consumo interno em 2.400.000 toneladas no ano corrente, foi considerado, em princípio,

o seguinte esquema de fornecimento:

1 — trigo nacional (safra comercial)	500.000
2 — trigo argentino...	1.200.000
3 — trigo uruguaio...	300.000
4 — trigo norte-americano	500.000
Total	2.500.000

Nessas condições, a Comissão Consultiva do Trigo recomendou aos órgãos competentes as providências necessárias ao recebimento e comercialização dos suprimentos previstos no quadro acima.

● Custo de vida

O estudo do custo de vida no Brasil, apesar de ser ainda bastante falho, tem sido tentado por várias instituições de pesquisas. O Serviço de Estatística da Previdência do Trabalho, órgão do Ministério do Trabalho, iniciou há poucos anos pesquisas dessa natureza, sendo, portanto, um dos mais credenciados quanto aos resultados de tais estudos.

No Distrito Federal, o custo de vida, de acordo com essas pesquisas, subiu de 245 por cento em relação ao ano de 1948. Entre 1951 e 1956, aumentou de 112 por cento.

ÍNDICE DO CUSTO DE VIDA NO DISTRITO FEDERAL (base: 1948 = 100)

DISCRIMINAÇÃO	1951	1952	1953	1954	1955
Alimentação	149	189	215	248	300
Habitação	401	476	519	644	810
Vestimário	197	230	241	280	330
Higiene	139	153	186	237	281
Transporte	120	149	165	205	253
Luz e combustível	88	106	113	127	140
Custo de vida	175	213	240	286	345

FONTE: Conjuntura Econômica.

● Pesquisas, em Minas, das jazidas de manganês e minérios de ferro

LEVANTAMENTO DO "QUADRILÁTERO FERRÍFERO" — PLANOS PARA ESCOAR 10 A 20 MILHÕES DE TONELADAS — EXECUÇÃO DO ACORDO DE 1948

O Departamento Nacional da Produção Mineral, por intermédio da Divisão de Fomento, deu prosseguimento, em 1955, aos trabalhos de levantamento geológico e aos estudos das jazidas de minérios de ferro e manganês, que vem executando no centro de Minas, isto é, no chamado "Quadrilátero Ferrífero", desde 1948, de acordo com os trabalhos executados pela Comissão mista de geólogos do Ministério da Agricultura e do U.S. Geological Survey.

10 A 20 MILHÕES DE TONELADAS SERÃO EXPORTADAS

As atividades dos técnicos brasileiros e americanos, em residência aos termos do Acordo firmado entre os Governos do Brasil e dos Estados Unidos, têm sido orientadas principalmente para os seguintes objetivos:

a) Desenvolvimento de um vasto programa de levantamentos aéreos, estudos geológicos e pesquisas minerais, no Centro de Minas, cujas principais reservas são de minério de ferro. Esse "Quadrilátero Ferrífero" abrange uma superfície de mais de 5.000km², na qual se acham localizadas as cidades de Belo Horizonte, Nova Lima, Itabirito, Congonhas, Ouro Preto, Mariana, Catas, Sabará, Caeté, Santa Bárbara, Rio Piracicaba, Itabira e outros.

Os trabalhos executados nesta área são elaborados com tais pormenores e precisão que, quando terminados, por volta de 1959, permitirão planos definidos para localização e financiamento de sistemas de transporte capazes de escoar 10 a 20 milhões de toneladas de minério de ferro, por ano, para os mercados exteriores.

b) Desenvolvimento das fontes domésticas de metais não ferrosos, pois, com isso, os problemas de intercâmbio comercial se simplificarão e a indústria brasileira será beneficiada com a garantia do suprimento de matéria-prima.

c) Estimulo e auxílio ao desenvolvimento da profissão de geólogo no país.

● Produção agrícola

A análise dos primeiros números relativos à produção agrícola, divulgados pelo Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, deixa claro que foi rompido o ritmo de crescimento que vinha sendo observado nos últimos anos e que, em 1954, atingira seu ponto mais elevado. É verdade que dois pesados impactos se fizeram sentir: o da prolongada estiagem, que retardou o cultivo e prejudicou o desenvolvimento das lavouras, sobretudo nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, e o das geadas que, em fins de julho e começo de agosto, sacrificaram extensas áreas de cultura em São Paulo e no Paraná.

Dois aspectos merecem ser situados no quadro geral da produção agrícola: um, de que o aspecto mais negativo talvez não seja o da quase estagnação do seu volume físico, mas sim o do rebaixamento de sua qualidade; outro, de que o volume físico tem crescido, via de regra, apenas em função de dois produtos, cana de açúcar e mandioca. O primeiro concorreu com um acréscimo de 2,0 milhões e o segundo com um milhão de toneladas para o ponderável aumento registrado em 1954 sobre 1953, ano em que o milho também acusou um avanço de mais de 800 mil toneladas. No ano passado foram nulos os avanços desses produtos, sendo de notar que a cana de açúcar está concorrendo, somente ela, com cerca de 50% do volume. Para que se compreenda a importância dessa observação basta lembrar que nenhum dos três tem posição de relevo na exportação.

ÁREA CULTIVADA (ha)

PRODUTOS	1953	1954	1955
Café	2.918.919	3.004.585	3.165.299
Arroz	2.073.395	2.425.277	2.491.481
Milho	5.119.609	5.628.338	5.551.806
Algodão em rama	2.387.360	2.497.185	2.389.330
Cana de açúcar	990.872	1.027.499	1.032.045
Mandioca	1.061.915	1.101.898	1.110.425
Feijão	1.995.136	2.399.055	2.175.264
Trigo	910.414	1.081.397	1.065.108
Cacau	340.462	352.924	358.136
Batata inglesa	163.047	165.265	172.122
Banana	136.446	141.280	149.252
Fumo em folha	188.400	183.627	182.610
Laranja	76.856	76.115	77.819
Batata doce	103.015	100.983	112.027

● Aumento da eletrificação no Brasil

DIMINUIU A QUEIMA DE LENHA NAS FOMALHAS E LOCOMOTIVAS — SOLUÇÃO DO GRAVE PROBLEMA

Os progressos da tração elétrica e o crescente emprégo das locomotivas Diesel nas estradas de ferro estão contribuindo para a solução de um dos mais graves problemas do Brasil, — o da devastação das florestas. Não vamos insistir aqui na seriedade do problema já por demais debatido. Basta lembrar que, segundo cálculos oficiais divulgados pelo IBGE a prosseguir em seu atual ritmo a destruição das matas, dentro de apenas mais quinze anos o Nordeste estaria ameaçado de perder suas últimas reservas florestais: Para o Leste esse prazo seria de 22 anos, e para o Sul de 26 anos.

AUMENTO EXTRAORDINÁRIO DA ELETRIFICAÇÃO

Calcula-se que uma oitava parte da produção nacional de lenha seja consumida pelas estradas de ferro. Daí a importância da adoção dos novos sistemas de tração mais modernos e que são, aliás, muito mais econômicos.

Felizmente a substituição está sendo feita com crescente rapidez. Pelo menos dez estradas de ferro em nosso país já tem hoje parte ou mesmo a totalidade das suas linhas eletrificadas, tendo o con-

curso de energia aumentado de 86,9 milhões de kwh em 1940 para quase 400, (precisamente 399,9) milhões em 1953.

E nas linhas ainda não eletrificadas, as locomotivas Diesel estão resolvendo o problema da tração barata. No mesmo quinquênio já mencionado o consumo de óleo Diesel nas estradas de ferro quase duplicou, subindo de 29.500 para 53.200 toneladas. Desde então, embora não tenhamos estatísticas disponíveis, podemos afirmar com segurança que o desenvolvimento continuou no mesmo ritmo. Vale a pena lembrar que ainda há dias, o Presidente da República anunciou ter autorizado a compra de mais vinte locomotivas desse tipo para a E.F. Leopoldina.

A LENHA PERDE TERRENO

Como resultado dessa modernização, nota-se uma queda progressiva no consumo de lenha nas locomotivas. Ainda no quinquênio que está servindo de base às nossas comparações, declinou ele de 11,4 para 10,6 milhões de metros cúbicos. Também aí é fácil ao viajante observar que a tendência tem continuado nos últimos dois anos e que hoje o consumo deve ser menor ainda.

Não deixa de ser uma observação confortadora pois significa que estão sendo reduzidas as solicitações ao nosso patrimônio florestal cuja reconstituição vai sendo feita, mas é pela sua própria natureza demorada.

● Aproveitamento do potencial Hidrelétrico do Rio Grande

A BARRAGEM DAS FURNAS FORNECERÁ UM MILHÃO DE KW A BELO HORIZONTE, SÃO PAULO e RIO — ORÇADO O PROJETO EM OITO BILHÕES DE CRUZEIROS — O PRESIDENTE DA REPÚBLICA RECOMENDA URGÊNCIA NA ADOÇÃO DAS PROVIDÊNCIAS PARA ULTIMAR O ESTUDO DO PROJETO

O Sr. Presidente da República aprovou a exposição de motivos que lhe foi submetida pelo Conselho de Desenvolvimento sobre a barragem das Furnas, recomendando ao mesmo tempo, ao Ministério da Fazenda, urgência para tomar as providências indicadas para a elaboração do projeto.

A barragem das Furnas, no Rio Grande, está destinada a produzir um milhão de quilowatts, para abastecer as cidades de Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro bem como áreas adjacentes.

AUMENTO DA CAPACIDADE GERADORA

Acentua a exposição que, no setor da energia elétrica, sobressai o problema do aumento da capacidade geradora da região Centro-Sul, particularmente no triângulo Rio-São Paulo-Belo Horizonte, onde se consome, atualmente, mais de três quartas partes de toda a energia produzida no país. Devido ao ritmo com que vem crescendo o consumo nessa área, prevê-se que toda a capacidade geradora aí existente, mais aquela ora em construção, será rapidamente esgotada, tornando-se necessário, a fim de evitar crise de fornecimento de energia, de consequências imprevisíveis, iniciar novos empreendimentos, o mais breve possível.

OBRA DE VULTO NACIONAL

Dentre os planos de envergadura sugeridos para a solução do problema energético dessa região, destaca-se o projeto da Barragem das Furnas, em posição mais ou menos equidistante beneficiando várias unidades da Federação. Assim, es-

se empreendimento transcende de interesse particular de um determinado Estado para se tornar obra de vulto nacional.

O projeto está orçado em oito bilhões de cruzeiros e mais 100 milhões de dólares requerendo, em vista de sua categoria, vultosas operações financeiras, no país e no exterior, e demandando aprofundados e dispendiosos estudos prévios da obra, em todos os seus pormenores técnicos, econômicos e financeiros. Esses estudos foram iniciados há um ano pelas Centrais Elétricas de Minas Gerais, forçada, entretanto, a retardá-los, em virtude de suas limitações orçamentárias. Salienta o Conselho do Desenvolvimento que à vista da urgência de se programar definitivamente o aumento da capacidade geradora na região Centro-Sul do país, é de grande importância a conclusão, no mais breve prazo possível, das investigações relativas ao projeto, para o que sugere sejam fornecidos ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico meios necessários para proceder à ultimização dos estudos que seriam feitos diretamente ou em colaboração com órgãos técnicos especializados.

LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAFÉTRICO DE 1.500 Km²

As investigações abrangem trabalhos de campo, compreendendo entre outros, estudos e sondagem geológica das estruturas da obra, levantamento aerofotogramétrico da área de mil e quinhentos quilômetros quadrados, elaboração dos detalhes do projeto, cadastro e avaliação das propriedades da região a ser inundada, atualização do orçamento geral e estudos econômico e financeiro do projeto.

A fim de atender às providências de ordem financeira com a realização dos projetos, a exportação ora aprovada sugere seja colocada à disposição do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, mediante aviso expedido pelo Ministro da Fazenda ao Banco do Brasil, a importância de 50 milhões de cruzeiros, por conta dos recursos oriun-

dos da arrecadação de que trata a letra b), do art. 2º, da Lei n. 2.308 que criou o Fundo Federal de Eletrificação e consignados no Orçamento Geral da União, anexo ao Ministério da Fazenda, que vêm sendo depositados no Banco do Brasil.

● Recorde nas exportações brasileiras de minérios

CERCA DE 2 E MEIO MILHÕES DE TONELADAS, NO VALOR DE 38 MILHÕES DE DÓLARES, EM 1955 — IMPORTAMOS, ENTRETANTO, DEZ VÊZES MAIS PRODUTOS DE ORIGEM MINERAL

Anuncia o Departamento Nacional da Produção Mineral (Ministério da Agricultura) que, no ano passado, as exportações brasileiras de minérios assinalaram um recorde, tanto na tonelagem (cerca de 2,5 milhões), quanto no valor (aproximadamente 38 milhões de dólares). Em 1954, o volume das exportações de origem mineral não alcançou 1,8 milhões de toneladas, havendo-se limitado a 1,7 milhões em 1953. É de notar que a crescente expansão das vendas de minérios para o exterior se deve, essencialmente, aos minérios de ferro, cuja exportação tem registrado ritmo ascendente, nos últimos tempos. Os minérios de manganês continuam a contribuir mais ou menos com o mesmo peso para o total, enquanto os de tungstênio (scheelita, sobretudo) oscilam, proporcionalmente, de ano para ano.

Os esforços do Departamento Nacional da Produção Mineral, no sentido de proporcionar às empresas de mineração melhores conhecimentos acerca das jazidas minerais do país, bem como assistência técnica eficiente, vêm assim logrando bons resultados. Entretanto, as autoridades do Ministério da Agricultura re-

conhecem que ainda estamos longe de atingir a desejada posição de equilíbrio, no que respeita ao intercâmbio de produtos de origem mineral. Como tem sido assinalado, as exportações nacionais só agora alcançaram a casa de 2,5 milhões de toneladas, mas as importações já se medem por 26 milhões de toneladas (inclusive produtos manufaturados), ou seja, dez vezes mais. Por outro lado, as vendas nunca ultrapassaram de 40 milhões de dólares, ao passo que as compras ascendem a centenas de milhões. Na pauta de exportação do país, as matérias-primas minerais contribuem apenas com quatro por cento do ativo cambial. Entretanto, poderiam proporcionar divisas em muito maiores quantidades, se fôsse incrementada, na medida das possibilidades naturais do país, a produção das minas.

O programa de fomento da produção, planejada pelo D.N.P.M. para o ano em curso, prevê uma série de trabalhos que visam ao melhor conhecimento e aproveitamento das riquezas do subsolo, tanto nos setores necessários à expansão da indústria nacional (minerais não metálicos, por exemplo), como no terreno de interesse da exportação.

● Ferrovia para os minérios

Anunciou o Presidente da República a próxima construção de um ramal ferroviário especialmente destinado à exportação dos minérios de Minas. Ponto inicial: zona produtora de minérios; porto de mar: Angra dos Reis. O objetivo principal dessa nova ferrovia será tanto o de proporcionar melhor escoamento de minerais, como o de aliviar a economia de Minas, sufocada por forte deficiência de transportes, sobretudo transportes ferroviários.

Noticiário de Interesse Militar

Atingiu o Foguete α 260 quilômetros

RECORDE MUNDIAL

A Marinha norte-americana anunciou, em junho p.p. que um novo recorde mundial de altura para um foguete de uma só fase quando um "Hurobee-HI" se elevou a 163 milhas (260 quilômetros) sobre o campo de provas de White Sands, no Novo México.

Informou a Marinha que o foguete atingiu uma velocidade de 7.096 quilômetros por hora.

A altura máxima atingida anteriormente por um foguete de uma só fase foi de 158 milhas (252 quilômetros). Esta altura foi atingida por um foguete "Viking", no dia 24 de maio de 1954.

O recorde de altura foi estabelecido em fevereiro de 1949 por um foguete de duas fases, combinação do V-2 alemão e do "Wac Corporal" do Exército dos Estados-Unidos, que atingiu a 250 milhas (400 quilômetros), também sobre o campo de provas de White Sands.

A Marinha obteve este novo recorde depois de experimentar uma série de fracassos com o "Hurobee-HI".

Próximo Orçamento Militar Americano

QUASE 35 BILHÕES

O Congresso norte-americano enviou à assinatura do presidente Eisenhower o orçamento militar no total de 34.656.727.000 dólares para o exercício financeiro que começa a 1 de julho próximo.

Aprovando essa quantia, já aprovada pelo Senado, a Câmara dos Representantes acrescentou-lhe uma advertência à Aviação para não esbanjar o bilhão de dólares suplementar que o Senado tomara a iniciativa de aduzir ao seu orçamento.

O orçamento militar dos Estados-Unidos para o exercício fiscal de 1956-1957 decompõe-se assim: Aviação: 16.459.125.000 dólares; Marinha: 10.000.000.000 de dólares; Exército: 7.500.000.000 de dólares. A essas quantias acrescenta-se perto de meio bilhão para despesas diversas.

Poderio Militar do Mundo Livre

200 DIVISÕES, 2.000 NAVIOS DE GUERRA E 300 ESQUADRÕES AÉREOS —
RELATÓRIO DO PRESIDENTE EISENHOWER AO CONGRESSO SOBRE
O PROGRAMA DE AJUDA AO EXTERIOR PARA 1956

O presidente Eisenhower declarou ter registrado "progresso contínuo" no sentido da segurança econômica e militar "da nossa nação e dos nossos sócios no mundo livre".

A conclusão do presidente se baseia em seu Relatório ao Congresso sobre os resultados do Programa de Segurança Mútua durante o semestre que terminou a 31 de dezembro de 1955. O Relatório também cobre a primeira metade do ano fiscal de 1956, e somaria alguns dos resultados conseguidos pelo programa desde o seu início.

O presidente também observou que uma das mudanças "conspícuas" verificadas durante o período coberto pelo Relatório "foi aumento vigoroso, por parte da União Soviética, no comércio de compensação e na assistência econômica e militar a nações fora do bloco comunista".

"A luz da política soviética de infiltração e subversão artimanhasas como meios para a dominação final da vida de um país", diz o Relatório do presidente "os Estados- Unidos estão estudando as implicações dessas mudanças no tocante à sua repercussão sobre o Programa de Segurança Mútua. Em consequência, o Executivo chegou à conclusão de que é importante emprestar maior flexibilidade e continuidade à administração desse programa de forma a que, dentro dos devidos limites, os Estados- Unidos estejam preparados para enfrentar circunstâncias especiais e assumir compromissos de termos comparativamente longos..."

O Programa de Segurança Mútua, com frequência chamado de Programa de Ajuda ao Exterior, consiste, principalmente, em ajuda militar, ajuda econômica e ajuda técnica. Para o atual ano fiscal, que terminará a 30 de junho de 1956, o Congresso aprovou fundos no total de 2,7 bilhões de dólares. Com os fundos disponíveis da dotação anterior, foi programado um total de 2,9 bilhões de dólares para o ano fiscal de 1956, de acordo com os planos, conforme estes se apresentavam a 15 de março de 1956.

Os componentes mais importantes do programa de 1956 são a verba de assistência militar, no total de 1,357 bilhão de dólares, e a verba da defesa, no total de 1,045 bilhão de dólares.

Mais da metade do programa de 1956 se destina à Ásia (52 por cento), aproximadamente 14 por cento se destinam ao Oriente Próximo e África, 13 por cento à Europa, três por cento à América Latina, e o saldo de 18 por cento têm caráter não-regional.

No tocante à parte militar do programa, o presidente informou que, na segunda metade de 1955 (primeira metade do ano fiscal de 1956) "foram realizados bons avanços" no fortalecimento das defesas do mundo livre.

O presidente informou ao Congresso que as Forças que as nações livres mantêm em todo o mundo livre equivalem a mais de 200 divisões, mais de 2.000 navios de guerra e aproximadamente 300 esquadrões aéreos, devendo serem adicionadas as unidades de apoio.

O presidente informou que os Estados- Unidos enviaram aproximadamente 900 milhões de dólares em equipamentos militares e suprimentos a nações amigas durante a segunda metade de 1955. E que, desde o início do Programa de Ajuda Militar, em outubro de 1949, os Estados- Unidos despatcharam mais de 12,4 bilhões de materiais militares de todas as espécies para os países amigos.

Nova Etapa dos EE.UU. depois da Bomba "H" lançada de Avião

PROJETIL INTERCONTINENTAL TELEGUIADO

Os Estados-Unidos, tendo submetido à prova, com êxito, sua primeira bomba de hidrogênio lançada de avião, dedicam agora seus esforços a colocar a terrível carga explosiva num projétil intercontinental teleguiado. Um avião B-52, o bombardeiro intercontinental, mais rápido do mundo, descarregou a Bomba H sobre seu objetivo, na ilha de Namu, pertencente ao atoll de Bikini, e regressou a salvo à sua base. O êxito da experiência significa que os Estados-Unidos têm agora uma força de aviões de hidrogênio suficiente para destruir qualquer cidade da Terra.

Contudo, acredita-se que os cientistas dos Estados-Unidos estão trabalhando já num sistema de ataque ainda mais terrível: A instalação da carga explosiva num projétil teleguiado ou autodirigido, que pode chegar de um continente a outro, a uma velocidade superior muitas vezes, a do som.

Mas não é só isso: Segundo parece, essa arma será submetida à prova antes que termine a atual série de experiências com armas nucleares norte-americanas no Pacífico.

A experiência foi a resposta dos Estados-Unidos à recente comunicação da URSS, ainda não comprovada, de que os russos já detonaram uma bomba de hidrogênio lançada de avião. A luz que quebrou a penumbra foi mais intensa que a de 500 Sóis. A explosão causou gigantesca bola de fogo de altíssima temperatura, e se formou uma mortal nuvem radioativa de água e pó de coral, que se estendeu por mais de 150 quilômetros. Calcula-se que a bomba tenha uma potência de mais de 10.000.000 de TNT.

Projéteis teledirigidos

Os Estados-Unidos enviarão para a Alemanha seis baterias de "Waccorporal", foguetões teledirigidos que atingem várias vezes a velocidade do som. Esta arma, com 80 quilômetros de alcance, destina-se a ser utilizada pelas forças terrestres.

Os Estados-Unidos dispõem já de um sistema de defesa antiaéreo que assenta em linhas sucessivas de rampas de lançamento de projéteis Nike cercando os principais centros urbanos americanos. Serão instalados dispositivos idênticos no Alasca, na ilha de Oquinava e na Alemanha Ocidental. Neste país encontram-se já vários batalhões de foguetões de artilharia "Honest John" — 32 quilômetros de alcance — e um batalhão de Waccorporal.

De Washington chega também a informação de que os Estados-Unidos vão ativar as pesquisas para a construção de um projétil intercontinental capaz de transportar uma bomba de hidrogênio, com um raio de ação de 8.000 quilômetros. A decisão tomada resultou da informação obtida pelos organismos oficiais de que a União Soviética dispõe já de um projétil com um alcance de 800 quilômetros. A Rússia está assim avançada em relação aos Estados-Unidos porquanto o Exército americano tem como alcance máximo de projéteis dirigidos "terra-terra" — Redstone — a distância de 320 quilômetros. Em consequência, na corrida para os alcances intercontinentais em projéteis teledirigidos, foi dada ordem de urgência para a construção de uma arma com um alcance intermédio de 3.200 quilômetros, simultaneamente com a do projétil de 8.000 quilômetros de alcance antes referido.

Os Empréstimos Soviéticos

O OCIDENTE DEVE FAZER OFERTAS MAIS ACCESSÍVEIS

A atual incapacidade da Grã-Bretanha de proporcionar uma quantidade substancial de capital para fomento no exterior facilitou a penetração econômica dos países comunistas nas nações pouco desenvolvidas, através do oferecimento de créditos e empréstimos. Os russos puseram elementos à disposição dos interessados em condições muito favoráveis. Os tipos de juros são muito mais baixos que os do Ocidente, os prazos de pagamento muito longos, e os pormenores de cada transação se adaptam às necessidades do solicitante sem levar muito em conta o código comercial que prevalece no Ocidente.

Naturalmente, esses créditos e empréstimos não estão desprovidos de finalidades políticas. Simultaneamente com a campanha comunista para aumentar as exportações, parecem destinadas a constituir uma formidável ofensiva econômica em todos os países atrasados do Sudeste da Ásia, Oriente Médio e América do Sul.

Só no exercício de 1955, a Rússia concentrou empréstimos no valor de 400 milhões de dólares. Em fevereiro do ano passado, concedeu à Índia um crédito de 100 a 150 milhões de dólares para a criação de uma usina siderúrgica. Mais tarde, segundo um acordo econômico com a Jugoslávia, estendeu a esse país três créditos de cerca de 190 milhões de dólares para bens de capital e matérias-primas. Em dezembro, fez um empréstimo de cem milhões de dólares ao Afeganistão e acordou em entregar à Birmânia, em troca de arroz ou em pagamentos dilatados, caso esse país não tenha quantidades suficientes de arroz para cumprir sua parte do compromisso. Em meados de 1953, havia pôsto à disposição da Argentina um crédito de 30 milhões de dólares para cobrir as entregas de equipamento de capital. Fizera-se ofertas de crédito ao Egito, no outono de 1955, para construir a represa de Aswan e, segundo se afirma, foram feitos oferecimentos similares à Síria e à Líbia.

Os satélites seguiram o exemplo de maneira mais modesta. Na primavera de 1953, a Tchecoslováquia concedeu ao Uruguai 15 milhões de dólares de crédito e, em janeiro do ano passado, concordou em enviar à Argentina mercadorias num valor de 15 milhões de dólares contra pagamentos dilatados; a Polónia concentrou um ajuste similar com a Argentina nas mesmas condições, numa importância não publicada.

A Tchecoslováquia fez ofertas semelhantes à Índia para construir uma usina siderúrgica e para entregar locomotivas e material rodante ferroviário ao Ceilão sob créditos a longo prazo. E a Turquia, Indonésia e Índia foram objeto de oferecimentos da parte da Tchecoslováquia, enquanto a Polónia e a Alemanha Oriental expressaram, segundo se afirma, sua disposição de participar na construção da represa de Aswan no Egito. Também a Hungria, em fins do ano passado, pôs créditos à disposição da Índia para ajudá-la a realizar seu II Plano Quinquenal.

Afora o fato de constituir uma nova fonte de capital para os países atrasados, esses empréstimos e oferecimentos de créditos implicam em firmes vantagens financeiras em comparação com os ocidentais. São de custo baixo, a prazo longo e de negociação rápida. Esse procedimento contrasta com o que segue o Banco Internacional, cujas exaustivas investigações preliminares — antes mesmo que o empréstimo seja concedido em princípio — se prolongam por um ano às vezes e mesmo mais.

Essas vantagens são acentuadas pelo cuidado que têm os soviéticos de adaptar seus empréstimos às exigências de cada país. As inversões em projetos específicos, como as siderurgias na Índia, ou as entregas de equipamentos de capital, como os casos da Birmânia e Afeganistão, são financiados de uma forma que ajuda os países que solicitam o empréstimo a

cumprir seus programas de fomento a longo prazo. O planejamento a longo prazo, aceito agora nesses países como indispensável para romper o circuito vicioso da pobreza, é importante para nações que têm reservas muito pequenas de divisas e que devem contar com suas exportações de matérias-primas para obtenção de moeda forte. Além disso, os créditos concedidos pelos soviéticos não parecem levar consigo estipulações sobre a política econômica desses países. Novo contraste com os empréstimos do Banco Mundial, que são concedidos com o entendimento de que a política interna dos países não porá em perigo as inversões do Banco, e em certos casos — como a represa de Aswan — insiste no estabelecimento de uma forma de controle sobre a inversão do dinheiro correspondente ao empréstimo.

As somas emprestadas pelo outro lado da Cortina de Ferro não são grandes comparadas com as norte-americanas, embora sejam superiores às britânicas, mas para esses países atrasados e famintos de capital, o espetáculo de uma Rússia soviética que surge, pela primeira vez, como novo banqueiro mundial e como inversor "ilustrado", não pode deixar de ser uma bandeira visível e significativa. Implica num desafio ao mundo ocidental, e um desafio mais difícil de enfrentar, mais perigoso e mais grave que qualquer outro da década passada.

ATOS OFICIAIS

Leis, Decretos, Portarias e Avisos, de interesse geral para o Exército, publicados durante o mês de maio de 1956, no "Diário Oficial"

PORTARIA N. 724 — DE 28 DE ABRIL DE 1956

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, em solução ao que propõe o D. G. A., em seu Ofício número 953-Gabinete Urgente, de 12 de abril de 1956, resolve:

1. Dar nova redação ao art. 2º, da Portaria n. 333, de 17 de agosto de 1953, que passa a ser a seguinte:

"Art. 2º. As promoções a 1º Sargento e Subtenente serão realizadas no último dia dos meses de janeiro, maio e setembro, enquanto que as promoções a 2º Sargento serão realizadas no último dia dos meses de fevereiro, junho e outubro, todas dentro das vagas existentes."

2. Revogar a Portaria n. 75, de 1 de fevereiro de 1955.

("Diário Oficial" n. 101, de 3 de maio de 1956.)

PORTARIA N. 727 — DE 28 DE ABRIL DE 1956

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, de acordo com a letra b), do art. 1º, do Decreto número 37.745, de 17 de agosto de 1955, resolve conceder a Medalha de Pacificador ao Tenente-Coronel do Exército do Equador, Hector Espinosa Albán.

AVISO N. 523-D1-1 — DE 25 DE ABRIL DE 1956

Montepio Militar — Contribuição para o Pósto de Marechal

O Tesoureiro do Quartel-General da Zona Militar Leste, consultou em

parte de 23 de janeiro do ano em curso, se a contribuição para o montepio militar do pósto de Marechal deverá ser de Cr\$ 800,00 mensais ou de um dia de vencimentos, em virtude da Lei n. 2.710, de 19 de janeiro último, não ter determinado qual o vencimento atribuído a esse pósto da hierarquia militar.

Em solução e aprovando parecer do Departamento Geral de Administração, declaro:

1. Os vencimentos do pósto de Marechal, são os fixados pela Lei n. 2.588, de 8 de setembro de 1955, de acordo com o Parecer n. 6-Z, de 17 de fevereiro de 1956, do Consultor Geral da República;

2. Em consequência, a contribuição para o montepio militar do pósto de Marechal é de um dia de vencimentos, calculada com base na Lei n. 2.588-55, face ao que estabelece o art. 1º, da Lei n. 2.314, de 3 de setembro de 1954.

Revogam-se as disposições em contrário.

("Diário Oficial" n. 101, de 3 de maio de 1956.)

AVISO N. 541-D/2-A — EM 4 DE MAIO DE 1956

Centenário do Marechal Marques Pôrto

Transcorre no dia 9 do corrente o centenário natalício de uma das mais dignas e ilustres figuras do Exército Nacional — o Marechal Marques Pôrto.

José Agostinho Marques Pôrto, filho do Alferes José Agostinho Marques Pôrto, veterano da Guerra do Paraguai, e de D. Henriqueta Marques Pôrto. Nasceu na cidade do

Rio Grande a 9 de maio de 1856. Foi da arma de artilharia.

No posto de Capitão, no antigo 2º Regimento de Artilharia de Campanha, em 1889, foi o delegado republicano do regimento, tomando parte saliente nas conspirações contra o Império. Como Major, durante a revolta de 1893 foi um dos oficiais da imediata confiança do Marechal Floriano, que lhe confiou o comando do Corpo de Alunos da Escola Militar e da flotilha de lanchas que abasteciam as fortalezas da barra. Na terminação da revolta, encarregado pelo Marechal Floriano de tomar de assalto a Fortaleza de Willegaignon, fê-lo no dia 12 de março de 1894, com cem alunos da Escola Militar. Como Tenente-Coronel exerceu os cargos de diretor do Laboratório Pirotécnico do Campinho e diretor do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro. Promovido a Coronel, comandou a Fortaleza de São João, dando a esta praça de guerra a melhor eficiência bélica, construindo as baterias "Mallet" e "Marques Pôrto", dotadas de material moderno e possante. Foi um dos dominadores da revolta do sargento Silvino na Fortaleza de Santa Cruz. No posto de General de Brigada comandou quase todas as regiões militares do país. No Amazonas, que percorreu em toda a sua extensão, organizou os destacamentos de Tabatinga e Alto Rio Branco, dirigindo pessoalmente o levantamento dos quartéis respectivos, dando o conforto necessário às praças ali destacadas, fornecendo-lhes copioso aparelhamento de caça e pesca. Foi devotado incentivador das linhas de tiro e da militarização de escolas e colégios. No posto de General de Divisão exerceu a chefia do Departamento da Guerra, quando foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Militar e promovido ao posto de Marechal.

Marques Pôrto, que atingiu o generalato aos 47 anos de idade, obteve todas as promoções por merecimento. Recusou sempre a investidura de cargos políticos, consagrando a sua vida inteira aos interesses da caserna, onde deixou, em todos os cargos e comissões que exerceu,

um traço firme de inteligência, cultura e disciplina. No dia 15 de novembro de 1889, comandou a bateria de artilharia que tomou posição no Campo de Santana, defronte do quartel-general. Era Cavaleiro da Ordem de São Bento de Aviz e tinha a medalha de ouro de Mérito Militar. Faleceu a 17 de agosto de 1919.

O Marechal Marques Pôrto, pelas suas virtudes de cidadão exemplar e de chefe militar dos mais eminentes, deve ser lembrado pela posteridade e reverenciado pelo Exército como um dos seus lídicos valores.

Nestas condições, recomendo às Unidades em que serviu esse ilustre militar, particularmente a Fortaleza de São João — da qual foi comandante — e o Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro — do qual foi diretor — que homenageiem a memória do referido Marechal no dia do seu centenário natalício — General Henrique Lott, Ministro da Guerra.

("Diário Oficial" n. 164, de 7 de maio de 1956.)

* *

(*) PORTARIA N. 300 — DE 4 DE MAIO DE 1956

O Ministro do Estado dos Negócios da Guerra, de acordo com o parecer do Estado-Maior do Exército, em Ofício n. 183-A, de 17 de março de 1956, resolve:

1. Aprovar as "Normas Gerais para a Qualificação Militar das Praças", baixadas com a presente Portaria.

2. Revogar todos os atos ministeriais que, no tocante à Qualificação Militar de Praças, contrariem esta Portaria (Port. n. 10-10/52 e Portaria n. 700-54).

(*) As Normas a que se refere a presente Portaria serão publicadas no Boletim do Exército.

("Diário Oficial" n. 116, de 14 de maio de 1956.)

* *

AVISO N. 550 — EM 9 DE MAIO DE 1956

O Exército comemorará a 24 de maio o aniversário da Batalha de

Tuiuti e reverenciara a memória do grande herói — Marechal Manoel Luiz Osório, as suas raras qualidades de Chefe experimentadas na ação — conhecimento do homem, confiança em si mesmo, espírito de decisão e bravura — fizeram dele um ídolo dos seus comandados.

O salutar espírito de afetiva camaradagem que lhes soube inspirar, pode ser ilustrado por um espírito belíssimo e edificante recolhido na tradição oral pelo ilustre historiador Affonso d'Escragnolle Taunay.

Quando o General Osório, ainda convalescente do ferimento recebido na batalha do Avaí, retornou ao seio das forças em operações e assumiu o comando do 1º Corpo de Exército, uma das muitas e espontâneas manifestações de regozijo da tropa foi o soar pelos clarins, do toque *Lá vem Manoel Luiz*, síntese da estima que ela lhe dedicava.

"Patente se tornou a todos os circunstâncias" — acrescenta o insigne historiador — "a comoção sofrida pelo herói de Tuiuti ao receber aquela manifestação de sua tropa"

Tão bela tradição, nascida nos campos de batalha e legada pelos nossos antepassados, deve constituir objeto do nosso culto cívico-militar, como uma das expressões mais fortes do valor moral de uma tropa.

Recomendo, portanto, que seja incluído nos programas das comemorações do dia 24 de maio aquele toque, para o que será distribuída, às unidades que possuam Bandas de Música ou Fanfarras, clarins ou cornetas, a música correspondente.

("Diário Oficial" n. 112, de 16 de maio de 1956.)

* *

DECRETO N. 39.199 — DE 16 DE MAIO DE 1956

Extingue a Comissão Interministerial de Estudo e Aplicação das Leis Especiais e a Comissão Interministerial Interpretativa do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição,

Decreta:

Art. 1º. Ficam extintas a Comissão Interministerial de Estudo e Aplicação das Leis Especiais e a Comissão Interministerial Interpretativa do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares, criadas pelos Decretos ns. 37.855, de 5 de setembro de 1955, e 38.153, de 28 de outubro de 1955, respectivamente.

Parágrafo único. Os processos que ainda se encontrem em estudos das referidas Comissões devem ser despachados no prazo de dez dias, a contar da publicação deste Decreto.

Art. 2º. Somente depois de satisfeito o disposto no parágrafo único do artigo anterior serão as Comissões dissolvidas definitivamente.

Art. 3º. Após a publicação deste Decreto, as consultas antes da competência das referidas Comissões passam a ser atendidas pelas consultorias jurídicas dos Ministérios interessados.

Parágrafo único. Quando, a critério do respectivo Ministro, a interpretação de dispositivos do C.V.V.M. tiver caráter de aplicação nos demais Ministérios Militares o assunto deverá ser submetido à consideração do Presidente da República que expedirá normas para aplicação uniforme do texto legal em tela.

Art. 4º. O presente Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Rio de Janeiro, 16 de maio de 1956, 135º da Independência e 68º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Antônio Alves Câmara.

Henrique Lott.

Henrique Fleiuss.

("Diário Oficial" n. 114, de 18 de maio de 1956.)

* *

AVISO N. 575 — EM 12 DE MAIO DE 1956

Matrícula de Oficiais em Cursos —
Recomendação

Fui cientificado, através o Departamento Geral de Administração, dos prejuízos que vêm sendo causados ao serviço de órgãos que lhe

são subordinados, pelo fato de oficiais, que se deslocam para esta Capital, em férias ou dispensa do serviço, pleitearem, diretamente, junto às Escolas, matrícula em seus Cursos.

A experiência demonstra que esse procedimento, sobre tumultuar o processo de matrícula e o registro de situação do oficial na Diretoria competente constitui privilégio com relação àqueles que se limitam ao textos legais.

Recomendo, portanto, que os oficiais se abstenham de tal prática e as Escolas não aceitem outro processo que não o regulamentar para a matrícula em seus cursos.

Em situações excepcionais ou casos omissos, caberá ao Ministro da Guerra julgar da solução mais conveniente, nos termos da legislação em vigor.

("Diário Oficial" n. 115, de 19 de maio de 1956.)

* *

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do artigo 66, inciso V, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte.

DECRETO LEGISLATIVO, N. 22, DE 1956

Concede anistia a todos os civis e militares que, direta ou indiretamente, se envolveram nos movimentos revolucionários ocorridos no País a partir de 10 de novembro de 1955 até 1 de março de 1956.

Art. 1º. É concedida anistia, ampla e irrestrita, a todos os civis e militares que, direta ou indiretamente, se envolveram, inclusive recusando-se a cumprir ordens de seus superiores, nos movimentos revolucionários ocorridos no País a partir de 10 de novembro de 1955 até 1 de março de 1956, ficando em perpétuo silêncio quaisquer processos criminais e disciplinares relativos aos mesmos fatos.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 23 de maio de 1956 — Apolônio Salles, Vice-

Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

("Diário Oficial" n. 119, de 24 de maio de 1956.)

* *

DECRETO N. 39.207 — DE 22 DE MAIO DE 1956

Aprova o Regulamento da Medalha Militar

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. Fica aprovado o Regulamento da Medalha Militar, que com este baixa, assinado pelo Almirante de Esquadra Antônio Alves Câmara Júnior, Ministro de Estado dos Negócios da Marinha, General de Exército Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott, Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, Brigadeiro Henrique Fleiuss, Ministro de Estado dos Negócios da Aeronáutica e General de Exército Anôr Teixeira dos Santos, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, modificado o Decreto n. 4.238, de 15 de novembro de 1901 e revogadas as instruções que o acompanharam e os decretos e instruções posteriores que disciplinavam o assunto.

Art. 2º. O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 22 de maio de 1956; 135º da Independência e 68º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Antônio Alves Câmara.

Henrique Lott.

Henrique Fleiuss.

("Diário Oficial" n. 120, de 25 de maio de 1956.)

* *

PORTARIA N. 945 — DE 25 DE MAIO DE 1956

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra considerando que os sargentos egressos da EsSA no fim da primeira fase do segundo período, após a realização de exame

de seleção, devem fazer na Escola de Comunicações, Escola de Moto-mecanização, Escola de Artilharia de Costa, Escola de Artilharia Antiaérea e na própria Escola de Sargentos das Armas, e na primeira oportunidade, os cursos de aperfeiçoamento respectivos ou equivalentes e de acordo com o parecer do Estado-Maior do Exército, resolve:

— autorizar os pedidos de adia-

mento de matrícula naqueles cursos, feitos pelos sargentos egressos da EsSA, desde que apresentem razões ponderáveis, a critério dos Comandantes daqueles estabelecimentos de ensino, ficando suas matrículas, no ano seguinte, sujeitas às mesmas restrições exigidas aos sargentos oriundos de Corpos de Tropa.

(“Diário Oficial” n. 124, de 30 de maio de 1956.)

WILD HEERBRUGG

REPRESENTANTES GERAIS PARA O BRASIL

CASA WILD INSTRUMENTAL TÉCNICO E MÁQUINAS LTDA.

AV. GOMES FREIRE 151-B, TEL. 42-6312, C. POSTAL 3086, END. TEL. CASAWILD, RIO DE JANEIRO

Equipamentos para **ENGENHEIROS** topógrafos e cartógrafos

Níveis de luneta



Níveis de luneta diversos modelos, precisão de 10 mm - 5 mm - 2,5 mm. e 0,25 mm por Km. Alidades de prancheta. Miras alanteiras, bússolas e clinômetros.



Teodolitos óticos

Teodolitos óticos diversos modelos, precisão leitura 1 e 6" topografia, 1" e 0,2" geodésia e 0,1" astronomia. Instrumental e utensílios de campo.



Instrumentos diversos

Teodolitos auto-redutores para mira vertical e horizontal, precisão de 1 a 20 cm. em estadiometria por 100 m. Instrumental para fins militares.



Utensílios para desenho

Estoios para desenho, aço inoxidável, em 8 modelos de 4 a 24 peças. Têcnigrafos, pantógrafos, planímetros, coordenatográficos, mesas para desenho e utensílios em geral para escritório.



Aparelhos fotogramétricos

Câmaras aéreas automáticas para filmes e chapas. Estereoscópios de espelhos, estereó-autógrafos para formatos até 23x23 cm., distância focal 98 a 217 mm. Fornecemos prospectos.



Serviço mecânico de precisão para reparo de instrumental ótico

O instrumental WILD-HEERBRUGG é um produto suíço de alta qualidade.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

"A Defesa Nacional" agradece as seguintes publicações recebidas durante o mês de junho do corrente ano :

a) Do exterior :

- Argentina — Revista Militar.
Bolívia — Revista Militar.
Espanha — "Ejército" — Revista ilustrada de las armas y servicios.
— "Revista de la oficialidad" (apêndice da Revista Ejército).
— "Guion" (Revista de los mandos subalternos).
França — Revue de Defense Nationale.
— Revue Militaire d'Information.
— Revue des Forces Aér. Franc.
Itália — Rivista Militare.
Portugal — Revista Militar.
— Revista da Cavalaria.
U. S. A. — Military Review.
— Rev. Aérea Latino Americana.
Venezuela — Revista de las Fuerzas Armadas.

b) Nacionais :

- "Conjuntura Econômica", da Fund. Getúlio Vargas.
"Comércio Internacional", do Banco do Brasil.
"Digesto Econômico", da Assoc. Com. de S. Paulo.
"Militia", da Força Pública do Est. de S. Paulo.
"Itamaraty" — Bol. de Inf. do Min. das Rel. Ext.
"Rev. Brasileira de Geografia", do I. B. G. E.
"Boletim de Informações", da Conf. Nac. de Ind.
"Rodovia" — Rev. Téc. de divulgação rodoviária.
"Revista do Club Militar".
"Revista do Cons. Nac. de Economia".
"Revista do Serviço Público".